

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

JAIARYS CAPA BATAGLIN

**A GESTÃO DO PRONAF E SUAS RELAÇÕES COM A
SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO

2012

JAIARYS CAPA BATAGLIN

**A GESTÃO DO PRONAF E SUAS RELAÇÕES COM A
SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada a banca examinadora do Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR - campus Pato Branco, como requisito parcial para obtenção da titulação de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hieda Maria Pagliosa Corona.

Co-orientador: Prof. Dr. João Alfredo Braidá.

PATO BRANCO

2012

B328g Bataglin, Jaiarys Capa

A Gestão do PRONAF e suas relações com a sustentabilidade da agricultura familiar / Jaiarys Capa Bataglin – 2012.
149 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Hieda Maria Pagliosa Corona

Co-orientador: João Alfredo Braida

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Ponta Branco/PR, 2012.

Bibliografia: f. 128 - 132

1.PRONAF. 2.Gestão. 3.Agricultura familiar. 4.Sustentabilidade. I. Corona, Hieda Maria Pagliosa, orient. II.Braida, João Alfredo, co-orient. III.Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV.Título.

CDD(22. ed.) 330



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 7

Título da Dissertação

A Gestão do PRONAF e suas Relações com a Sustentabilidade da Agricultura Familiar

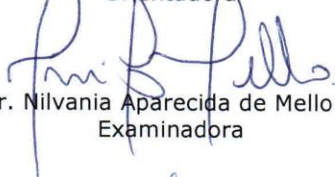
Autora


Jaiarys Capa Bataglin

Esta dissertação foi apresentada às 19 horas e 30 minutos do dia 29 de fevereiro de 2012, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.


Prof.^a Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona – UTFPR
Orientadora



Prof. Dr. João Alfredo Braida – UFFS
Examinador


Prof.^a Dr. Nilvania Aparecida de Mello – UTFPR
Examinadora


Prof.^a Dra. Ivete Inês Pastro – UTFPR
Examinadora


Prof.^a Dra. Angela Duarte Damasceno Ferreira – UFPR
Examinadora

Visto da Coordenação


Prof. Dr. Edival Sebastião Teixeira
Coordenador do PPGDR

À Deus, autor da minha vida. Motivo de toda a minha existência.

AGRADECIMENTO

Assim como as maiores conquistas da vida são aquelas que construímos com pessoas que amamos e admiramos, esta dissertação não é somente o resultado de uma conquista pessoal, mas fruto de muitas contribuições, relações e colaborações. A estes, dou os meus agradecimentos.

Aos meus pais que sempre incentivaram o estudo e proporcionaram as melhores condições para a realização do mesmo. E que, acima de tudo, ensinaram-me os principais valores da vida. A eles minha gratidão, carinho e amor.

A minha querida irmã Karise que contribuiu na realização da pesquisa com sua companhia nas idas à campo e apoio em tantas outras atividades realizadas nesse processo.

Ao Matheus, meu melhor amigo, pela compreensão, apoio, amizade e incentivo em cada decisão e etapa vivida, desde a entrada no mestrado até a conclusão da dissertação.

Aos professores do Programa pelo empenho e diligência com que atuam em suas profissões, por serem referências de profissionais dedicados e capacitados, reproduzindo o conhecimento adquirido e formando “protagonistas” na sociedade. Aos professores da banca examinadora pelas contribuições dadas, tanto na qualificação do Projeto como no decorrer do trabalho desenvolvido. Ao co-orientador deste trabalho, prof. Braida, pelo auxílio na elaboração do diagnóstico de pesquisa e análise dos indicadores.

A professora Marlize pela contribuição e apoio no estágio de docência e pelo incentivo na profissão como docente. Obrigada pela experiência proporcionada em sala de aula e pela respeitável profissional que é.

A minha orientadora, professora Hieda, por ser uma pessoa tão admirável e uma profissional tão excelente. Obrigada por todo empenho e dedicação nas orientações, por todas as sugestões e correções, por todo incentivo e apoio. Certamente, os resultados deste trabalho não seriam os mesmos sem estas contribuições. Meus sinceros agradecimentos e admiração.

A minha amiga e colega Ana Paula, pela dedicação na realização da pesquisa conjunta, pelo companheirismo em cada etapa vivenciada e, mais do que isso, pela amizade consolidada ao longo dos anos. Obrigada pelas risadas, compreensão e ajuda.

A todos os colegas da turma 2010 do PPGDR pelo companheirismo, contribuições nos estudos e convívio em sala de aula. As experiências de vida compartilhadas enriqueceram ainda mais as aulas e conhecimentos.

Aos gestores do Banco do Brasil e técnicos da Emater por permitirem e tornarem possível a realização desta pesquisa.

As famílias residentes na comunidade Fazenda Mazurana por abrirem as portas das suas casas e por deixarem de lado o seu trabalho, em alguns momentos, para darem atenção às visitas e entrevistas.

RESUMO

BATAGLIN, Jaiarys Capa. A gestão do Pronaf e suas relações com a sustentabilidade da agricultura familiar. Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2012.

A presente dissertação analisou a gestão do Pronaf e suas relações com o desenvolvimento sustentável das famílias agricultoras residentes na comunidade Fazenda Mazurana (FM) – localizada no município de Dois Vizinhos – Sudoeste do Paraná. Para isso, foi diagnosticada a situação sócio-econômico-ambiental das famílias e a gestão desta política pública via Banco do Brasil. A etapa da pesquisa que compreendeu o diagnóstico nas dimensões social, econômica e ambiental esteve relacionada a uma problemática comum de pesquisa que envolveu além da autora deste trabalho, outras duas mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Esta fase conjunta da pesquisa pretendeu verificar a situação de vida das famílias sob as três dimensões citadas, bem como, a atuação de organizações públicas ou não governamentais (ONG) de Dois Vizinhos em relação aos preceitos da sustentabilidade. Sabe-se que os resultados de uma política pública, neste caso – o Pronaf, em muito depende da gestão das organizações que intermedeiam o processo até a liberação dos recursos disponibilizados. Sendo assim, esta pesquisa em particular analisou a gestão do Pronaf através do Banco do Brasil, identificando o modelo de desenvolvimento promovido nas famílias que já acessaram o Programa. A partir dos resultados, pôde-se verificar na comunidade FM e nas famílias entrevistadas uma situação razoavelmente boa, porém, com fortes evidências do desenvolvimento convencional de ordem produtivista.

Palavras-chave: Pronaf. Gestão. Agricultura Familiar. Sustentabilidade.

ABSTRACT

BATAGLIN, Jaiarys Capa. The management of Pronaf and their relationship to the sustainability of family farming. Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2012.

This dissertation examined the management of Pronaf (Program for Strengthening Family Farming) and its relationship to sustainable development of farming families living in the community Mazurana Finance (MF) - located in the city of Two Neighbors - Southwest of Paraná. For this, we diagnosed the socio-economic-environmental household and public policy management via the Bank of Brazil. The stage of the research that you understand the diagnosis in social, economic and environmental problems was related to a common research involving besides the author of this work, two other students the Graduate Program in Regional Development. This phase of the joint research intended to check the status of life of families in the three dimensions mentioned, as well as the activities of public or non-governmental organizations Two Neighbors's in relation to the principles of sustainability. It is known that the results of a public policy in this case - Pronaf, much depends on the management of organizations that mediate the process to release the resources available. Thus, this study examined in particular the management of Pronaf through the Bank of Brazil, identifying the development model promoted in families who have accessed the program. From the results, it could be seen in the MF community and the families interviewed a fairly good situation, but with strong evidence of the development of conventional productivist order.

Keywords: Pronaf. Management. Family Agriculture. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do Município	75
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recursos Liberados do PRONAF e Valor das Equalizações	52
Tabela 2 – Agricultura familiar segundo as variáveis selecionadas – Paraná	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mudanças do Pronaf.....	55
Quadro 2 – Diagnóstico Social	63
Quadro 3 – Diagnóstico Ambiental.....	65
Quadro 4 – Diagnóstico Ambiental: Preservação.....	65
Quadro 5 – Diagnóstico Ambiental: Últimos 20 anos	66
Quadro 6 - Diagnóstico Ambiental: Produção.....	67
Quadro 7 – Diagnóstico Ambiental: Utilização de maquinários	68
Quadro 8 – Diagnóstico Econômico	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área (ha) das propriedades rurais	76
Gráfico 2 – Origem étnica dos proprietários.....	77
Gráfico 3 – Renda bruta mensal <i>per capita</i>	89
Gráfico 4 – Média geral da escolaridade.....	80
Gráfico 5 – Faixa etária dos moradores	81
Gráfico 6 – Indicadores Gerais da Comunidade Fazenda Mazurana	83
Gráfico 7 – Indicadores Gerais das famílias que acessaram o Pronaf	85
Gráfico 8 – Indicadores Gerais das famílias que acessaram o Pronaf via BB	86
Gráfico 9 – Aumento da renda	87
Gráfico 10 – Distribuição percentual da produção obtida de grãos - Brasil	93

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CONSTRUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DEBATES QUE PERMEIAM A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	17
2.1 Sociedade Moderna	17
2.2 O Desenvolvimento Sustentável: um modelo alternativo?	19
2.3 A racionalidade econômica das organizações na modernidade	23
2.4 A agricultura familiar e a racionalidade moderna	34
3. POLÍTICAS PÚBLICAS E O PRONAF	43
4. A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA	59
4.1 Diagnóstico Social	62
4.2 Diagnóstico Ambiental	65
4.2.1 Saneamento	65
4.2.2 Preservação Ambiental	66
4.2.3 Produção	67
4.3 Diagnóstico Econômico	69
4.4 Definição da pesquisa individual	71
5. DISCUSSÃO SÓCIO-ECONÔMICO-AMBIENTAL DA COMUNIDADE	73
5.1 Pronaf – Fortalecimento que emancipa ou torna dependente?	96
5.2 O Pronaf e suas instâncias decisórias	109
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICES	134

1. INTRODUÇÃO

Diante de uma realidade complexa e cada vez mais dinâmica, tem-se discutido consideravelmente sobre o desenvolvimento em bases sustentáveis, o qual integra basicamente três dimensões principais, sendo estas, a econômica, social e ambiental. Esse debate tem origem nas constatações de que o modelo hegemônico de desenvolvimento da era industrial entra em crise tanto pelas desigualdades sociais e entre regiões e países, como pelos danos ambientais.

A sociedade atual reflete as conseqüências de um processo de transformações aceleradas, estas por sua vez, resultantes da modernização ocorrida nos últimos séculos. Tais conseqüências referem-se justamente ao potencial destrutivo, criado a partir das inovações tecnológicas, em relação ao meio ambiente e também aos conflitos emergentes relacionados às questões sociais e econômicas. Frente a isso, entende-se que as organizações, as políticas públicas (Estado) são meios fomentadores do desenvolvimento da sociedade em suas diversas formas de produção, podendo estas, corroborar com o modelo econômico vigente (produtivista) ou gerar alternativas que apontem para um desenvolvimento que não vise exclusivamente a lucratividade e crescimento econômico.

A presente dissertação se introduz na análise de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar – o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) – que tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável deste segmento rural. Busca-se ir para além do discurso, no sentido de compreender a realidade complexa e dinâmica que envolve os agricultores familiares em suas formas de reprodução social. Dialogar sobre o desenvolvimento sustentável neste segmento social que vem se transformando e se adaptando às lógicas capitalistas, embora apresente especificidades em sua forma de reprodução (CHAYANOV, 1981), pressupõe compreender as interfaces que condicionam uma racionalidade fundada em princípios sustentáveis. Para isso foi necessário restaurar o debate no contexto teórico da categoria “agricultura familiar” para que a partir da modernização do campo se pudesse compreender tanto as particularidades que a diferem do modelo econômico produtivista como as suas recentes caracterizações.

Compreender as relações do Pronaf com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, permite verificar se o modelo de desenvolvimento agrícola tem se voltado ao padrão produtivista ou tem se colocado como um modelo alternativo e “contra-hegemônico”. Sabe-se que o Pronaf, embora sendo resultado de reivindicações dos sindicatos rurais e dos agricultores de pequenas propriedades (Mattei, 2006), também representa uma iniciativa do Governo Federal em estimular o desenvolvimento destes, viabilizando a concessão de créditos com taxas e prazos adequados e buscando promover a geração de trabalho e renda através do apoio a práticas que valorizem as potencialidades locais nas atividades rurais.

No entanto, a alocação dos recursos do Pronaf depende em parte do poder político e em parte das instituições financeiras que intermedeiam este processo. Historicamente a liberação do crédito rural pelos agentes financeiros foi sendo, de certa forma, direcionado aos setores agroindustriais altamente especializados e como resultado disto, o atendimento aos agricultores familiares, público-alvo da política pública em questão, foi sendo negligenciado. O Banco do Brasil (BB) é um dos principais agentes financeiros do país e tem fundamental importância na concessão destes recursos, tanto para a agropecuária vinculada ao padrão de modernização como ao desenvolvimento rural na perspectiva sustentável, através do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), entre outros.

Sendo assim, entende-se que a distribuição dos recursos e direcionamento dos mesmos em muito depende do processo de gestão, pois os gestores detêm um papel fundamental nas organizações, ainda mais em se tratando de instituições públicas, responsáveis por gerir recursos governamentais e de interesse da sociedade. As relações sociais entre o Estado e os atores envolvidos nesta política (Emater, instituições financeiras, agricultores familiares) são ponto de partida para a elucidação do modelo de desenvolvimento gerado na agricultura familiar. Pretende-se analisar o Pronaf em seus princípios, normas e diretrizes observando os seguintes aspectos: o modelo de desenvolvimento promovido na agricultura familiar, os preceitos do desenvolvimento sustentável e a gestão destes recursos. No contexto destas reflexões é que esta dissertação foi construída.

A pesquisa está inserida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - campus Pato Branco, o qual objetiva a produção e difusão do conhecimento científico, numa perspectiva interdisciplinar e que venha a contribuir com o desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Assim sendo, três mestrandas do Programa (incluindo a autora deste trabalho) juntamente com a professora orientadora se propuseram a construir uma problemática comum de pesquisa que viesse a atender aos objetivos do PPGDR e suscitasse mais de um olhar sobre o mesmo objeto de estudo. Esta problemática teve como objetivo geral compreender como as políticas públicas geridas por órgãos públicos ou programas desenvolvidos por organizações não governamentais (ONG) contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar, numa perspectiva sustentável. A fim de atingir o objetivo geral proposto, o trabalho se concentrou em uma comunidade rural do município de Dois Vizinhos, especificamente na comunidade rural “Fazenda Mazurana”, por ser esta, ilustrativa à atuação da Casa Familiar Rural, da Cooperativa de Crédito Rural Cresol (problemáticas das demais mestrandas) e da agência do Banco do Brasil, no que se refere à concessão de crédito via PRONAF.

Embora parte da pesquisa tenha sido realizada em conjunto, tal situação não foi suficiente para caracterizar a mesma enquanto “pesquisa interdisciplinar”, pelo fato das mestrandas possuírem a mesma área de formação acadêmica. Não obstante, procurou-se construir uma racionalidade para além das barreiras disciplinares, no sentido da integração interdisciplinar das ciências, (Leff, 2001). Entende-se que para tornar possível a discussão e construção de uma racionalidade social fundada nos princípios do desenvolvimento sustentável é necessário que haja uma articulação entre ciências, disciplinas e saberes. Como bem cita Raynaut (2004, p.24) “O desafio fundamental ao se adotar um enfoque interdisciplinar é tentar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter de totalidade e de complexidade do mundo real dentro do qual e sobre o qual todos pretendemos atuar”.

Vale ressaltar que a problemática comum foi estruturada em três eixos articuladores, sendo eles: as formas de gestão das organizações e suas implicações para a sustentabilidade da agricultura familiar; o percurso histórico das famílias agricultoras em seus estabelecimentos, visando identificar a influência de políticas

públicas e/ou de programas das instituições acima citadas, sobre o seu processo de desenvolvimento; e a situação de vida das famílias agricultoras dessas comunidades, sob os aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Levando em consideração tais eixos, este trabalho em particular realizou-se através da pesquisa e estudo da dinâmica que envolve o Pronaf, vinculado à concessão de crédito pela agência do Banco do Brasil, do referido município, do sudoeste paranaense. Foi analisado como o Pronaf interfere no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar de uma comunidade rural e como os processos de gestão incidem sobre esse processo.

O referencial teórico-metodológico utilizado para a fundamentação e construção da pesquisa está diretamente relacionado à problemática geral (comum das três mestradas) e ao objetivo principal que orienta este trabalho. O ponto de partida para as reflexões teóricas se deu a partir do debate dos efeitos da modernização para as esferas da sociedade que contextualizam a atuação do Pronaf. Ou seja, os capítulos desta dissertação foram construídos no sentido de dar ênfase às discussões que permeiam o Pronaf, estas que se referem ao desenvolvimento sustentável (finalidade do Programa), à racionalidade da gestão (alocação dos recursos por meio de instituições financeiras) e à agricultura familiar (público-alvo, beneficiados). Tais discussões são apresentadas nos capítulos que seguem e representam as categorias analíticas utilizadas neste trabalho.

Desta forma, definiu-se como objetivo geral, identificar e analisar a gestão do crédito rural através do Pronaf, disponibilizado por uma agência do Banco do Brasil localizada no sudoeste paranaense, e suas relações com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Para que isso fosse possível foi estabelecido, portanto, os seguintes objetivos específicos: Analisar a linha de crédito rural do Pronaf, observando seus objetivos, público-alvo e o modelo de agricultura que pretende promover; Verificar como ocorre o processo de gestão do Pronaf, identificando a visão, os critérios e as ações internas da agência/BB na concessão do crédito; Identificar a situação econômica, social e ambiental das famílias agricultoras da comunidade “Fazenda Mazurana”, localizada no município de Dois Vizinhos - PR; Verificar a

percepção dos agricultores da comunidade frente às contribuições do Pronaf para o desenvolvimento da agricultura familiar.

A pesquisa apresentou resultados proeminentes no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento promovido na comunidade Fazenda Mazurana, mais especificamente nas famílias que já acessaram o Pronaf. Pois, embora a situação sócio-econômica-ambiental da grande maioria das famílias tenha assinalado uma condição razoavelmente boa, evidencia-se a predominância do desenvolvimento hegemônico – o produtivista, tanto nas propriedades como nas formas de gestão da política pública (o Pronaf).

2. CONSTRUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DEBATES QUE PERMEIAM A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

2.1 Sociedade Moderna

A multiplicidade de olhares sob uma mesma realidade ou fenômeno permite verificar tamanha disparidade e complexidade de pensamento nos indivíduos e na sociedade contemporânea como um todo. Tais diferenças se justificam pela própria subjetividade inerente a cada indivíduo e pelas transformações a que a sociedade vem se submetendo. Considerar parte das transformações sociais, no que tange às formas de organização e produção da sociedade, como consequência da modernidade emergida no século XVII, não diz respeito a uma reflexão pretensiosa, mas sim, à influência global desta na sociedade contemporânea.

Para maior compreensão desta modernidade, que provoca tantos diálogos e críticas atualmente, é preciso analisar seu impacto nas diversas formas de organização social. Para isso, faz-se necessário clarificar alguns conceitos sobre o tema. Giddens (1991) afirma que a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p.1).

A história da humanidade foi de certa forma constituída por sucessivas modificações, a exemplo disso, as culturas de pequenas comunidades que isoladas desenvolveram-se em comunidades agrícolas e pastoris, definindo a formação de estados agrários, que vão se transformando e resultando, posteriormente, em sociedades modernas no Ocidente, (GIDDENS, 1991).

Segundo este mesmo autor, o desenvolvimento histórico da humanidade é marcado por certas descontinuidades, ou seja, não houve uma forma homogênea de desenvolvimento. Tais descontinuidades referem-se justamente à separação dos modos de vida produzidos pela modernidade com os tipos tradicionais de ordem social. Diversas são as características envolvidas nesse processo de descontinuidades, dentre

elas, pode-se citar o “ritmo de mudança” - facilmente visualizado nas tecnologias, o “escopo da mudança” e a “natureza intrínseca das instituições modernas” – não encontradas em períodos históricos precedentes. O fato é que as mudanças ocorridas nos últimos três ou quatro séculos, foram por sua vez, abrangentes em seu impacto na sociedade, ou como diz o autor vivemos “as conseqüências da modernidade cada vez mais radicalizadas e universalizadas do que antes”, (GIDDENS, 1991, p.13).

A modernidade trouxe além de outros aspectos, profundas transformações de ordem social, já previstas pelos fundadores clássicos da sociologia - Marx, Durkheim e Weber. Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta, sendo que Marx visualizava a forte incidência do sistema capitalista enquanto que o outro enfatizava a força dominante do industrialismo nas instituições modernas. Já Weber via o mundo moderno associado ao progresso material resultante da expansão burocrática que comprimia a criatividade e autonomia das pessoas, (GIDDENS, 1991).

Touraine (1994) afirma que todos estão embarcados na modernidade e referente a isto cita:

Como se a entrada na modernidade supusesse um esforço, um arranque violento do chão da tradição e depois, após uma fase de turbilhões e de perigos, atingisse uma velocidade de cruzeiro, uma estabilidade que permitisse relaxar, esquecer mesmo tanto os pontos de chegada como os de partida, de gozar a libertação das exigências ordinárias. Esta idéia esta muito presente hoje, como se cada país tivesse que se impor um século de duros esforços e de conflitos sociais antes de entrar na tranqüilidade da abundancia, da democracia e da felicidade, (TOURAINÉ, 1994, p.214).

Ao analisar a modernidade, num primeiro momento, observa-se que ela trouxe oportunidades de uma existência segura e gratificante à sociedade ao mesmo tempo em que resultou em riscos antes desconsiderados. Referente o isto, Giddens cita que “a transição do período industrial para o período de risco da modernidade ocorre de forma indesejada, despercebida e compulsiva no despertar do dinamismo autônomo da modernização, seguindo o padrão dos efeitos colaterais latentes, (GIDDENS, 1991, p.16)”.

Considerando a modernização como um processo de inovação autônoma e estando ela relacionada diretamente à sociedade industrial, percebe-se a ascensão de ameaças e riscos sociais, políticos e econômicos. Referente à sociedade de risco Beck

(1997) chama a atenção para o momento em que os perigos da sociedade industrial começam a dominar os debates e conflitos públicos, tanto políticos como privados. Desta forma, o autor menciona:

(...) as instituições da sociedade industrial tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças que não conseguem controlar. O que acontece aqui é que alguns aspectos da sociedade industrial tornam-se social e politicamente problemáticos. Por outro lado, a sociedade ainda toma decisões e realiza ações segundo o padrão da velha sociedade industrial, mas por outro, as organizações de interesse, o sistema judicial e a política são obscurecidos por debates e conflitos que se originam do dinamismo da sociedade de risco. (BECK, 1997, p.16)

Dentro dos riscos considerados por Beck (1997), estão os relacionados à questão ambiental. Sabe-se que a expansão da produção industrial trouxe alguns efeitos colaterais na perspectiva das crises ecológicas globais, no entanto, tais efeitos deixam de ser apenas um “problema ambiental” e começam a ser também uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial.

O que se percebe, portanto, é que a modernidade influencia e altera diversas esferas da sociedade, tanto nos setores produtivos, como nas questões ambientais e sociais. E a partir daí, debates que vão além dos efeitos trazidos pela modernidade passam a ser impulsionados, ou seja, debates que discutam além dos efeitos, alternativas ao modelo de desenvolvimento moderno que se tornou hegemônico, com tendência a se expandir para todo o mundo. Os próximos capítulos desta dissertação tratarão dos debates relacionados ao desenvolvimento sustentável (modelo alternativo ao desenvolvimento convencional produtivista), à racionalidade nos processos de gestão das organizações e às transformações da agricultura familiar, frente à modernidade. Tais debates referem-se às categorias analíticas propostas neste trabalho devido às suas relações com o objeto de estudo (o Pronaf) e com a problemática comum.

2.2 O Desenvolvimento Sustentável: um modelo alternativo?

O termo desenvolvimento se fortalece no século 20, substituindo então a idéia de progresso que predominava até a década de 1930, fato que se deu a partir do declínio da noção de que “naturalmente” as sociedades atingiriam o progresso através da industrialização e da aplicação da ciência e tecnologia e, conseqüentemente, da melhoria do bem estar da população. No entanto, as crises ambiental, econômica e social, reconhecidas nas décadas de 60 e 70, se contrapunham com o sentido de progresso e de desenvolvimento com base no progressivo crescimento econômico. Essa noção progressiva que dominava a sociedade perdeu suas forças com as tais crises acima referidas, pois se passou a dar importância não mais apenas à produção sob um aspecto quantitativo, mas sim, a uma menor degradação ambiental e melhor qualidade de vida. Veiga (2005) referindo-se a este mesmo período, afirma que a noção de crescimento econômico era tida como sinônimo de desenvolvimento, pois se esperava que melhorias nas condições de vida também viessem a acontecer.

Consolidado o termo, a idéia de desenvolvimento logo passou a ser relacionada à de modernização, e ainda que, a fronteira entre a modernização e o desenvolvimento fosse pouco clara, a primeira refere-se à produção de modernidade enquanto que a outra à transformação da sociedade. De acordo com Almeida (1998) a modernização é um processo e o desenvolvimento uma política.

O modelo de desenvolvimento com ênfase nos aspectos econômicos, no contexto do sistema capitalista, vigente na maioria dos países, contribuiu fortemente para a desigualdade na vida social, maior exploração dos recursos naturais, no entanto, com grande avanço tecnológico. Por tais conseqüências provenientes deste modelo de desenvolvimento nasce uma nova noção de desenvolvimento, este por sua vez, na perspectiva sustentável.

Em face do progresso nos meios de produção rurais e da degradação ambiental proveniente disto, o desenvolvimento sustentável introduz novas alternativas de produção e desenvolvimento, buscando minimizar os fortes impactos ambientais e reduzir o grave desequilíbrio social. O Relatório Brundtland publicado em 1987, referente à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, deixa explícito que o desenvolvimento sustentável destina-se a garantir as necessidades das atuais e futuras gerações, (CMMAD *apud* BARBIERI, 1997). Esta e outras conferências

registram a entrada deste debate na esfera política, o que posteriormente, resultou em políticas públicas voltadas à questão ambiental e no direcionamento das agendas políticas para essa questão.

Para Almeida (1998), o desenvolvimento sustentável consiste essencialmente em:

Potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades, e não o crescimento econômico indiscriminado da região implicada seja uma área rural, um município, um país ou um conjunto da biosfera. (ALMEIDA, 1998,p.21).

A partir de análises criteriosas com relação ao impacto da ação humana sobre o meio ambiente, percebe-se a importância do desenvolvimento em bases sustentáveis. Para isso faz-se necessário um equilíbrio entre os agentes sociais e os recursos utilizados por estes. Segundo Almeida (1998), este novo modelo de desenvolvimento busca de certa forma uma integração entre os diferentes níveis da vida social, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social.

A sustentabilidade, como alternativa de reestruturar os modelos econômicos e sociais vigentes, é um processo de construção de uma nova visão que valorize o meio ambiente, ou seja, os recursos naturais disponíveis e os indivíduos. O desenvolvimento referido deve ser encarado como uma ação conjunta, pois não é algo que irá se alcançar com esforços isolados e localizados, mais sim, com uma ação global em prol de uma sociedade que tenha por objetivo o equilíbrio econômico, social e ambiental.

Como discorre Esteves (2008):

(...) a idéia da sustentabilidade por si só não poderá nos tirar das encrencas econômicas, sociais, ambientais e culturais em que nos metemos enquanto estávamos entretidos em competir e acumular. Ela será sempre só a idéia de sustentabilidade, capaz de produzir um certo efeito cênico com o poder relativo de amenizar as nossas angústias em relação às iniquidades que promovemos e com que convivemos. Só nós, mudando o padrão de ação no mundo, conseguiremos reverter às ameaças que hoje nos afligem. E aí, a idéia de sustentabilidade será mais do que útil, será essencial!. (ESTEVES, 2008,p.2).

Com relação às três dimensões do desenvolvimento já referidas neste trabalho, Sachs (1993) cita-as como sendo parte das cinco dimensões prioritárias para o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade social que se refere a um melhoramento no padrão de vida da população, maior equilíbrio entre as diferenças sociais; a sustentabilidade econômica que diz respeito à maior eficiência na gestão e alocação dos recursos públicos e privados; e a sustentabilidade ecológica que tem seus princípios basicamente na redução do consumo de recursos naturais. Completam o quadro apontado por Sachs, a dimensão espacial e cultural.

A proposta de Sachs para tratar o tema da sustentabilidade e do desenvolvimento de forma “multidimensional” incide na intenção de não considerar o crescimento visto como instrumento suficiente de desenvolvimento. Ou seja, a teoria do desenvolvimento sustentável pressupõe a análise a partir de uma perspectiva multidimensional. Conforme declara o secretário do CNUMAD (Maurice Strong citado por Sachs, 1993), para se alcançar as dimensões da sustentabilidade, é preciso atender ao mesmo tempo os critérios de equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Stahel (1995 apud LIONÇO, 2007) afirma que para se chegar a uma sociedade que seja sustentável, depende de uma reconstrução política total da sociedade contemporânea. Entende-se que isso se deve em grande parte ao conflito de interesses entre o mercado com sua unidimensionalidade econômica e o desenvolvimento sustentável da sociedade, que envolve a multidimensionalidade.

Para José Eli da Veiga (VEIGA, 2005, p.189), a diferenciação básica entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável se dá justamente no fato de que o primeiro traz a idéia da não compatibilidade entre o crescimento econômico e a proteção ambiental, enquanto que o outro de certa forma preza pela compatibilidade, defendendo ser possível associar o crescimento econômico com a conservação ambiental.

Como crítica a banalização da utilização do termo sustentabilidade, José Elí da Veiga (2005, p. 188) diz que após ter entrado em moda, a sustentabilidade passou a ser entendida como algo firme, durável, e em muitos casos sendo utilizado para caracterizar um crescimento econômico duradouro, operando, assim, uma completa

desvirtuação do seu real significado. Ou seja, o conceito do “desenvolvimento sustentável” traz de certa forma conflitos, de acordo com quem se apropria dele.

Para Leff o “campo discursivo da sustentabilidade” não emerge do desenvolvimento do conhecimento, mas como efeito de um limite, sendo este, o da racionalidade econômica, científica e instrumental que objetiva o mundo e domina a natureza. O autor ainda afirma:

A dialética da complexidade ambiental desloca-se do terreno ontológico e metodológico para um campo de interesses antagônicos pela apropriação da natureza. Um campo onde qualquer totalidade é concebida como um conjunto de relações de poder constituído por valores e sentidos diferenciados (LEFF, 2004, p.75).

Os debates sobre um desenvolvimento “multidimensional” – o desenvolvimento sustentável – vieram de certa forma, questionar a tendência ao modelo capitalista (produtivista) baseado exclusivamente no crescimento econômico, o qual requer a exploração ilimitada dos recursos naturais. Para Corona (2005):

Tratar da questão do desenvolvimento é reconhecer, da mesma forma, a existência da ambivalência e da complexidade que permeia essa noção. Se a noção de meio ambiente busca compreender a natureza na relação com os seres humanos, a de desenvolvimento busca evidenciar o movimento no sentido inverso, ou seja, a questão ambiental como parte do processo de desenvolvimento da sociedade contemporânea (CORONA, 2005, p.17).

Não se pode pensar em desenvolvimento sustentável com os mesmos critérios e preocupações que acompanharam o “desenvolvimento passado”, antes, é necessário construir um novo paradigma de desenvolvimento, (BARBIERI, 2003). Como bem cita o autor “é necessário rever o fins e os meios para se alcançar o outro desenvolvimento” (*idem*, p.45).

2.3 A racionalidade econômica das organizações na modernidade

Conforme visto, percebe-se que a modernidade trouxe consideráveis transformações para a sociedade e em suas diversas formas de organização, entre estas, as instituições e organizações empresarias. Dentre as transformações ocorridas a partir deste fenômeno, deve-se levar em consideração que as estruturas formais dessas organizações passaram a ser mais racionalizadas do que antes, embora não tenha deixado de se fazer presente a subjetivação nas relações sociais.

Para Touraine (1994) não existe modernidade sem racionalidade. Segundo o autor a modernidade está relacionada com o desencantamento do mundo, ou seja, a substituição da crença pela ciência, da sociedade de reprodução para a sociedade de produção. Concernente a isto menciona:

A modernidade desencanta o mundo, dizia Weber, mas ele sabia também que esse desencantamento não se pode reduzir ao triunfo da razão; ele é, antes, a explosão desta correspondência entre um sujeito divino e uma ordem natural e, portanto, a separação entre a ordem do conhecimento objetivo e a ordem do sujeito, (TOURAINÉ, 1994, p.217).

No entanto, assim como a modernidade trouxe consigo a racionalidade, trouxe também a subjetivação, pois se pensado nas definições que compreendem a racionalidade, entende-se que esta se refere à interação do sujeito com a razão. Sujeito este, que possui aspectos de subjetividade em sua personalidade e ações. Neste sentido é que Touraine (1994) compartilha uma visão bipolar da modernidade: a da racionalização e subjetivação do sujeito, onde esta transforma o indivíduo em sujeito consciente, capaz de atuar no equilíbrio entre a racionalidade instrumental e o mundo vivido pelos homens.

O que se percebe, no entanto, é que a racionalidade e subjetivação advindas da modernidade são indissociáveis ao desenvolvimento das organizações no que tange à sua estrutura de funcionamento e processos decisórios.

De acordo com Bauman (2001):

Entre os principais ícones dessa modernidade encontra-se a *fábrica fordista*, que reduzia as atividades humanas a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, destinados a serem obediente e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais e excluindo toda espontaneidade e iniciativa individual; a burocracia, afim, pelo menos em suas tendências inatas, ao modelo ideal de Max Weber, em que as identidades e laços sociais eram

pendurados no cabide da porta de entrada junto com os chapéus (...) de tal forma que somente o comando e os estatutos poderiam dirigir, incontestados, as ações dos de dentro enquanto estivessem dentro (BAUMAN, 2001, p.33,34).

Certamente, a modernidade trouxe consigo a racionalidade econômica para as organizações em que a produtividade e o lucro deveriam ser os princípios norteadores das atividades organizacionais. Percebe-se que a lógica capitalista, põe em “cheque-mate” as antigas formas de interação da sociedade e mesmo das organizações, trazendo consigo novas facetas de desenvolvimento.

Os paradigmas produtivos industriais que influenciaram os sistemas organizacionais foram fundamentados inicialmente nas teorias formuladas por Taylor, onde se buscava a máxima eficiência e posteriormente por Fayol, com ênfase na alta produtividade. Nestas teorias o trabalhador é relacionado ao *homo economicus*, usado na economia clássica, ou homem operacional segundo as teorias administrativas, o qual se caracteriza como um ser passivo, sujeito aos imperativos da maximização da produção em função dos ganhos monetários, entre outros.

Segundo Ramos (2001), uma alternativa ao homem operacional foi sugerida pela primeira vez nos estudos de Hawthorne, o que marcou a chegada da teoria das Relações Humanas (Elton Mayo), onde o homem era visto como um ser mais complexo do que supunham os teóricos anteriormente citados. A partir disto, os teóricos chamados “humanistas” passaram a ter uma visão diferenciada sobre a natureza da motivação humana, onde o homem não era movido única e exclusivamente pelo apetite de ganho, mas também por outros fatores.

No entanto, Ramos (2001) afirma que embora esses teóricos estivessem aparentemente preocupados com os trabalhadores e suas motivações, os objetivos que buscavam em favor das metas da empresa não haviam mudado, o “objetivo principal era ajustar os indivíduos aos contextos de trabalho, e não o seu crescimento individual” (IDEM, p.4). Após tais considerações o autor traz o seguinte questionamento: “a prática da administração avançou para além desse ponto? À vista dessas evidências, dificilmente a resposta a esta pergunta poderia ser algo diferente de “não”.

A verdade é que já não cabe mais continuar a legitimar a racionalidade funcional das organizações, como se tem feito em larga escala, ao contrário disso, pensar sob viés crítico dos sistemas sociais e organizacionais vigentes, para que se possa alcançar

novas racionalidades e resultados. Tratar do tema da “racionalidade” nas organizações implica em refletir sobre a teoria da burocracia, fundamentada por Weber. Tendo em vista que parte deste trabalho tem por objetivo analisar a gestão do Pronaf via Banco do Brasil, é que se viu a necessidade de atentar a esta teoria. O Banco do Brasil representa uma instituição financeira de forte expressão nacional e no que diz respeito à intermediação de políticas públicas por meio da concessão do crédito. E justamente por se tratar de uma instituição financeira, orientada legalmente sobre os procedimentos, metas e objetivos a que pretende atingir, é que se torna evidente o caráter racional da mesma.

Weber, sociólogo alemão, trata da racionalidade nas estruturas organizacionais a partir de conceitos relacionados à burocracia. Ele centrou os seus estudos na organização formal e na burocracia racional das instituições, após a Revolução Industrial.

O estudo da burocracia realizado por Weber buscou estabelecer regras sistemáticas que buscavam estruturar, estabilizar e ordenar as organizações. A própria complexidade criada dentro das organizações, decorrente do processo de modernização iniciado neste período, exigiu instrumentos que fornecessem maior eficiência, a exemplo disto, a burocracia.

Segundo Motta (1994), a burocracia tem sua base na capacidade de atingir fins propostos de forma eficiente, sob a garantia de um sistema adequado de leis. Há uma diferenciação em termos de conceitos da burocracia hoje, a qual é vista com um sentido até pejorativo por ser associada ao funcionamento deficitário das Instituições Públicas, naquela estudada por Weber, a ênfase estava na busca da eficiência das organizações através da racionalidade, impessoalidade e formalidade na estrutura e funcionamento.

Weber certamente desenvolveu a análise burocrática mais importante e sistemática. Através dos seus estudos é possível observar que a burocracia em sua forma moderna, baseada na razão e no direito, evidencia-se ainda mais com o surgimento do Estado (MOTTA, 1994). É importante destacar que a burocratização não se limita às organizações públicas ou governadas pelo Estado, até mesmo porque Weber identificou o sistema burocrático se desenvolvendo em diversas faces da sociedade.

De acordo com Weber (1982) a sociedade moderna da qual predomina o sistema capitalista, está fundamentada na sociedade burocrática. Referindo-se a isto, Hillig (2008) afirma que para Weber:

O sentido da racionalização perpassa a sociedade moderna, caracterizada pela crescente ênfase no conhecimento técnico-científico, nas estruturas formais de autoridade, na crescente regulamentação, na profissionalização, na ênfase, no mérito como forma de ascensão social e legitimação da autoridade, na impessoalização, entre outras. (HILLING, 2008, p. 71).

Percebe-se que a burocracia estudada por Weber, é tida como a mais eficiente forma de organização criada pelo homem, é uma forma de “desmitificação” da esfera dos mitos e dogmas para a esfera da razão, da ciência, da tecnologia e da competência técnica. De maneira geral, Weber (1982) descreve a burocratização como uma mudança da organização antes baseada em valores e ação, para uma orientada por objetivos e ação.

A partir de estudos e concepções de Weber, Hillig (2008) define a burocracia como uma forma de organização humana que se baseia na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos pretendidos, a fim de garantir a máxima eficiência possível no alcance desses objetivos.

O conceito geral é de que neste modelo de organização a obediência ou subordinação não é devida a uma pessoa propriamente estabelecida, mas a um conjunto de regras e regulamentos legais anteriormente estabelecidos.

Nestas organizações o governante é quem exerce o poder dentro dos limites fixados pelas regras e regulamentos sancionados por lei. Tendo em vista que tal posição de poder é normalmente alcançada por meio de procedimentos legais, como concursos, nomeação, eleição, entre outros.

Outro fator relevante neste estudo é a relação interna da organização, ou seja, a forma com que os funcionários e governantes se relacionam, já que esta relação é também definida por regra impessoal e escrita, que por meio da racionalização define os direitos e deveres inerentes a cada posição, isto é, a hierarquia. Concernente a isto, Hillig (2008) afirma:

A administração puramente burocrática, portanto, considerada do ponto de vista formal, é a forma mais racional de exercício de dominação, porque nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade. A administração burocrática significa dominação em virtude do conhecimento. Este é seu caráter fundamental especificamente racional. Além da posição de poder devida ao conhecimento profissional, à burocracia, ou o senhor que dela se serve, tem a tendência de fortalecê-la ainda mais pelo saber prático de serviço e o conhecimento de fatos adquiridos na execução das tarefas ou obtido via documentação. O conceito burocrático do segredo oficial provém desta pretensão de poder. (HILLIG, 2008, p. 74)

A partir dos conceitos elaborados por Weber, fica claro que tais organizações que assumem a forma burocrática de poder, caracterizam-se por levar em consideração as metas coletivas da organização e não as dos seus membros individuais, como cita Hillig (2008), neste processo quanto mais racional e burocrática se tornar uma organização, tanto mais os membros individuais tornam-se simples “engrenagem” de uma máquina.

Se comparada a teoria inicialmente formulada por Weber a respeito de burocracia, com a repercussão empírica do termo na sociedade atual, percebe-se que a idéia sobre o tema está de certa forma defasada.

No conceito popular a burocracia é visualizada com uma noção imprecisa e equivocada, a qual impede soluções rápidas e eficientes nas organizações. O termo é também empregado no sentido do apego dos funcionários às rotinas de trabalho, o que gera ineficiência e morosidade no processo. Sendo assim, entende-se que designação “burocracia” passou a ser utilizada para caracterizar os defeitos do sistema e não o sistema em si.

Dentre as principais características da burocracia estabelecidas por Max Weber (1982) deve-se mencionar: as atividades distribuídas de forma fixa como deveres oficiais (o caráter legal das normas e regulamentos); a realização metódica, regular e contínua destes deveres (o caráter racional da divisão do trabalho); a hierarquia de autoridade e de cargos; a impessoalidade e funcionalidade nas relações e ocupação dos cargos; as rotinas e procedimentos standardizados; a competência técnica e a especialização da administração e profissionalização dos participantes.

Assim, percebe-se que a modernidade trouxe sucessivas transformações à sociedade e suas diversas formas de organização, o que resultou em maior

racionalidade nos processos e na estrutura de funcionamento. No entanto, esse modelo de organização (burocrática) veio a ser contestado com um vasto número de estudos que vieram a demonstrar que, por um lado, uma estrutura que se supunha a emanção da racionalidade, apresentava um funcionamento, ou seja, um comportamento marcado pela irracionalidade. (FRIEDBERG,1995).

Crozier em seu texto “O sistema de organização burocrática” discute a formas de distribuição do poder e estratégias utilizadas pelos indivíduos em suas organizações. O autor faz uma crítica sobre a sociologia da burocracia de Weber enfatizando a “standardização” a que foram reduzidos seus membros. Segundo Crozier (1977) é necessário analisar os limites que este processo impõe ao desenvolvimento das organizações. As teorias que tratam das disfunções burocráticas são contemporâneas da escola das relações humanas e segundo Simon seguem uma lógica semelhante. Reconhecem que as atividades humanas têm ligações com os sentimentos, a pertinência a um grupo e com as relações interpessoais, o que leva reconhecer, que os pedidos racionais não são suficientes para determinar resultados constantes e previsíveis e a eficácia não pode ser resumida à existência da perícia, impersonalidade e hierarquia (tipo ideal).

Neste modelo burocrático há uma exigência de conformidade da organização, daqueles que exercem o poder e também dos subordinados. Segundo Crozier (1977) do ponto de vista dos subordinados há a exigência de conformidade, pois eles a utilizam para comprometer à direção e desta forma proteger-se dela, ou seja, os funcionários aceitam entrar no jogo que lhes é imposto, na medida em que possam utilizá-los em seu próprio interesse. Organizações com esse modelo de funcionamento tendem a ser rígidas e com dificuldades de adaptação às mudanças.

A centralização das decisões se dá pela necessidade de se tomar medidas que não foram contempladas pelas regras estabelecidas através da relação de impersonalidade, o que resulta na centralização nas mãos de alguns “responsáveis” que possam estar protegidos contra pressões pessoais dos afetados pelas decisões. Este poder de interpretar e complementar ou substituir as regras tende a afastar-se das células de execução. É tanto mais centralizado quanto mais houver pressão para a impersonalidade e concretamente tende mais a tratar dos problemas políticos internos

do que os de adaptação ao ambiente (CROZIER, 1977). O autor observa que as organizações menos burocráticas tendem gradativamente à incorporar as mudanças necessárias e que as mais burocráticas/rígidas, onde as decisões são tomadas sempre nos escalões superiores, distantes dos problemas concretos e isolados dos demais estratos pela pouca comunicação, inviabilizam mudanças graduais. Ou seja, muitos subordinados se sujeitam às regras de conformidade e rigidez para se proteger das pressões exercidas pelos de “alto escalão” ou mesmo dos demais subordinados.

De acordo com Friedberg (1995) a expressão organização remete, por um lado, a um objeto social, por outro, a um processo social que está no cerne da ação humana. Em outras palavras, seriam conjuntos de pessoas formalizados e hierarquizados a fim de assegurar a cooperação e coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins. Isto é, o termo organização é uma forma mais genérica de se referir aos diversos tipos de instituições, associações, partidos públicos ou empresas, mas sem considerar obviamente, as suas distinções e particularidades.

O modelo burocrático proposto por Weber sugere a “racionalização” nos processos de gestão para uma maior “eficiência”, embora este conceito não esteja totalmente desvinculado da idéia de maior “produtividade”. No entanto, a padronização e despersonalização dos cargos e atividades não implicam na padronização total das ações e decisões dos indivíduos, pois não diz respeito apenas à razão, mas também, à subjetividade inerente a cada um. E neste sentido, Simon – cientista norte-americano – traz relevantes contribuições.

Herbert A. Simon é uma das grandes referências no estudo sobre o processo de tomada de decisões no interior de organizações econômicas, estas que não se reduzem aos aspectos racionais dos indivíduos nas organizações, mas consideram também os aspectos subjetivos.

Tendo em vista que parte desta pesquisa se propõe a analisar a gestão do Pronaf a partir de uma agência do Banco do Brasil (BB), procura-se compreender como ocorrem os processos decisórios envolvidos até a concessão do crédito, pois se entende que a alocação dos recursos, em muito, depende da gestão. O BB é uma instituição financeira com evidentes características do modelo burocrático (BATAGLIN, 2009), a exemplo disto, a hierarquia de autoridades e cargos, a impessoalidade na

ocupação dos cargos, as rotinas e processos estandardizados, entre outros. Não obstante, os processos decisórios estão diretamente relacionados aos gestores, às ações dos funcionários que compõe esta organização. Em face disto é que as discussões de Simon tornam-se pertinentes, pois embora haja normas, padrões e diretrizes que busquem orientar as ações dos indivíduos nas diversas esferas na sociedade e organizações, em algum momento estas ações se deixam ser marcadas pela subjetividade.

De acordo com Oliveira (2004, p.148) as decisões são classificadas por Simon em: decisões programadas e decisões não-programadas. As decisões programadas são caracterizadas por serem repetitivas, rotineiras e estruturadas – decisões automatizadas por uma seqüência de procedimentos, não necessitando da intervenção do decisor. Já as decisões não-programadas são caracterizadas pela novidade, além de serem desestruturadas – decisões não automatizadas, que dependem de solução do decisor. Essa novidade surge justamente por não existirem referenciais anteriores para a resolução do problema ou em razão de sua complexidade.

Simon (1947 apud Barros, 2004) traz a idéia de que o comportamento humano apresenta a intenção de racionalidade, esta que é orientada por objetivos, porém, toda a decisão envolve na prática elementos factuais e de valor. Proposições factuais são aquelas passíveis de comparação com o real, com a experiência, podendo ser julgada, portanto, a sua veracidade. No entanto, para Simon as decisões envolvem muito mais do que apenas proposições factuais, elas envolvem proposições éticas, com um conteúdo intrínseco que não podem ser testadas empiricamente ou racionalmente.

No que tange a tomada de decisão objetivamente racional, há três etapas envolvidas: a listagem de todas as possíveis estratégias alternativas de comportamento; a enumeração de todas as conseqüências que se seguem a cada uma delas; e a comparação entre os conjuntos de conseqüência que se seguem a cada alternativa em termos de uma escala de valores abrangente.

Referente a isto, o autor menciona:

Vimos, portanto, que a racionalidade do comportamento consiste na seleção de uma alternativa preferida relativamente a algum sistema de valores. Isto não implica, no entanto que este processo seja deliberado ou consciente. Além disso, do ponto de vista de que sistema de valores ela deve ser considerada? A

solução para estes dilemas é qualificar a racionalidade. Uma decisão será *objetivamente* racional, conforme já usado acima, na medida em que, de fato (não apenas relativamente às expectativas), maximize os valores dados numa dada situação. Será *conscientemente* ou *deliberadamente* racional na medida em que o ajustamento entre meios e fins seja consciente ou deliberado. Será *organizacionalmente* racional se voltada aos objetivos da organização, e *pessoalmente* racional se voltada aos objetivos pessoais de um indivíduo. Simon (1947 apud BARROS 2004, p.70).

E neste sentido, é que na obra de Simon o comportamento é considerado subjetivamente racional na medida em que se adapta no ambiente subjetivo da decisão e em geral racional no que se refere à intenção de racionalidade. Relativo a isto, Barros (2004, p.71) diz que “Simon argumenta que o homem não se comporta de forma objetivamente racional não porque não queria, mas porque não consegue”. Devido às suas capacidades cognitivas e computacionais, já citadas anteriormente, serem limitadas frente ao complexo mundo a sua volta, ele estende o “princípio da racionalidade restrita”.

De acordo com Friedberg (1995) as contribuições de Simon ao propor o conceito de “racionalidade limitada” formam as bases decisivas para renovar o raciocínio sobre a racionalidade. Segundo o autor, Simon parte de dois pontos: primeiramente afirma que a teoria das organizações só tem utilidade e justificação caso se admita que a racionalidade humana esteja sujeita as limitações e que estas limitações são dependentes do contexto organizacional em que se situa um determinado responsável por decisões. O outro ponto é de que os comportamentos humanos não correspondem de modo algum às hipóteses de racionalidade perfeita.

Ou seja, neste modelo considera-se que o decisor detenha todas as informações e uma capacidade ilimitada para o seu tratamento, que procure a solução ótima entre todas as opções possíveis e tenha uma idéia clara quanto às suas preferências. (FRIEDBERG, 1995).

Por um lado, a informação de um decisor é sempre incompleta porque o conhecimento das conseqüências das diferentes possibilidades de ação e do seu valor no futuro é sempre fragmentário e, devido a razões de toda ordem (falta de tempo, falta de imaginação, falta de atenção), apenas um pequeno número das soluções possíveis é realmente ponderado. Por um outro lado, nenhum decisor está apto a otimizar suas soluções, uma vez que a complexidade dos processos mentais que uma verdadeira otimização implica supera e muito, as capacidade de tratamento da informação e de raciocínio do

ser humano. (...) o decisor põe em prática um raciocínio seqüencial no qual, a partir de uma idéia mais ou menos precisa do que seria uma solução aceitável, examina uma a uma as opções que se lhe oferecem e dirige sua escolha à primeira que corresponde a essa idéia. Segundo as palavras de Simon, não otimiza, contenta-se com uma solução satisfatória. (FRIEDBERG, 1995, p.381).

Em face do exposto, percebe-se que a modernidade trouxe consigo aspectos racionais no que diz respeito à estrutura organizacional, no entanto, não eliminou a subjetividade dos integrantes desta. Assim, é possível dizer que a racionalidade advinda da modernidade tem a ver mais com uma estrutura de funcionamento ou forma de pensamento do que propriamente em relação às ações decisórias dos indivíduos dentro das organizações. Não há pretensão, nesta pesquisa, em defender um determinado modelo estrutural ou de gestão nas organizações, busca-se compreender a forma com que a racionalidade advinda da modernidade (economicista/capitalista) penetra as organizações e remodela o seu processo de gestão.

Pensar de forma “crítica” sobre a gestão das organizações, em como esta tem se orientado frente ao modelo capitalista de desenvolvimento, permite considerar a realidade como um campo de possibilidades e alternativas ao que está empiricamente dado, (SANTOS, 1999). De acordo com Santos (1999), a realidade posta sugere pensar em alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que existe. Fala-se em alternativas, pois se sabe que a gestão e os processos decisórios nas organizações atuais tendem a comprometer-se com o modelo produtivista e de acumulação de capital que pressupõe resultados iguais aos que se tem obtido.

No caso do BB, deve-se levar em consideração o público-alvo para o qual se destina o crédito disponibilizado pelo Pronaf. Pois se refere a um público diferenciado, não necessariamente em posição social, mas no modo específico em que se organiza e se reproduz. Um público, cuja aspiração não tem a ver necessariamente com a geração de riquezas, mas com a provisão e continuidade familiar, dentre outros aspectos.

Chayanov (1981), em seus estudos sobre as unidades econômicas familiares, ressalta que estas possuem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção muito específica de lucratividade. O autor tece uma crítica sobre a teoria moderna da economia, no sentido de que “tornou-se costume pensar *todos* os fenômenos econômicos exclusivamente em termos de economia capitalista”,

(CHAYANOV, 1981). Para o autor os princípios sobre renda da terra, capital, preço e outras categorias, foram formados sob a influência de uma economia baseada no trabalho assalariado, que busca a maximização dos lucros. Desta forma, o autor afirma que todos os outros tipos de vida econômica são vistos como insignificantes.

Todos os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica são vistos como insignificantes, ou em extinção; no mínimo considera-se que não tem influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico (CHAYANOV, 1981, p.133).

Isto é, as atividades da agricultura familiar ou “unidade econômica familiar” fundadas numa racionalidade além da lógica moderna capitalista, trazem a necessidade de que se tenham programas, políticas e organizações com modelos alternativos ao modelo convencional. Em seqüência será visto como a racionalidade moderna penetrou estas unidades familiares, ao mesmo tempo, em que estas mantiveram certas especificidades na forma gestão.

2.4 A agricultura familiar e a racionalidade moderna

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, que sem dúvida foi um divisor de águas em âmbito político, econômico e social, os problemas como escassez de alimentos se intensificaram ainda mais, fortalecendo e intensificando a agricultura moderna, hoje identificada como agricultura convencional. Esta passou a utilizar-se de fertilizantes químicos, do melhoramento genético das plantas e animais e da utilização de maquinários agrícolas. Fortaleceram-se nesta época as empresas agrícolas com grandes extensões de terra e mais aptas a assimilarem as mudanças tecnológicas, e em contrapartida, a pequena propriedade rural se tornou em certo ponto inviável para o modelo preconizado (TEDESCO, 1999). Este processo de modernização agrícola que tinha como um dos seus pilares a conhecida Revolução Verde, que chegou ao Brasil em meados da década de sessenta/setenta e teve como objetivo promover alta eficiência na produção agrícola, estimulando ainda mais a agricultura moderna. Tal

modelo estava fundamentado em alguns princípios que pretendiam basicamente o aumento da produtividade através da utilização intensiva de insumos químicos, irrigação e mecanização do campo. Este fato justificou-se, primeiramente, pelo cenário econômico encontrado na época (citado anteriormente), não obstante, Veiga (1994) afirma:

Seria puro determinismo histórico dizer que o modelo americano, cujo ápice foi a “Revolução Verde”, era mesmo a única via de vencer a fome. Se metade dos imensos recursos aplicados na pesquisa agropecuária neste século tivesse sido dirigido ao paradigma biológico, a comparação entre os esquemas convencionais e alternativos seria hoje factível. E só assim poderia haver consenso sobre a falsidade do dilema “veneno ou fome” (VEIGA, 1994, p.21).

O fato é que a modernização se acentuou consideravelmente contribuindo também para o aumento da desigualdade social e de renda e culminando em degradação ambiental que impulsionaram a procura por uma definição de consenso sobre o que seria uma agricultura sustentável, (VEIGA, 1994). Primavesi (1992) referindo-se ao modelo convencional relata:

A tecnologia agrícola convencional, no mundo inteiro, leva os médios e pequenos agricultores à falência. Sem subsídios, a agricultura não sobrevive, graças à tecnologia atual. É uma agricultura não sustentável: os governos se endividam, os agricultores vão falindo, os solos se estragam, tornando-se improdutivos, e os consumidores sofrem graças a uma alimentação pouco nutritiva, biologicamente deficiente. O que torna a agricultura atual inviável são os preços dos insumos. Nos últimos seis anos, desde 1986, a agricultura brasileira trabalhou no vermelho. É o resultado da tecnologia altamente químico-mecanizada implantada pela “Revolução Verde”. Desde então parece que o destino dos pequenos agricultores são as favelas das grandes cidades. Porém existe uma chance para o agricultor e esta é de mudar o enfoque e a tecnologia (PRIMAVESI, 1992, p.9).

O autor acima se refere à agricultura convencional como sendo uma alternativa de produção não muito favorável visto que é uma agricultura não sustentável, pois não apenas ambientalmente, mas também em termos econômico-sociais, não gera benefícios favoráveis a todas as partes envolvidas, sendo estas, o governo, os pequenos agricultores, os consumidores, as Instituições Financeiras e o meio ambiente.

Como visto acima, este processo de modernização teve o seu início no exterior, logo após a Segunda Guerra Mundial, e a exemplo dos países desenvolvidos se tornou

efetivo no Brasil em meados dos anos sessenta, fruto da política da ONU, através do Banco mundial e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Através destes mecanismos, no Brasil, inicia a implantação de políticas públicas para a modernização da agricultura via crédito subsidiado, política de preço mínimo, seguro agrícola para quem financiava a produção que atendessem aos princípios da modernização, extensão e pesquisa, entre outros. No entanto, para Veiga (1994) não foi com tanto entusiasmo que os agricultores entraram na “corrida tecnológica” que caracterizou a modernização agrícola do século XX.

Neste contexto, implantou-se a idéia de que era preciso aumentar a produção devido ao crescimento da população mundial, sendo que o abastecimento de alimentos só seria possível com a modernização da produção agrícola. No entanto, nem todos os produtores rurais tinham conhecimento dos resultados que teriam por assumirem os riscos de adotar uma tecnologia altamente tecnificada/especializada.

Atendendo às pressões da indústria e dos cientistas que desenvolveram variedades de altíssima produção, e ao verem plantas produzindo até cinco vezes mais do que no sistema “antigo”, os agricultores inseriram-se neste processo de mecanização e implantação de um novo modelo de produção no espaço rural, que culmina com insumos transgênicos. Deve-se levar em consideração também que o agricultor não estava ciente de que para a obtenção de lucro desta forma produtiva, seria preciso um acirrado aumento na produção e preferencialmente de uma só cultura (a monocultura), voltada ao mercado exportador.

Por fim, constatou-se que este processo todo de produção era muito mais complexo do que o método de produção tradicional. Por um lado, houve efetivamente o aumento da produção e da produtividade, motivo pelo qual a modernização e inserção de insumos geneticamente alterados dominaram o mercado mundial. Várias são as conseqüências, sendo algumas destas: a expansão dos latifúndios e da monocultura; a inviabilidade da pequena propriedade defronte as condições exigidas por este sistema; aumento do êxodo rural; destruição de rios e florestas; contaminação tanto do trabalhador rural como do consumidor e a liquidação da biodiversidade destes espaços (plantas, animais e fungos).

Em contrapartida ao modelo de desenvolvimento acima mencionado, os pequenos agricultores que detinham fortes características do camponês tradicional, foram excluídos (êxodo rural) desse modelo ou de certa maneira foram assumindo uma nova condição de produtor moderno. Nos últimos anos, decorrente da abrangência e das sucessíveis transformações a que têm sido dados a este setor da agricultura, têm-se falado na agricultura familiar não mais como o camponês tradicional, embora esta herde características deste. Entre os modelos de produção agrícola, destaca-se consideravelmente a agricultura familiar, não apenas por se fazer presente em grande escala no Sudoeste paranaense, região a que este estudo se refere, mas também por corresponder ainda a grande parte do setor agropecuário brasileiro.

De acordo com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), em 2006 este modelo de agricultura era responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária e suas cadeias produtivas correspondiam a 10% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) do País. Reunia 4,2 milhões de agricultores, que representavam 84% dos estabelecimentos rurais e empregava 70% da mão-de-obra do campo.

O Censo Agropecuário 2006 divulgado pelo IBGE em 2009 aponta esta importância da agricultura família na economia brasileira, afirmando que no Brasil existem 4.367.902 estabelecimentos agropecuários familiares. Embora ocupe apenas 24,3% da área total destinada à produção, a agricultura familiar responde por 38% da renda bruta gerada no meio rural e ocupa 74,4% do pessoal que trabalha no campo. São 12,3 milhões de pessoas trabalhando na agricultura familiar.

Comumente, relaciona-se a agricultura familiar com o agricultor de subsistência, aquele que herda também características do campesinato, no entanto, não se pode dizer que tal suposição é de fato uma realidade, ou que necessariamente a agricultura familiar e o campesinato sejam iguais. Pelo contrário, o campesinato corresponde a uma das formas particulares no interior de um conjunto maior da agricultura familiar (TEDESCO, 1999).

A agricultura camponesa tradicional sustenta-se na relação propriedade, trabalho e família, e como visto possui algumas particularidades. Dentre as características citadas por Lamarche (1994 apud TEDESCO, 1999), destaca-se a de prover tanto a

subsistência imediata do grupo familiar, como a reprodução da família pelas gerações subseqüentes.

Conforme objetivos a que se propõem os agricultores, para si mesmos e para suas famílias, e conforme também os contextos socioeconômicos locais e o respectivo nível de desenvolvimento, deve-se distinguir as unidades de produção camponesas de outras consideradas de subsistência. Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar. (LAMARCHE, 1994 apud TEDESCO, 1999, 31).

A partir disto, observa-se que o conjunto de atividades agrícolas desempenhadas nessas propriedades se concentra, portanto, nos membros da família, característica bastante peculiar desse modelo de agricultura, visando a constituição de um patrimônio familiar. No entanto, como bem cita o autor acima, isso não implica em dizer que ela se identifique simplesmente como agricultura de subsistência.

Referente a isto, Tedesco (1999) cita:

(...) um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção pela geração atual possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a essa as condições de sua sobrevivência. (TEDESCO, 1999, p.27).

Portanto, embora a função de subsistência esteja presente no modelo camponês, ele certamente não se reduz a isto, justamente por apresentar em seu sistema uma vontade de conservação e crescimento do patrimônio familiar. Da mesma forma, embora a agricultura camponesa seja normalmente pequena, ela não é assim caracterizada por sua dimensão, mas tem sua natureza determinada pelas relações sociais internas e externas já citadas anteriormente. As sociedades tradicionais tiveram forte influência do campesinato e se incorporaram no Ocidente europeu desde meados da Idade Média até o fim do século XIX. Mas importa saber que o predomínio deste mundo tradicional no Ocidente sofreu profundas transformações em períodos recentes, tanto na forma de produzir quanto em suas relações sociais.

Já no Brasil, o campesinato é profundamente marcado pela precariedade das propriedades e pela instabilidade das situações vividas, mas ao mesmo tempo há o

acesso à atividade mercantil. Portanto, a integração ao mercado e a garantia do consumo de subsistência constitui o patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro, (TEDESCO, 1999).

Neste ponto, é importante entender que mesmo o campesinato não tendo mais tanta significância como anteriormente nas sociedades tradicionais, este ainda continua a se reproduzir nas sociedades modernas. Surge então nas sociedades contemporâneas, a agricultura familiar não camponesa, que pelo impacto das transformações sociais e econômicas adaptaram-se a um novo contexto de reprodução, a agricultura moderna e ao mercado.

Segundo Lamarche (1997), dentro das diversidades de agricultura que se encontram neste último modelo mencionado, encontra-se a agricultura de subsistência, os empreendedores agrícolas e a agricultura familiar.

Lamarche (1993), com relação à agricultura familiar se refere à mesma como sendo:

(...) uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. (...) Frequentemente o termo agricultor familiar caracteriza mais uma exploração individual, de preferência tradicional e, por isso, naturalmente, tende a ser confundido com o de exploração camponesa. (LAMARCHE, 1993, p.15)

Para Ferreira (2004), embora a agricultura familiar esteja fundamentada no campesinato, esta desenvolveu novas formas de reprodução buscando adaptar-se ao mundo moderno, comunicar-se com o espaço urbano, bem como, inserir-se em um sistema produtivo e uma economia capitalista, ainda que esta inserção seja representada por uma produção em pequena escala. Certamente, a agricultura familiar passou a absorver os reflexos da modernização do campo, anteriormente mencionados. Sobre isso Almeida (1997) afirma que o conteúdo ideológico da modernidade na agricultura incorpora quatro grandes elementos ou noções, sendo eles:

a *noção de crescimento* (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a *noção de abertura* (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a *noção de especialização* (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o *aparecimento de um novo tipo de agricultor*, individualista,

competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional (ALMEIDA, 1997, p. 8)

Ou seja, a inserção da agricultura familiar a este modelo de desenvolvimento econômico, o capitalismo, não corresponde simplesmente a uma mudança quantitativa, mas também, a uma mudança estrutural relacionada à forma de produzir, comercializar, comprar, vender.

Referente à caracterização deste modelo de agricultura, Tavares (2002 apud FERREIRA, 2004, p.20) sustenta que o produtor dessa categoria se caracteriza como sendo “um produtor familiar-trabalhador que não é camponês e nem assalariado, mas um agricultor familiar, o qual não tem autonomia completa de seus meios de produção, embora tenha sua propriedade”.

Ainda no que tange à definição da agricultura familiar, Souza (2002) afirma:

A agricultura familiar pode ser definida como aquela em que a família, além de deter uma relação de propriedade sobre a terra (meio de produção), assume a responsabilidade pela execução do trabalho necessário ao processo produtivo. Podemos entendê-la como uma categoria genérica, pois a associação entre o trabalho familiar e a propriedade assume diferentes formas quanto à organização e aos objetivos da produção ao longo do tempo e do espaço. (SOUZA, 2002, p.38)

Pode-se dizer então, que a agricultura familiar relaciona-se às atividades executadas no processo produtivo que são, portanto, realizadas pelos próprios integrantes da família, estes que por sua vez, detém a propriedade da terra.

Segundo Mattei (2006) a legitimação por parte do Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – se deu com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Até então, esta categoria era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Independente do termo utilizado sabe-se que os agricultores familiares caracterizam-se por apresentar especificidades em sua forma de gestão e produção, ainda que, algumas destas tenham se transformado com a lógica capitalista. É verdade que a partir da modernização do campo, houve a inclusão de novas características na

reprodução social da agricultura familiar, não obstante, esta categoria social possui particularidades que vão além da racionalidade econômica vigente.

Em busca de compreender essas peculiaridades, deve-se mencionar Alexander Chayanov, agrônomo e membro da Escola de Organizações e Produção (1917), na URSS, que em seus estudos e pesquisas tornou-se referência internacional na economia do desenvolvimento. Segundo Abramovay (1998), Chayanov elaborou uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseadas fundamentalmente no trabalho da família. Ele defendia a inexistência do trabalho assalariado como um dos fatores que assinalam a economia camponesa e sua dinâmica não-capitalista.

Ou seja, o salário, capital, lucro e renda num modelo de desenvolvimento hegemônico em que o que prevalece é o interesse capitalista, impede que se compreendam os comportamentos específicos e surpreendentes do campesinato ou unidades agrícolas familiares. A questão é que apesar do predomínio capitalista nas diversas formas de produção na sociedade atual, as pequenas unidades familiares agrícolas demonstram certa racionalidade que não pode ser analisada à luz das teorias econômicas clássicas.

Neste sentido, torna-se relevante as constatações de Chayanov referente à unidade econômica camponesa.

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade (CHAYANOV, 1981 apud CARNEIRO, 2009, p.4)

Basicamente Chayanov traz a idéia de que as unidades econômicas camponesas, ou unidades agrícolas familiares, estão atreladas a satisfação das suas necessidades. Entende-se que há uma relação indissociável entre o trabalho e as necessidades de consumo da unidade. Segundo ele, as decisões sobre produção e consumo estão relacionadas a fatores internos, a exemplo disto, a motivação individual.

Segundo Chayanov a unidade interna de produção da família agricultora possui características básicas nas quais se diferem da empresa capitalista. Pois ao contrario

da empresa capitalista, a organização familiar quando movimentada o capital que envolve o seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção. Logo não há extração e apropriação de trabalho alheio, de mais valia.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura da unidade de trabalho para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (CHAYANOV apud SILVA, 1981, p.137).

Segundo Corona (1999, p. 36) “o objetivo da economia familiar é sempre a busca da melhoria da qualidade de vida dos membros da família, o que se diferencia da lógica capitalista do lucro crescente”. Deste modo, há diferença de finalidade entre a racionalidade capitalista – lucro constante – e a organização familiar – qualidade de vida da família.

Henri Mendras, seguidor da corrente chayanoviana, em seu livro sociedade camponesa, coloca que, desde o momento que as “explorações camponesas” estão inseridas em uma economia capitalista e possuem relações com o mercado, começam a ter características de empresas capitalistas, ou seja, “o camponês se transforma em empresário”.

Embora a economia familiar possua particularidades em sua forma de gestão, esta também passa a assumir novas condições de racionalidade ao estar inserida no capitalismo. Em face disto, o que se percebe é que a unidade agrícola familiar possui racionalidades que combinam ao mesmo tempo aspectos tradicionais com aspectos do mercado capitalista.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E O PRONAF

Verificar a intervenção estatal no meio rural e como as políticas públicas (PP) interfere e se relacionam com a agricultura, mostra o quão necessário é que haja harmonia entre o Estado, os atores sociais e as PP, que visam beneficiar e promover o bem-estar da sociedade. Para maior compreensão de como as PP atuam na sociedade e quais as finalidades da sua criação, é válido resgatar a sua origem, trajetória e desdobramentos.

Pode-se dizer que o seu surgimento enquanto área de estudos acadêmicos se deu nos EUA, com a ênfase nos estudos sobre a ação do governo, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer, e não necessariamente, sobre o papel do Estado. Já a PP, no que diz respeito ao governo - como instrumento de decisões, foi incrementado a partir da Guerra Fria (SOUZA, 2006).

Sobre a definição do que seja PP, Souza (2006) diz que não existe uma única, nem melhor definição sobre o tema, trazendo então, uma síntese sobre várias definições, conforme segue:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006, p.4)

Ao analisar tais definições é possível observar a centralização que há no papel dos governos, embora a discussão sobre este tema seja ainda mais abrangente, no sentido de olhar para os interesses, idéias e preferências daqueles que a desenvolvem. Segundo a autora anteriormente mencionada as definições de PP assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Assim, entende-se PP como um campo de estudo multidisciplinar, em que a ênfase está no motivo pelo qual foi criada (sua natureza) e em seus processos. Desta forma, Souza (2006) menciona:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.4).

Obtendo, portanto, essa visão holística das PP é possível verificar o papel e influência dos atores envolvidos nesse processo, ou seja, a relação do governo (aqueles que decidem e implementam as PP) com a sociedade. Pois, sabe-se que a implementação de uma política, se estabelece em meio a disputas e arenas de interesses contraditórios. O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) representa uma das políticas públicas, surgidas na década de noventa, que veio atender a um segmento da sociedade, até então excluído pelo sistema econômico vigente. Trata-se de uma PP que evidenciou o debate do desenvolvimento sustentável – inserido nas agendas políticas nesta mesma época – e se colocou como possível alternativa ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Em face disto, faz-se válida a análise e compreensão desta política pública que não apenas se consolidou nos últimos anos, mas surgiu como alternativa ao modelo convencional de desenvolvimento.

Pensar o Pronaf a partir do contexto em que os agricultores familiares passaram de “marginalizados” para protagonistas de parte das políticas públicas destinadas ao rural, permite verificar as razões e situações que levaram este programa que teve como aspecto fundamental financiar o projeto de desenvolvimento para esses agricultores, ser de grande relevância no meio rural. Neste capítulo serão abordados alguns aspectos que contribuíram significativamente para a evolução e consolidação desta política pública neste segmento social também fortalecido, isto é, os agricultores familiares.

Por muito tempo o desenvolvimento rural esteve diretamente relacionado à eficiência na produtividade das atividades agrícolas e no seu sistema de produção. O conceito trazido pela modernização era de que o aumento na produtividade agrícola por meio da substituição da força de trabalho humana pela força mecânica, entre outros, proporcionaria o desenvolvimento rural como um todo. No entanto, sabe-se que ao contrário disso, a modernização trouxe benefícios ao sistema produtivo, mas que não necessariamente, foram soluções efetivas às condições de vida das famílias residentes neste espaço.

Mattei (1999), com relação a isto, menciona:

A lógica que fundamentou a modernização da agricultura era a de que o desenvolvimento agrícola levaria necessariamente ao desenvolvimento rural. Neste caso, o fim da pobreza no meio rural poderia ser obtido através de políticas públicas que incentivassem a modernização. Sabe-se que, em praticamente todos os países do “terceiro mundo”, essas políticas foram implementadas, a agricultura se modernizou, as famílias rurais aumentaram os seus níveis educacionais e, no entanto, a pobreza persistiu (MATTEI, 1999, p.13)

Ou seja, a idéia era de que as políticas públicas através do incentivo à modernização trouxessem consigo o fim da pobreza no meio rural, fato que não aconteceu. A verdade é que até meados da década de noventa não havia nenhuma política pública voltada diretamente ao segmento social dos agricultores familiares no que diz respeito ao atendimento de suas necessidades específicas. Inclusive se deve dizer que as políticas públicas para o meio rural, principalmente as políticas agrícolas, durante o processo de modernização da agricultura brasileira, privilegiaram os setores mais capitalizados.

O surgimento do Pronaf se deu num cenário em que o elevado custo e a escassez de crédito eram um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores, em especial, os familiares. O Programa resultou basicamente da reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém, também o mais fragilizado e o mais escasso, em disponibilidade de recursos financeiros (MATTEI, 2006, p.13).

Sob a pressão dos movimentos sociais e a constatação desta crescente parcela de agricultores, excluídos da distribuição de crédito no Brasil, em 1994, durante o governo Itamar Franco foi criado o Provap - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural. Segundo Mattei (2006), o Provap seria “o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares”. Em 1995, modificações e reformulações feitas neste programa, já no governo Fernando Henrique Cardoso, deram origem ao Pronaf, inicialmente resumido a uma linha de crédito de custeio.

No entanto, em 1996, este deixou de ser apenas uma linha de crédito e passou a ser, então, um programa governamental, pois passou a integrar o Orçamento Geral da União. A partir daí, o PRONAF veio a se consolidar em termos de recursos disponíveis e de agricultores amparados por esta modalidade de política pública.

Dentre as contribuições para criação desta política pública, cabe destacar os estudos desenvolvidos pela FAO/Incra (1994), que estabelecem as diretrizes que deveriam nortear as políticas públicas voltadas às especificidades dos agricultores familiares.

O debate sobre a criação de uma política pública que viesse atender aos agricultores desfavorecidos num modelo de desenvolvimento em que o capital é o que prevalece, perpassa por várias discussões e acontecimentos.

Inclusive, pensar no contexto em que os pequenos produtores disputavam recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores do crédito destinado à agricultura (Mattei, 2006), permite dizer que parte destes problemas sucedidos pelo progresso tecnológico no país, trata-se de problemas cujas soluções estão sujeitas à ação direta e proativa do Estado.

Desta forma, surge a necessidade de se desvendar os processos econômicos, sociais e políticos inerentes à criação desta política pública. Pois isso, não só permite verificar o contexto e atores envolvidos, como também contribui com a questão mais fundamental desse processo, saber o conteúdo, proposta e a quem esta política é endereçada.

A segunda metade da década de 70 no Brasil foi fortemente marcada pela aceleração da inflação, crise na dívida externa e do balanço de pagamentos, onde

predominou uma política monetária contracionista e como efeito disto, elevou-se a taxa de juros interna, reduzindo, portanto, a disponibilidade de crédito na economia. Importante lembrar que nesta década o instrumento fundamental da política agrícola brasileira foi a política de crédito rural subsidiado, como bem cita Leite (2001, p.43).

Nesse cenário, em que houve uma diminuição de oferta do crédito rural, pode-se dizer que houve, portanto, um deslocamento de ênfase do crédito rural para as linhas de financiamento de garantia de preços mínimos, com o intuito de atender à desestabilização dos mercados agrícolas internos e externos. Dessa forma, o Estado passou a manipular os preços mínimos para assegurar a rentabilidade em algumas culturas e estimular a produção de certos produtos, KAGEYAMA (1990 apud BUENO, 2008).

De acordo com Guanzioli (1990 apud Guanzioli 1998) a liberalização das políticas agrícolas no Brasil começou em 1984, tendo se aprofundado realmente a fins da década de 80. Até o final dos anos 80, desenvolveram-se políticas de crédito rural com taxas de juros subsidiadas que visavam, de modo geral, o aumento da produção agropecuária e a redução das desigualdades sociais. No entanto, esta estratégia procurou resolver as conseqüências do mercado imperfeito do crédito rural, ao invés de solucionar as suas causas (BITTENCOURT, 2003).

Tanto é que a avaliação dos programas e políticas, neste período, apontava para um aumento da pobreza rural, concentração de terra e renda, serviços financeiros rurais com altos custos operacionais, entre outros. Ou seja, o crédito subsidiado no Brasil resultou em conseqüências para o meio rural, apontando-se como uma das causas, a sua distribuição partidária. Referente a isso Bittencourt (2003) cita:

no Brasil, diferente de outros países onde os principais objetivos do crédito subsidiado eram reduzir a pobreza, fornecer crédito barato aos pequenos agricultores e ampliar a produção agropecuária, os objetivos centrais eram aumentar a oferta de alimentos e modernizar a agricultura, ampliando assim a demanda de insumos e fortalecendo a recém instalada indústria de insumos agropecuários (fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e equipamentos agrícolas). Privilegiar os pequenos agricultores e reduzir a pobreza rural não fazia parte dos objetivos centrais da política agrícola brasileira. Considerando os objetivos propostos pelo governo, a política de crédito rural subsidiado, associada com a assistência técnica e pesquisa agropecuária, alcançou os resultados a que se propunha, pois a produção aumentou significativamente e uma parte de agricultura foi modernizada, viabilizando a indústria a montante e a jusante da agricultura. Este resultado não oculta as conseqüências negativas desta

política, como a concentração da terra e da renda no meio rural, o êxodo rural desordenado e os prejuízos ambientais resultantes da adoção dos pacotes tecnológicos (BITTENCOURT, 2003, p.16)

Para Leite (2001), a intervenção do Estado no meio agrícola justifica-se por objetivar a regulação dos mercados, garantindo assim o preço e renda para os agricultores. Visa, também, estimular a produção familiar, afim de que, o abastecimento de alimentos, tanto para o setor urbano como para o rural, não seja comprometido pela escassez dos recursos naturais ou por aumento excessivo dos preços internos dos produtos.

A política de crédito rural é operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, que atuou de forma determinante nas transformações de base técnica dos estabelecimentos agrícolas, na produtividade e integração dos capitais agrários à valorização do capital financeiro. (LEITE, 2001, p.53). Nesse sentido, o SNCR foi de fundamental importância, pois estabeleceu bases para assegurar que os recursos captados pelos bancos fossem direcionados para o setor agrícola.

O crédito rural é amparado pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e regulamentado pelo Decreto 58.380, de 10 de maio de 1966, onde o artigo 1º relata que este “será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do país fixada pelo Ministério da Agricultura e tendo em vista o bem-estar do povo”. Quanto à definição de crédito rural, esta mesma Lei descreve que:

Art 2º Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados neste regulamento, nos termos da legislação em vigor”.

§ 1º O suprimento de recursos a que alude este artigo será feito por instituições financeiras, assim consideradas as pessoas jurídicas públicas, privadas ou de economia mista que tenham como atividades principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros.

Como visto, as instituições financeiras públicas e/ou privadas são responsáveis por suprir a necessidade de crédito dos produtores. Sendo assim, entre os integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (Art 7º, inciso II) encontra-se o Banco do Brasil S. A., instituição financeira base deste estudo. Vale aprofundar as considerações feitas a

este banco, pois ele se encontra como uma das principais agências públicas no setor rural/agroindustrial, juntamente com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento).

Segundo Lamounier (1994 apud LEITE, 2001, p.75):

[...] o Banco do Brasil foi e ainda é o grande grupo tecno-burocrático nas questões agrícolas. Ele é na verdade o *lobby* mais forte na área da política agrícola. Segundo analistas, houve um crescimento da força política do BB em função da falência de outros setores da burocracia estatal. Parte do seu poder é explicado [...] pelo amplo número de funcionários do banco alocados em um diversificado leque de órgãos do governo, ocupando postos-chaves na administração governamental. Ressalta-se também a sua fora congressual, resultante da presença dos vários congressistas, simpáticos ao banco, espalhados por quase todos os partidos. O poder do BB resultou de seu papel na concessão de crédito agrícola. Foi, historicamente, o principal estimulador da agricultura brasileira, por meio da concessão de crédito farto e subsidiado. [...] sua burocracia tem ligações fortes com setores de produtores e lideranças políticas, que são beneficiários de sua ação". (LEITE, 2001, p.75).

O Banco do Brasil foi fundamental neste período da década de oitenta, onde se estimava a expansão creditícia, e ao mesmo tempo, se enfrentava a diminuição no crédito para investimento e posteriormente para custeio, (BUENO, 2008).

Mudanças do cenário econômico nos anos 1990, com a emergência de novos instrumentos de captação de recursos para a agricultura e novas alternativas de financiamento agropecuário, deu início a um novo modelo de política pública que tinha como foco o apoio aos produtores familiares.

A década de 90 foi decisiva para as mudanças ocorridas nas políticas de desenvolvimento rural, principalmente no que diz respeito à atuação do Estado ao incluir nestas políticas dimensões e atributos, antes, desconsiderados. A partir daí pode-se observar um crescente interesse pela agricultura familiar no Brasil, interesse tal, que se materializou em políticas públicas e na própria criação do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário (WANDERLEY, 2000).

Certamente, as políticas públicas e projetos desenvolvidos para o benefício de determinado segmento social no país não são um fim em si mesmo, ao contrário disso, dependem de recursos financeiros para que possam ser executados. O crédito e os projetos que o fundamentam devem andar juntos, pois na inexistência de um projeto, o crédito não passa de um instrumento vazio e sem finalidade, o que vale para o contrário também.

Tratar dessa questão não é tão simples quanto parece, pois se trata de uma rede de interesses contraditórios em que o acesso ao crédito depende em parte do poder político e em parte do interesse das instituições financeiras, que em geral, demonstram pouca importância em operar com populações de baixa renda. Referente a isso Bittencourt (2003) menciona:

O governo federal, quando tentou ampliar o acesso dos agricultores aos serviços financeiros a partir da década de 60, restringiu sua atuação ao crédito rural, focando toda sua ação nos bancos públicos federais. Estes bancos, apesar de terem cumprido um importante papel no desenvolvimento da agricultura, não são os mais adequados para trabalhar com populações de baixa renda (alto custo operacional), e estão cada vez mais voltados para a rentabilidade econômica, atuando praticamente como bancos privados (BITTENCOURT, 2003, p.10)

Por outro lado, a falta de acesso ao crédito formal e aos serviços de intermediação financeira dificulta ainda mais o desenvolvimento rural em termos de investimentos, crescimento da produção agrícola, entre outros. Mediante a isso, pode-se compreender tamanha a influência do crédito neste processo.

De acordo com Damasceno et. al. (2011) os relatórios institucionais recentes do Pronaf destacam que este foi,

[...] desde o início, concebido e executado como um programa de apoio ao desenvolvimento local, e não somente como meio de levar crédito aos agricultores e enviar recursos a municípios carentes: tão importante quanto o crédito, os recursos e a formação dos agricultores e dos técnicos, é a integração dessas políticas, que se consegue, antes de tudo, pelo esforço das organizações e do estímulo à coordenação entre os atores econômicos privados, organizações associativas e diferentes esferas do governo (PRONAF, 2002 apud DAMASCENO, 2011).

Ao observar o Pronaf, sob esta perspectiva, entende-se que embora haja aspectos positivos e de notável progresso para a finalidade que se destina, há também limitações no que diz respeito a operar com o público ao qual se destina, uma vez que as instituições que o operam apresentam interesses conflitantes com as diretrizes da orientação do programa, ou seja, a restrição do programa de desenvolvimento ao financiamento da produção agrícola.

De acordo com Guanzioli (2007) um dos maiores entraves para o crescimento do Pronaf tem sido o setor bancário público, responsável pela liberação dos recursos de crédito.

Abramovay e Veiga (1998) discutem essa questão trazendo a idéia de que o sistema bancário, como qualquer empresa mercantil, tem clientes com os quais estabelece relações de interesse e referente a isso afirma: “entre a decisão governamental de destinar certo montante de recursos para a agricultura familiar e seu uso efetivo pelos produtores, existe uma distância cuja medida são os custos das transações bancárias” (ABRAMOVAY; VEIGA 1998, p.44).

Seria utópico pensar que esta incoerência de valores entre aqueles que operam e aqueles que recebem o crédito, cumpriria com os objetivos da política pública sem que houvesse benefícios mais expressivos para uma das partes.

A verdade é que, no modelo de desenvolvimento hegemônico atual, sempre haverá esta tensão. No caso do Pronaf, segundo Abramovay (1998), esta tensão se traduz na tentativa de ampliar o público atingido pelo programa e o esforço permanente dos bancos em contemplar prioritariamente aqueles que puderem tratar como clientes.

Nesse processo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O art. 1 estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar. O art. 2 fala que a formulação, gestão e execução da Política acima referida serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação.

Para efeitos desta Lei, o art. 3 considera-se agricultor familiar aquele que atende aos seguintes requisitos: não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da família nas atividades econômicas de seu estabelecimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No que tange aos princípios que devem ser observados pela Política Nacional da Agricultura Familiar, no art. 4, está a descentralização; sustentabilidade ambiental, social e econômica; equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de

gênero, geração e etnia; e participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares. Entende-se, portanto, que tal Lei instrui todas as políticas públicas que visam o apoio e desenvolvimento da agricultura familiar, a exemplo disto o Pronaf.

Sabe-se que abrangência do Pronaf em termos de liberação de recursos se evidenciou ainda mais nos últimos anos, a qual pode ser destacada nos dados apresentados por Mattei (2006) referente aos anos de 2000 à 2005:

Tabela 1 - Recursos Liberados do PRONAF e Valor das Equalizações

Ano	Nº Contratos (a)	Montante Crédito (R\$milhão) (b)	Equalizações (c)	C/b %
2000	969.000	2.189	1.191	54,4
2001	910,000	2.153	1.268	58,8
2002	953.000	2.405	1.447	60,1
2003	1.138.000	3.807	1.594	41,8
2004	1.611.000	5.747	2.794	48,6
2005	1.800.000	6.300	1.782	28,2
TOTAL	7.381.000	22.601	10.076	44,5

Fonte: Contratos e Montante: Mattei, L (2006) . Equalização: Gasques *et al.* (2006)

Não obstante, ainda que haja uma crescente disponibilização de crédito em termos de volume e em decorrência disto, maior quantidade de famílias beneficiadas, a questão é verificar a relação do Pronaf com os seus princípios norteadores. Em face disto, será dada, a partir de agora, maior atenção a estes aspectos.

Segundo Hillig (2008), “o Pronaf é uma política pública de apoio ao desenvolvimento rural sustentável, com base no fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de ocupações produtivas e renda”, (HILLIG, 2008, p. 102).

Um dos objetivos deste Programa é assegurar mais capital, mais proteção à produção e renda, mas não apenas através da expansão do Crédito Rural por meio do Pronaf, mas também por meio de seguro contra efeitos adversos, sejam estes de clima ou oscilação de preço.

Castilhos (2002), baseando-se no “Manual Operacional” do Pronaf, afirma que este é um programa de apoio ao desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro, o

qual está baseado no fortalecimento da agricultura familiar, entendendo-o como setor estratégico à segurança alimentar do país e geração de emprego e renda.

Este mesmo autor, referente aos objetivos do programa, cita:

Os objetivos gerais do PRONAF, constantes no mesmo Manual são: (i) ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar; (ii) viabilizar a infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; (iii) fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; (iv) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais e (v) favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações ao mercado. (CASTILHOS, 2002, p. 92).

Pode ser atendido pelo Pronaf o agricultor que tenha o trabalho familiar com base da exploração da propriedade, que resida na propriedade e tenha renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo. A comprovação de enquadramento ao Programa é feita por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é fornecida gratuitamente e exigida para acesso aos financiamentos. Enquadra-se, necessariamente o agricultor familiar, que tem por características uma área de até quatro módulos fiscais, com no mínimo 70% de sua renda bruta anual de origem agropecuária, e sendo esta, entre 4 mil e 110 mil reais.

Várias são as modificações de natureza normativa e institucional a que este programa de apoio ao desenvolvimento das famílias agricultoras, tem se submetido nos últimos anos. Este fato se dá pela própria intervenção do Governo Federal, a fim de criar novas circunstâncias para que as pequenas propriedades possam se expandir e melhorar as condições dos seus produtos e processos de produção, aumentando com isso o ganho familiar.

Até 1999, o sistema de financiamento deste programa caracterizou-se por significativa redução das taxas de juros e vasta concentração dos recursos do crédito rural, principalmente nos estados da região Sul. Nesta mesma época, o programa deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura, passando a ser gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Entre 1999 e 2008, o Pronaf foi marcado por mudanças estruturais em termos de especificações e classificações para o financiamento, incorporando-se ao formato do programa seis diferentes grupos de

agricultores familiares, estes classificados de acordo com a renda bruta familiar anual, entre outros (Resolução 2.629, de 10.08.1999).

Tais modificações entraram em vigor nas safras 1999/2000, e perderam sua validade oficialmente em 30.06.2008, quando novas regras foram incorporadas ao Plano Safra 2008/2009. Sendo assim, a agricultura familiar brasileira estava segmentada da seguinte forma, (MATTEI, 2009):

GRUPO A: agricultores assentados da reforma agrária que passaram a ser atendidos pelo PRONAF, podiam financiar até R\$ 16.500,00 para investimentos, com juros de 0,5% ao ano e com prazo de pagamento de 10 anos, sendo 5 anos de carência.

GRUPO B: agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual de até R\$ 4.000,00. Os valores de financiamento são limitados em R\$ 1.500,00, com juros de 0,5% ao ano e prazo de pagamento de dois anos, mesmo período de carência.

GRUPO C: agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 4.000,00 a R\$ 18.000,00, com um limite de R\$ 5.000,00 para financiamento de custeio e juros de 5% ao ano, sendo o prazo para pagamento de dois anos. No caso de investimentos, o limite é R\$ 6.000,00 com um prazo de até oito anos e carência de cinco, sendo os juros de 2% ao ano.

GRUPO A/C: agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento. Os custeios têm limite de R\$ 3.500,00, com juros de 1,5% ao ano e prazo de até dois anos.

GRUPO D: agricultores com renda bruta entre R\$ 18.000,00 e R\$ 50.000,00. O custeio é limitado a R\$ 10.000,00 com juros de 3% ao ano e prazo de pagamento de até dois anos. Já os financiamentos têm limite de R\$ 18.000,00, com juros de 2% e prazo de até oito anos (5 anos de carência).

GRUPO E: agricultores com renda bruta anual entre R\$ 50.000,00 e R\$ 110.000,00. O financiamento para custeio é limitado em até R\$ 28.000,00 com juros de 5,5% ao ano e prazo de pagamento até dois anos. Os financiamentos para investimentos têm limite de R\$ 36.000,00, prazo de oitos anos para pagamento (5 anos de carência) e mesma taxa de juros do custeio.

Estas eram as categorias bases do programa, que visavam atender um número maior de beneficiários da agricultura familiar. Vale ressaltar que novas linhas de financiamento do PRONAF já foram criadas, como: Agroindústria, Mulher, Jovem, Floresta, Semi-Árido, Agroecologia e Sustentabilidade Ambiental, de forma a atender demandas específicas dentre os diversos segmentos de agricultores familiares.

Percebe-se, então, a crescente expansão deste programa, que segundo Mattei (2009) atende aproximadamente dois milhões de famílias de agricultores. No entanto, esta constante expansão reflete o crescimento da quantidade produzida, o que contribui para uma maior preocupação com relação à sustentabilidade que vem mostrando sinais de exaustão, já que este modelo de produção financiado está bastante relacionado aos insumos modernos ou modelo convencional da agricultura.

Diante disto, o CMN atendendo aos pedidos do MDA baixou a Resolução 3.559, incorporada ao Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, contendo as seguintes alterações: foram extintos os grupos C, D e E que estabeleciam determinados fins para o acesso ao financiamento; foram mantidos os grupos A, A/C e B para fins de enquadramento funcional do programa; as taxas de juro ficarão entre 1,5% e 5,5% ao ano; mantiveram-se as linhas do Pronaf, com a mesma sistemática de financiamento; todos os demais beneficiários passaram a ser classificados como “agricultores familiares”, sendo que para acessar ao crédito precisa obter a renda bruta anual entre R\$ 4.000,00 e R\$ 110.000,00, com limite de até dois empregados permanentes por unidade de produção.

Segue, portanto, uma sistematização das mudanças mais significativas e de como ficou então, as linhas específicas do Programa:

ENQUADRAMENTO	CRITÉRIOS
---------------	-----------

GRUPO “A”	<ul style="list-style-type: none"> • assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário • reassentados em função de construção de barragens, com área de até 1 módulo fiscal e renda bruta anual de até R\$ 14.000,00.
GRUPO “B”	<ul style="list-style-type: none"> • área até 4 módulos fiscais. • mínimo de 30% da renda familiar da exploração agropecuária e atividades não-agrícolas no estabelecimento. • renda bruta anual de até R\$ 4.000,00.
GRUPO “A/C”	<ul style="list-style-type: none"> • assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário que já fizeram crédito pelo Grupo “A” e não financiaram através de outros grupos.
Agricultores Familiares com: (antigos Grupos “C”, “D” e “E”)	<ul style="list-style-type: none"> • área até 4 módulos fiscais. • mínimo de 70% da renda familiar da exploração agropecuária e atividades não-agrícolas no estabelecimento. • mão-de-obra familiar preponderante, admitido a contratação eventual de trabalho assalariado, podendo manter até 2 empregados permanentes • renda bruta anual de R\$ 4.000,00 até R\$ 110.000,00
OBS:	<ul style="list-style-type: none"> • São também beneficiários e enquadram-se como agricultores familiares do PRONAF a família com

	renda bruta anual de R\$ 4.000.00 até R\$ 100.000,00.
--	---

Quadro 1: Mudanças do Pronaf

Fonte: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais

Relativo a estas mudanças destaca o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel (2008):

(...) a simplificação do PRONAF atende às expectativas dos agricultores familiares e promoverá maior produção no meio rural brasileiro. Os juros ficam mais baixos e os limites de crédito ampliados. Com isso os agricultores terão um crédito mais ágil, moderno e adequado às suas necessidades. (CASSEL, 2008, SAF/MDA).

Em 2007, Valer Bianchini, ex-secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ressalta que são quatro eixos que devem orientar todos os instrumentos que operacionalizam as políticas de fortalecimento da agricultura familiar. São eles: contribuir com a segurança alimentar (qualidade e quantidade); “esverdeamento” dos sistemas de produção, focando na sustentabilidade para enfrentar a crise ambiental do rural brasileiro; redução da pobreza rural com intensificação das atuais políticas do governo federal; geração de renda e agregação de valor, apoiando a relação da agricultura familiar e o atual mercado (SAF/MDA, 2008).

Tanto estes eixos orientadores quanto a Lei que estabelece as diretrizes, normas e prioridades do Programa trazem em pauta a questão do desenvolvimento sustentável, o que o torna motivo de análise e discussão.

Neste sentido, vale ressaltar que na década de criação do Pronaf, foram firmados acordos como a Agenda 21 Global e Nacional – documento resultante dos debates realizados na Rio 92 – que previam compromissos de mudanças do padrão de desenvolvimento para este século, incluindo nisto, um modelo de sociedade em que predomine o equilíbrio ambiental e justiça social. A própria discussão sobre o desenvolvimento sustentável emergido nesta década com maior força, coloca a agricultura como elemento fundamental neste processo. Isso levando em consideração, não apenas, seu impacto direto no ambiente, mas também a sua influência no quadro

econômico e social de grande parcela da população. Até mesmo porque a sustentabilidade na agricultura não diz respeito apenas ao manejo adequado dos recursos naturais, não obstante, envolve simultaneamente perspectivas sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas.

Tratar deste conceito – desenvolvimento sustentável - na agricultura é de fundamental importância porque pode ser a base para a criação de políticas e práticas que levem a um novo modelo de desenvolvimento rural. Nesta perspectiva, para que possa caminhar em direção a uma agricultura sustentável, tornam-se necessárias as modificações político-econômicas, sociais e não somente mudanças tecnológicas ou ecológicas.

4. A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

O presente capítulo tem por objetivo principal esclarecer o processo de construção metodológica da pesquisa, os caminhos percorridos e os desafios superados na busca por desvendar a realidade sócio-econômico-ambiental de determinado fenômeno social. Entende-se que esta dissertação não é resultado de um esforço isolado, mas sim, do desenvolvimento e construção de um trabalho conjunto, que pretendeu em todo tempo contribuir com os objetivos propostos pelo PPGDR (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional), a exemplo disto, a produção e difusão de conhecimento científico na perspectiva interdisciplinar e em bases sustentáveis, com vista no desenvolvimento regional. Vale ressaltar que a proposta do PPGDR com a interdisciplinaridade trouxe à pesquisadora uma visão mais ampla sobre o universo pesquisado, pois a possibilidade de interação com profissionais das diversas áreas de formação permitiu a construção e aquisição de conhecimento sob múltiplos olhares.

Para compreender os caminhos percorridos até aqui, faz-se necessário o entendimento sobre os anseios e questionamentos da autora deste trabalho e outras duas mestrandas, que a partir de esforços e orientações dos docentes, formularam uma problemática comum de pesquisa. Tal escolha, por elaborar uma problemática comum que atendesse aos objetivos individuais e também do PPGDR, exigiu esforços não apenas para essa construção, mas para que na busca de entender a natureza do fenômeno social estudado não se perdesse a visão ampla e ao mesmo tempo particular, no que se refere às propostas individuais.

A visão interdisciplinar do Programa estimulou a decisão de realizar parte do trabalho em conjunto, mesmo as mestrandas sendo da mesma área formação - administração, o que dificultou o trabalho interdisciplinar. Deve-se mencionar que a orientação e co-orientação do trabalho foram realizadas por professores das áreas de sociologia e agronomia, o que resultou na troca “interdisciplinar” de saberes no sentido docente e discente. Vale considerar também que os objetos de estudo considerados na pesquisa interdisciplinar nascem de uma relação com o mundo que não torna possível

a análise de um segmento isolado da sociedade. Segundo Raynaut (2004, p.26) “tais objetos e assuntos “híbridos” são geralmente reconhecidos a partir de uma posição social, que obriga a considerar a realidade tal como se apresenta na experiência comum, ou seja, como um conjunto de relações que não pode ser reduzido *a priori* ao recorte instituído pelas disciplinas”.

Desta forma, a problemática comum se estabeleceu a partir de “inquietações” sobre a realidade da agricultura familiar em diferentes contextos, os que acessaram o Pronaf via Banco do Brasil, os associados da Cooperativa Cresol e os egressos da Casa Familiar Rural, bem como, a sua relação com o desenvolvimento sustentável. Assim, ela se estruturou em basicamente três eixos articuladores, sendo eles: as formas de gestão das organizações e suas implicações para a sustentabilidade da agricultura familiar; o percurso histórico das famílias agricultoras em seus estabelecimentos, visando identificar a influência de políticas públicas e/ou de programas das instituições acima citadas, sobre o seu processo de desenvolvimento; e a situação de vida das famílias agricultoras dessa comunidade, sob os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Tendo em vista os eixos articuladores que orientaram a pesquisa conjunta, entenderam-se como categorias de análise coletivas, nessa fase da pesquisa, os temas: gestão das organizações e o desenvolvimento sustentável. Ou seja, categorias *a priori* – já definidas teoricamente antes de ir a campo e que serviram de referência para posteriores análises.

A experiência proporcionada na construção desta problemática e na própria realização da pesquisa – com mais de 1 (um) pesquisador a campo, contribuiu para a maior compreensão da realidade investigada, até mesmo por se tratar de um objeto de estudo complexo. Ou seja, não se restringiu a avaliação a apenas um olhar, para que se pudesse compreender a complexidade posta em suas diversas esferas, (LEFF, 2001).

Após tal definição, o próximo passo foi a escolha do lugar onde a pesquisa seria realizada. Precisava ser um espaço representativo às três pesquisas individuais, com atuação expressiva das três instituições anteriormente citadas, pois a prática em conjunto compreenderia apenas uma das etapas da pesquisa. Optou-se, então, pelo município de Dois Vizinhos na região do Sudoeste do Paraná pela significativa atuação

da Cooperativa Cresol e Casa Familiar Rural, bem como, porque a atuação do Banco do Brasil do município se apresentava entre as três maiores da microrregião do Sudoeste do Paraná. Desta forma, definiu-se como espaço comum para a pesquisa tal município. Restou determinar, portanto, a comunidade rural que fosse ilustrativa das três pesquisas, a qual foi definida a partir de contatos com a prefeitura municipal e informação sobre a quantidade de residentes na mesma. Sendo assim, a escolha foi pela comunidade Fazenda Mazurana.

O objetivo geral às três pesquisas foi definido por: compreender como a gestão das políticas públicas e programas geridos por órgãos públicos ou organizações não governamentais (ONG) contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar, numa perspectiva sustentável.

Vale ressaltar que esta primeira fase de definições e construção de uma linha orientadora para os trabalhos demandou o comprometimento e empenho de todos os envolvidos, tanto docentes quanto discentes. Optou-se por esta “construção conjunta” com o intuito de não reduzir a realidade ao que existe, mas vê-la sob várias perspectivas, de modo a identificar as possibilidades e alternativas ao que está empiricamente dado, (SANTOS, 1999). Os anseios por ver e compreender a realidade que está posta impulsionaram as pesquisadoras para isto.

Para atender ao objetivo proposto, ficou decidido, então, averiguar a situação das famílias a partir de um diagnóstico sócio-econômico-ambiental que fornecesse indicadores e subsídios para a discussão do desenvolvimento sustentável na comunidade. O instrumento de pesquisa selecionado para esta etapa foi o formulário construído pela turma V, vinculada a linha “Ruralidades, ambiente e sociedade”, do programa de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, entre os anos de 2003 e 2005, (CORONA et al, 2006). O formulário foi adaptado ao contexto da pesquisa e em face dos resultados que se pretendia alcançar para a obtenção do diagnóstico e, sendo assim, consistiu em perguntas objetivas e abertas, estas divididas em três eixos: as primeiras questões do questionário estavam voltadas à caracterização das famílias nos aspectos sociais, em seguida perguntas direcionadas aos aspectos ambientais e econômicos. Algumas perguntas abertas foram direcionadas às principais mudanças ocorridas na comunidade nos últimos 20 anos, à

atuação das políticas públicas e/ou de programas das instituições acima referidas e sobre a expectativa das famílias para o futuro. Tais perguntas pretenderam auxiliar na configuração do espaço a ser pesquisado para compreender o percurso histórico daquela localidade e tendências futuras sob a perspectiva das famílias.

Sabe-se que a compreensão dos fenômenos sociais não diz respeito a algo estático, sem vida, possível de ser entendido simplesmente com a mensuração de dados, ao contrário disto, entende-se que a dinâmica e complexidade dos fenômenos sociais, suas relações e representações pressupõem a utilização de outros instrumentos de pesquisa que permitam uma análise de forma mais integrada e aprofundada. Por conta disso, foram utilizados outros instrumentos nas demais etapas da pesquisa que dizem respeito às pesquisas individuais. A aplicação do formulário para construção do diagnóstico geral da comunidade teve por pretexto configurar a comunidade de modo geral para posteriores aprofundamentos.

Esta etapa da pesquisa caracterizou-se como quantitativa já que teve como base interpretativa tais indicadores. Segundo Richardson (2008, p.70) “o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências”. Os indicadores são ferramentas para mensurar quantitativamente ou qualitativamente determinada situação.

Concluída esta fase de construção e definição teórica, o próximo passo foi em direção à campo, onde foram entrevistadas 47 responsáveis pelas propriedades, comportando um total de 173 moradores. O formulário aplicado na pesquisa foi categorizado em três níveis – bom, precário e razoável – e pontuado através do intervalo entre a pontuação mínima e máxima de cada questão, sendo o intervalo dividido por três. Segue a explicação mais detalhada das categorizações e pontuações do formulário.

4.1 Diagnóstico Social

Para compor os indicadores sociais foram considerados nesta dimensão aspectos relacionados ao acesso à moradia, condição de saneamento básico, saúde, lazer, entre outros. Os parâmetros escolhidos foram respaldos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no seu Art. 25, em que atesta que todos têm direito ao acesso destes serviços. Segue uma esquematização das questões, bem como, os critérios utilizados na composição do indicador e pesos atribuídos a cada um:

Crítérios	Peso 01 (Precário)	Peso 02 (Razoável)	Peso 03 (Bom)
Condições de Moradia, acesso à água e telefone			
Tipo de casa	Madeira	Mista	Alvenaria
Banheiro	Externo	Razoável	Interno
Estado da casa	Precário		Bom
Água	Não encanada	Utilização pública / de outros	Encanada
Telefone	Não possui		Celular
Acesso ao Transporte			
Meios de Transporte	Outros	Acesso a transporte coletivo público/ privado	Possui carro ou moto
Acesso à Saúde			
Tipo de Acesso	Não possui acesso	Acesso somente no posto da comunidade	Acesso no posto da comunidade e em outros locais
Escolaridade			
De 15 à 18 anos	Sem escolaridade / Pré-Escola	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo / Ensino Médio Incompleto ou Completo

Acima de 18 anos	Sem escolaridade / Pré-Escola / Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo / Ensino Médio Incompleto	Ensino Superior Incompleto ou Completo
Lazer			
Lugar de acesso	Não tem acesso	Acesso na comunidade	Acesso na comunidade e fora dela

Quadro 2 – Diagnóstico Social
Fonte: Elaboração da autora

Dos critérios atendidos para a dimensão social é importante salientar que sobre a moradia foram considerados, além da estrutura da casa, o acesso à água e telefone, por considerar o primeiro aspecto fundamental à condição dos moradores e o último por ser um serviço que de certa forma acaba diferenciando as condições de vida das famílias. Não se estabeleceu critérios com relação à fonte (origem) da água, se de poço individual, comunitário ou outros, pois 100% dos que responderam a questão afirmaram possuir acesso à água encanada, situação que já pressupõe um tratamento mínimo da água. A respeito da escolaridade, a avaliação foi feita com membros residentes de idade acima de 15 anos. Tal escolha se deu por dois motivos, primeiro por se referir a um nível de escolaridade um tanto que consolidado (por ser o nível máximo escolar) e por identificar na tabulação dos dados que todos abaixo desta idade estavam estudando regularmente. Deve-se mencionar que a pontuação deste aspecto foi estabelecida sobre a média geral das famílias para que aquelas com mais membros não obtivessem maior pontuação. Para cada membro foi atribuído um peso de acordo com a escolaridade (quadro 2) e sobre a soma total dos pesos foi feita a média final, a qual foi classificada como precária (de 1 até 1,5), razoável (de 1,5 até 2,5) e boa (de 2,5 até 3). Os demais critérios utilizados (transporte, saúde e lazer) também indicam uma condição de vida mais ou menos favorável, pois o acesso desses serviços apenas na comunidade ou com possibilidade de acessar fora dela também reflete uma melhor ou pior condição de vida.

A dimensão social do diagnóstico foi composta por um total de nove questões, todas se referindo aos critérios acima expostos. A classificação do resultado em precário, razoável e bom se deu na diferença resultante da somatória máxima (31) e mínima (9) das pontuações, esta dividida em três. Segue a ilustração do cálculo feito:

$$31 - 9 = 22 / 3 = 7,33 \text{ (Intervalo)}$$

A partir do intervalo estabelecido, as categorias foram classificadas como: Precário (9 – 16,33); Razoável (16,33 – 23,66); Bom (23,66 – 31).

4.2 Diagnóstico Ambiental

Na dimensão ambiental foram levados em consideração três aspectos principais, sendo: as condições de saneamento básico, a preservação ambiental e a produção. Entende-se que estes aspectos correspondem à maior parte dos efeitos sobre o meio ambiente. Em relação às condições de saneamento, consideraram-se os cuidados com o lixo, conforme segue o quadro 3).

4.2.1 Saneamento

Crítérios	Peso 01 (Precário)	Peso 02 (Razoável)	Peso 03 (Bom)
Esgoto	Vala, sanga	Fossa Negra	Rede
Lixo Orgânico	Céu aberto / vala	Enterra	Compostagem (adubo) / coleta pública
Lixo Não Orgânico	Enterra / Queima		Coleta pública
Embalagem de agrotóxico e produtos veterinários	Queima ou enterra na propriedade / reutiliza / deixa a céu aberto	Armazena na propriedade	Recolhido pela SEAB ou empresas / Não utiliza

Quadro 3 – Diagnóstico Ambiental: Saneamento

Fonte: Elaboração da autora

A definição de parte dos critérios relacionados à preservação ambiental foi embasada na Lei 4771/65 (Código Florestal) que dispõe sobre as áreas de preservação permanente, reconhecidas como bens de interesse comum a todos os habitantes do país. Este e outros documentos auxiliaram nos parâmetros de avaliação das ações em relação à preservação permanente das nascentes, fontes e rios e áreas com declive.

4.2.2 Preservação Ambiental

Crítérios	Peso 01 (Precário)	Peso 02 (Razoável)	Peso 03 (Bom)
Proteção artificial nas nascentes	Não		Sim
Mata ciliar nestas áreas de nascentes e córregos	Não		Sim
Cultivo em áreas quebradas	Sim		Não
Utilização de madeira da propriedade	Natural		Não utiliza / Plantada
Conservação e recuperação florestal	Reserva Florestal menor de 12%	Reserva Florestal de 12 a 19%	Reserva Florestal acima de 20%

Quadro 4 – Diagnóstico Ambiental: Preservação

Fonte: Elaboração da autora

A vegetação que margeia as nascentes e cursos de água é fundamental para a preservação ambiental e para manutenção das fontes de água. A lei 6938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) se refere a isso e tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. Quanto à utilização de madeira e conservação/recuperação florestal, pode-se citar o Decreto 387/99. Outras questões consideradas na pesquisa dizem respeito ao volume e diversidade de animais silvestres e volume e qualidade da água sob a perspectiva dos agricultores, se diminuiu ou aumentou nos últimos vinte anos.

Crítérios	Peso 01 (Precário)	Peso 02 (Razoável)	Peso 03 (Bom)
Área de mato/floresta	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Volume de animais silvestres	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Diversidade de animais silvestres	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Volume de água das nascentes	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Volume de água dos córregos e rios	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Qualidade de água das nascentes	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Qualidade da água dos córregos e rios	Diminuiu	Mesma	Aumentou

Quadro 5 – Diagnóstico Ambiental: Últimos 20 anos

Fonte: Elaboração da autora

Nesta mesma questão havia uma opção “aberta” para o agricultor dizer o motivo sobre ter aumentado ou diminuído um dos aspectos apresentados. O interessante é que os próprios agricultores relacionavam as causas umas às outras, a exemplo disto, o volume e diversidade de animais terem diminuído e atrelarem isso à diminuição de mato e floresta. Isso contribuiu não apenas para a construção dos indicadores, mas também, para identificar as melhorias, manutenção ou piora nas condições do meio ambiente próximo ao agricultor.

Assim, o último aspecto considerado no diagnóstico ambiental tem haver com a produção sobre os cuidados com o solo, utilização de maquinários e aplicação de agrotóxicos, conforme segue o quadro 6.

4.2.3 Produção

Crítérios	Peso 01 (Precário)	Peso 02 (Razoável)	Peso 03 (Bom)
Curva de nível ou terraceamento	Não		Sim
Rotação de culturas	Não		Sim
Prática de Queimadas	Sim		Não
Adubação verde	Não		Sim

Adubação orgânica	Não		Sim
Plantio direto	Não		Sim
Erosão nos solos	Sim		Não
Adubo químico	Sim		Não
Inseticida	Sim		Não
Herbicida	Sim		Não
Fungicida	Sim		Não
Uso de insumos químicos/agrotóxicos (últimos 20 anos)	Aumentou	Mesma	Diminuiu
Uso de insumos orgânicos/verde (últimos 20 anos)	Diminuiu	Mesma	Aumentou

Quadro 6 – Diagnóstico Ambiental: Produção

Fonte: Elaboração da autora

O quadro acima mostra as práticas com a produção, as quais causam impactos diretos no solo pela utilização de determinados insumos ou formas de manejo. O documento que fundamenta parte disso é o código florestal (Art. 27) que dispõe sobre a proibição da prática de queimadas, e outras mais. Dos critérios utilizados para a avaliação não foi considerada a categoria “razoável”, pois se referem a práticas positivas ou negativas se analisadas isoladamente. Para classificar como “razoável” seria necessário que estes fossem agrupados, de forma que houvesse algumas ações positivas e outras negativas. É importante salientar que o indicador sobre as mudanças ocorridas nos últimos 20 anos, foi construído utilizando 9 variáveis (quadros 5) e possibilitaram identificar as práticas de conservação ou degradação da comunidade.

Crítérios	Peso 01 (Precário)	Peso 02 (Razoável)	Peso 03 (Bom)
Uso de Máquinas e Equipamentos	Utiliza trator, grade, Pulverizador Mec., Plantadeira, Colheitadeira	Utiliza trator, grade e equipamentos de tração animal ou manual	Utiliza equipamentos de tração animal ou manuais

Quadro 7 – Diagnóstico Ambiental: Utilização de maquinários

Fonte: Elaboração da autora

Sobre a utilização de maquinários, sabe-se que esta prática possui relação com a degradação do solo e, por este motivo, entende-se que quanto maior a utilização desses equipamentos, maior será a influência negativa sobre o ambiente utilizado. Outro fator considerado para esta avaliação diz respeito à relação desses maquinários com produções que visam a monocultura e, por consequência, a maior utilização de agrotóxicos. Daí o motivo para categorização desta prática.

Ao todo foi 32 questões que compuseram o diagnóstico ambiental, podendo o agricultor obter 32 - como pontuação mínima - e 96 - como máxima. Segue a equação feita para obtenção dos resultados:

$$96 - 32 = 64 / 3 = 21,33 \text{ (Intervalo)}$$

A partir do intervalo estabelecido, as categorias foram classificadas como: Precário (32 - 53,33); Razoável (53,33 - 74,67); Bom (74,67 - 96).

4.3 Diagnóstico Econômico

Neste diagnóstico foram utilizados alguns dados referentes à renda familiar, bens móveis e o tamanho da casa, conforme o quadro a seguir:

Critérios	Peso 01 (Precário)	Peso 02 (Razoável)	Peso 03 (Bom)
Renda Bruta Mensal Per Capita	Renda até ½ Salário Mínimo	De ½ a 1 ½ Salário Mínimo	Acima de 1 ½ Salário Mínimo
Renda Familiar nos Últimos 20 anos	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Eletrodomésticos e Eletrônicos	Até 4 equipamentos	De 5 a 7 equipamentos	Acima de 7 equipamentos
Veículos	Bicicleta	Moto	Carro / Caminhão

Equipamentos Mecânicos	De 0 a 1 equipamentos	De 2 a 4 equipamentos	Acima de 4 equipamentos
Tamanho da Casa	Até 20m ² por pessoa	De 20 a 40m ² por pessoa	Acima de 40m ² por pessoa

Quadro 8 – Diagnóstico Econômico

Fonte: Elaboração da autora

Para cálculo da renda bruta mensal *per capita* foi considerado o rendimento total anual da família e dividido pelos membros residentes. A referência utilizada como “piso salarial” foi o salário mínimo nacional (Lei 12382/11) estipulado pelo Governo Federal, por considerar este um rendimento mínimo que uma pessoa necessita para suprir suas necessidades básicas com alimentação, habilitação, vestuário, higiene e transporte (Lei 2162/40). O valor do salário mínimo considerado na pesquisa foi igual a 545,00 reais, valor vigente em 2011. A fonte de rendimentos se deu a partir das atividades agropecuárias, de artesanato (produzido pela família) e recebimentos de aposentadoria ou pensões.

No caso dos bens móveis, foi determinado que até 4 utensílios se enquadraria numa situação precária, pois itens como fogão, geladeira, tanquinho, TV ou freezer são “comuns” no meio rural. Da mesma forma no caso dos veículos com a bicicleta. Os equipamentos mecânicos considerados na composição do indicador econômico correspondem à: trator, motor, pulverizador mecânico, micro-trator, plantadeira, colheitadeira, ordenhadeira mecânica e tanque de expansão. E com relação ao tamanho da moradia, o padrão de medidas utilizado foi baseado no tamanho médio das casas populares construídas na região – 50m². O cálculo feito foi a metragem total da casa dividida pelos membros residentes.

A composição do diagnóstico econômico se deu por um total de seis questões, sendo a pontuação mínima 6 e a máxima 21, através da seguinte equação:

$$21 - 6 = 15 / 3 = 5 \text{ (Intervalo)}$$

Portanto, o intervalo entre uma categoria e outra ficou estabelecido da seguinte maneira: Precário (6 – 11); Razoável (11 – 16); Bom (16 – 21).

A construção do diagnóstico sócio-econômico-ambiental da comunidade Fazenda Mazurana permitiu as pesquisadoras terem um panorama geral do espaço

dialogado e um ponto de referência para a próxima etapa da pesquisa, que compreendeu os aspectos individuais de cada trabalho. Em seguida serão apresentadas as etapas que envolveram a realização desta pesquisa em particular e a justificativa pela escolha dos métodos utilizados.

4.4 Definição da pesquisa individual

Em busca de atender aos objetivos propostos por este trabalho individual, sobre a relação do Pronaf com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar a partir do crédito disponibilizado pela agência do Banco do Brasil (BB), achou-se necessário realizar a pesquisa em mais outras duas etapas. A próxima etapa da pesquisa consistiu na entrevista (semi-estruturada) com os gestores do BB que possuíam algum nível de envolvimento com as operações do Pronaf, bem como, com os técnicos da Emater por serem os responsáveis pela elaboração dos projetos de financiamento e assistência técnica. A última etapa foi realizada por meio das entrevistas (gravadas e previamente comunicadas aos interlocutores) com os agricultores da comunidade que já acessaram o Pronaf via BB. De acordo com a aplicação dos questionários, ainda na fase de levantamento dos indicadores, apenas seis famílias se identificaram como tendo acessado o Pronaf pelo BB. Vale ressaltar que do total pesquisado aproximadamente 50% informaram já terem acessado o Pronaf, no entanto, destes que informaram apenas uma pequena parcela correspondeu ao BB. Outras instituições apareceram como fontes financiadoras do crédito na comunidade, como exemplo, a Cooperativa Cresol (com forte atuação) e a Cooperativa Sicredi. Uma alta porcentagem dos agricultores, aproximadamente 30%, não informou sobre já ter acessado alguma política pública ou mesmo o Pronaf. Não obstante, isso não alterou ou dificultou a realização desta última etapa da pesquisa, pois não se pretendia quantificar dados nesta fase, apenas selecionar algumas famílias que permitissem identificar a situação de vida e percepção em relação às contribuições do Pronaf, sob um caráter essencialmente qualitativo.

Para a análise dos dados e informações resultantes da pesquisa, este trabalho em particular, utilizou além das categorias coletivas já estabelecidas (desenvolvimento sustentável e gestão), outras que se referiram ao Pronaf e à agricultura familiar. O Pronaf em relação aos preceitos e objetivos que pretende e a agricultura familiar em relação às especificidades e transformações que vem se submetendo a partir da modernidade.

Buscou-se compreender a natureza do fenômeno social estudado, sendo o pesquisador o instrumento-chave para que, a partir do observado e analisado sobre o objeto de estudo, não se perdesse a visão ampla da realidade social enquanto realizada a análise. Neste ponto, o objeto de estudo, para o exercício do método e da produção científica, foi a realidade concreta. Dialeticamente, descrever tal realidade já é pensar, pois observar os nexos internos dos fenômenos abordados, ou seja, a essência que se manifesta através do que nos parece, permite mostrar as bases empíricas e teóricas de cada argumentação, já que a aparência não está separada da essência. E neste sentido, a lógica dialética implica em uma série de conseqüências para a pesquisa social crítica.

O propósito desse estudo não é de apenas registrar mudanças em sua aparência ou essência, mas revelar a natureza dinâmica da relação entre a aparência e a essência do fenômeno. (...) a produção de conhecimento envolve a abstração do mundo material para o mundo teórico para poder informar melhor sobre nossa atividade prática. A aproximação dialética problematiza essa relação entre a realidade objetiva e nossas tentativas para representá-la no conhecimento". (RICHARDSON, 2008, p.92)

Neste sentido, o presente trabalho pretendeu relacionar os princípios normativos do Pronaf com a real situação de vida das famílias que acessaram o Programa. Ou seja, observar os preceitos do Programa e o processo de gestão envolvido na concessão do crédito para, posteriormente, confrontá-los com a realidade concreta dos fenômenos em estudo.

5. DISCUSSÃO SÓCIO-ECONÔMICO-AMBIENTAL DA COMUNIDADE

À luz do contexto e categorias utilizadas neste trabalho, percebe-se que a questão ambiental nas últimas décadas veio problematizar as teorias e métodos científicos para compreender uma realidade em vias de complexização, que vai além da racionalidade que funda a modernidade e além da confrontação com a racionalidade econômica.

Entender o ser humano e o mundo material como continuidade um do outro, sem perder as suas singularidades e sem manter a dicotomia entre ambos (RAYNAUT, 1994), permite construir um conhecimento capaz de integrar as relações de interdependência dos processos de ordem social, econômica e ambiental que condicionam a construção de uma racionalidade fundada nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Segundo Leff (2001) os diferentes sentidos da natureza a ser apropriada são estabelecidos dentro de contextos ecológicos, geográficos, culturais, econômicos e políticos específicos. Ou seja, tratar do desenvolvimento sustentável seja num contexto global ou local, pressupõe compreender a complexidade da realidade observada em suas diversas esferas. Não há como tratar deste tema sem considerar a “totalidade” e “complexidade” que compreendem o mundo real. Para Raynaut (2004 p.25) “o mundo real, na sua essência, é total. Ele é feito de interações múltiplas e complexas entre os muitos elementos que o compõem, não conhecendo ou admitindo fronteiras estanques”.

O que se percebe é que nas últimas décadas, ocorreram significativas mudanças na organização da sociedade em termos estruturais, as quais refletem, certamente, nas transformações das comunidades em grandes centros. No entanto, observa-se que as maiores transformações não se deram exclusivamente nas formas físicas de estruturação, mas principalmente nas formas de interação dos indivíduos.

Há uma pressão exacerbada da própria sociedade sobre ela mesma para que “rompa” com antigos costumes e aceite a idéia imposta pela “modernidade” (Bauman, 2001), em que toda produção ou trabalho devem gerar riquezas, aumentar lucros para

que conseqüentemente possibilite o consumo e aquisição de produtos ou patrimônios que gerem uma melhor condição de vida.

Neste contexto, torna-se fundamental o entendimento sobre o desenvolvimento local em relação ao global, entendendo que o “micro” não se refere a uma unidade isolada, ao contrário disso, está associado a um contexto mais amplo, ilustrativo do todo.

Assim, falar de desenvolvimento local implica em refletir sobre o desenvolvimento comunitário ou da comunidade.

(...) o Desenvolvimento deve ser um processo integrado, envolvendo as dimensões econômica, social, cultural, ambiental e política, privilegiando para essa integração o trabalho a nível local, em meios desfavorecidos, atuação que não se esgota no componente econômico do Desenvolvimento, incluindo também com destaque a educação para a auto-estima, a cidadania ativa e a valorização da cultura local” (ANIMAR 1998 apud NUNES VIVEIROS 2008, p. 2).

Partindo das dicotomias que transitam as noções sobre desenvolvimento local, acerca do rural e urbano, campo e cidade, tradição e modernidade, é possível identificar a complexidade que há na concepção de “comunidade rural”.

Para Morin (1998, p.170) “comuna” ou comunidade é “um organismo que dispõe de uma politeia, ou seja, de instituições e de uma vida pública”. Segundo o autor,

uma comuna é uma unidade complexa. Mas é ao mesmo tempo uma célula num grande corpo social. Estes dois caracteres são indissociáveis. Assim como o indivíduo biológico remete para a espécie genérica, o indivíduo sociológico remete para a Sociedade em geral. A nossa investigação deve, pois, embrenhar-se nos caracteres singulares da microssociedade comunal e estender-se à inteligência da macrossociedade (MORIN, 1998, p.170).

Pensar no desenvolvimento local e em bases sustentáveis implica em refletir sobre a atuação da própria comunidade, no sentido de gerir este processo, ao invés de apenas participar deste.

Diante deste entendimento e sabendo da importância do desenvolvimento local em face do todo é que se viu a necessidade de realizar o presente trabalho na comunidade Fazenda Mazurana (FM) – localizada no município de Dois Vizinhos. Isso para que fosse possível identificar a situação das famílias agricultoras e a influência do

Pronaf nesta localidade frente aos pressupostos do desenvolvimento sustentável, este que conjectura um olhar complexo sob o meio ao qual se dialoga.

A comunidade FM está localizada no município de Dois Vizinhos, no Sudoeste do Paraná, este que teve sua colonização efetiva a partir da década de 1940, resultado de uma aliança entre agentes econômicos e políticos que tinham por objetivo facilitar a acumulação capitalista e a ocupação de uma área de fronteira, (SAQUET, SANTOS, 2010). A própria dinâmica de industrialização e urbanização brasileira a partir de 1930, gerou demandas por produção de alimentos, entre outras, o que incentivou ainda mais a sistemática ocupação do Sudoeste, de modo que este viesse a contribuir através da produção agrícola familiar.

O município de Dois Vizinhos foi fundado em 28 de novembro de 1961, e conforme Censo (2006) realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o município conta com 36.059 habitantes. Segundo pesquisas realizadas pelo IPARDES (2010), desse total da população 22,34% corresponde ao rural.

O mapa a seguir mostra a localização do município referente ao Estado e Região.



Figura 1 – Mapa de localização do Município
Fonte: Portal Dois Vizinhos (2011)

Em relação à comunidade FM, foi possível diagnosticar a situação sócio-econômico-ambiental (APENDICE C) de 47 propriedades daquela localidade e a partir

dos dados coletados nas entrevistas à campo, constatou-se que tais famílias estão no local em média de 25 anos e possuem em média de 3 componentes cada, sendo a maior família de 7 integrantes e a menor de 1.

Dessas propriedades, os estabelecimentos rurais com até 10 hectares (ha) perfazem 60% da área total dos estabelecimentos, o que revela o caráter efetivamente pequeno dessas propriedades (gráfico 1). A pequena propriedade rural é definida segundo critérios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que considera pequena propriedade rural, aquela em que o tamanho não ultrapasse quatro módulos rurais e com o trabalho na propriedade exercido, principalmente, pela família residente.

De acordo com os critérios definidos pelo INCRA, um módulo rural pode variar entre zero e quarenta hectares, assim, é considerada pequena propriedade aquela que for inferior ou igual a 160 ha.

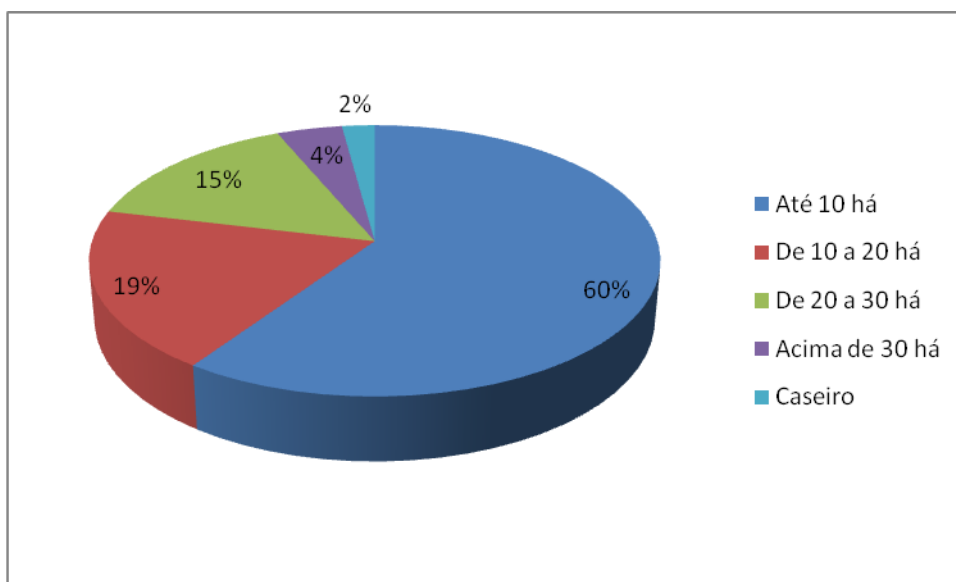


Gráfico 1 – Área (ha) das propriedades rurais
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

A comunidade caracteriza-se por moradores, em sua grande maioria de descendência italiana, sendo que dos responsáveis pelas propriedades 71% possuem essa origem étnica, seguindo com origem brasileira, polonesa e alemã. Conforme o gráfico a seguir.

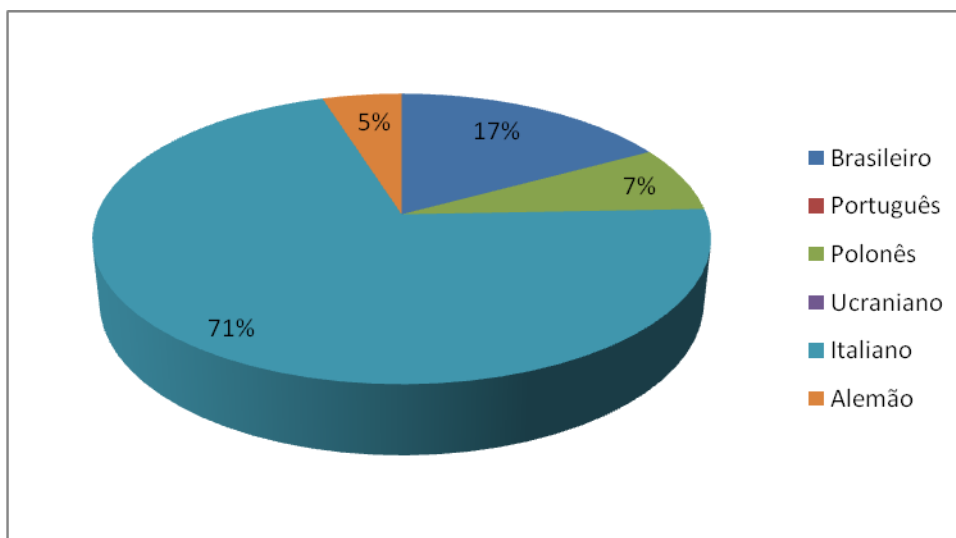


Gráfico 2 - Origem étnica dos proprietários
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

Santos (2008, p.58) afirma que “o Sudoeste do Paraná se constitui num território de *gaúchos* e *catarinenses* de origem ítalo-germânica, que migram para tentar se reproduzir biológica e socialmente, estabelecendo, ao mesmo tempo, o seu domínio”.

No contexto observado, a comunidade FM apresenta a realidade de pequenas propriedades com base no trabalho familiar e com forte incidência nas atividades agrícola – monocultura – e pecuária – produção de leite. Aproximadamente 95% dos entrevistados afirmaram utilizar mão de obra familiar no processo produtivo, ou seja, a produção tem sua principal fonte no trabalho familiar, quem trabalha é o agricultor e sua família, o que segundo Chayanov (1981) imprime na unidade familiar de produção um caráter específico em relação às demais, inclusive as unidades capitalistas. Percebe-se um espaço com características específicas do “campesinato” ou de uma “unidade familiar de produção” – no caso da utilização da mão de obra familiar, ao mesmo tempo em que apresenta fortes características do processo de modernização, a exemplo disto, a produção centralizada em dois produtos principais – soja e milho, entre outros.

Com relação ao Sudoeste do Paraná, vale mencionar que as relações mercantis estabelecidas na venda do excedente (o que possibilitava a aquisição de produtos que não eram produzidos na mesma unidade de produção) foram intensificadas a partir da década de 1950, devido à migração e ocupação da região pelos migrantes do Sul.

Segundo Santos (2008) a produção tomou novo destino, voltando-se à produção de mecadorias.

Puderam ser observadas nas propriedades algumas características que contrapõem com as técnicas tradicionais da pequena propriedade, aquelas identificadas pela diversificação de culturas, preparo das terras com o uso da tração animal, entre outros. Fato este, que representa os efeitos da modernização no campo, no sentido da utilização de maquinários e novas técnicas de plantio, a exemplo disto, o uso de trator, plantadeira, colheitadeira e pulverizador mecânicos e o plantio direto.

Não significa dizer que o espaço pesquisado corresponde exclusivamente a um território moderno, mas que este, comporta aspectos do modelo de desenvolvimento econômico vigente. Porém, ao mesmo tempo em que apresenta aspectos da modernização, apresenta também características tradicionais em sua estrutura e em suas relações.

A realidade investigada representa as transformações a que a sociedade vem se submetendo nas últimas décadas, inclusive o meio rural. Para Santos (2008) o Sudoeste do Paraná, caracterizado por uma agricultura assentada na pequena propriedade e de base familiar, também sofre os efeitos do processo de modernização. Segundo a autora:

Os elementos da chamada *modernização* agrícola estão presentes nas diversas unidades produtoras, revelando-se na forma de produzir, nos produtos derivados de diferentes maneiras e intensidades, embora envolvam, em muitos casos, de forma parcial a extensão do estabelecimento agrícola ou mesmo o processo produtivo (SANTOS, 2008, p.71).

Contudo, deve-se mencionar que este espaço e segmento rural, não se constituem necessariamente de um grupo hegemônico, onde todos já tenham aderido às tecnologias e técnicas modernas na mesma intensidade, ao contrário disso, existem aqueles que utilizam instrumentos e técnicas rudimentares de produção, e até mesmo, aqueles que não obtêm financiamentos. Agora, se colocado num “quadro geral”, as modificações ocorridas na comunidade FM, no decorrer do tempo, é possível identificar a presença da modernização nos aspectos econômico-social-ambiental. Trata-se de compreender a realidade da agricultura familiar a partir do contexto em que a mesma

está inserida, observar suas relações conflituosas com a tendência global sobre o desenvolvimento econômico e quais conseqüências tem sido geradas nessa complexa rede de interesses contraditórios.

A respeito da “renda bruta mensal *per capita*” dos agricultores, se considerado até $\frac{1}{2}$ salário mínimo como condição precária, de $\frac{1}{2}$ a 1 e $\frac{1}{2}$ salário mínimo como condição razoável e acima de 1 e $\frac{1}{2}$ salário mínimo como condição boa, percebe-se uma nivelada distribuição entre ambas e com maior inclinação à situação boa.

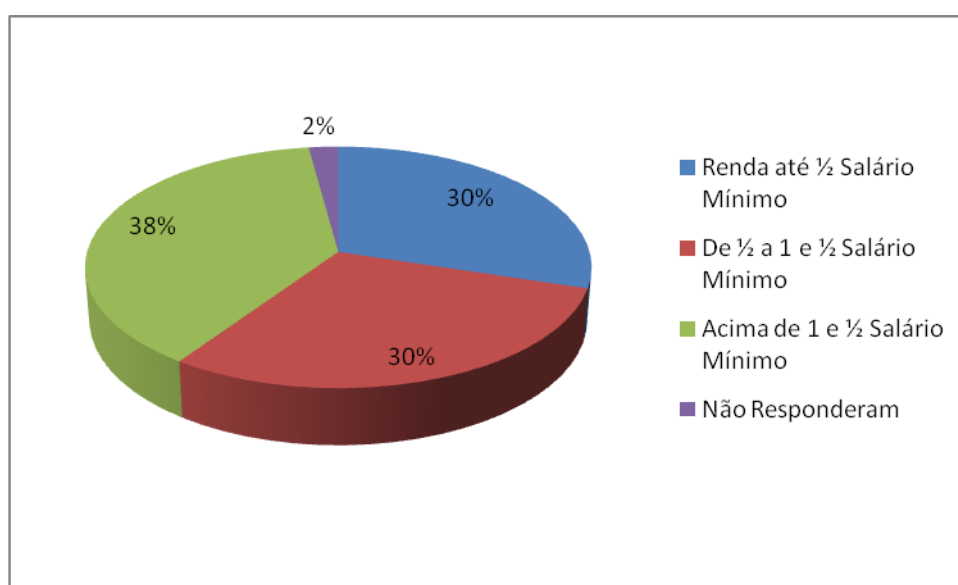


Gráfico 3 – Renda bruta mensal *per capita*
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

Para cálculo da renda bruta mensal *per capita* foi considerada a renda bruta mensal da família (todos os rendimentos recebidos no mês) dividida pelos componentes desta. A lei 8.742/93 considera famílias de baixa renda aquelas que auferem rendimento *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. No entanto, entende-se que o salário mínimo é o piso para um rendimento que ao menos cubra as necessidades básicas de uma pessoa, podendo-se então, considerar que um rendimento abaixo desse valor corresponde a uma situação precária. Esta renda é basicamente resultado da venda da produção agropecuária, seus derivados, artesanatos produzidos pela família (embora muito pouco) e recebimentos de aposentadoria ou fundos de pensão, além dos ganhos com atividades extra-agrícolas.

Outro aspecto que permite ter um parâmetro geral da comunidade é o grau de escolaridade dos habitantes, entendendo que este é um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento do agricultor nestas pequenas propriedades. Pois a aprendizagem e o processo de construção do conhecimento levarão o mesmo, não a aprender apenas teorias e gramáticas, mas a compreender a realidade em que está inserido, e assim, discutir alternativas viabilizadoras para a sua unidade de produção. Para a classificação da escolaridade dos habitantes, nas situações precária, razoável e boa (capítulo 4), foram levadas em consideração as faixas etárias acima de 15 anos, tendo em vista que todos abaixo dessa idade informaram estar estudando regularmente. Não se pretendeu o estudo detalhado dessa questão, mas a obtenção de referências para a dimensão social num aspecto geral. Abaixo, segue a ilustração da média de escolaridade das famílias.

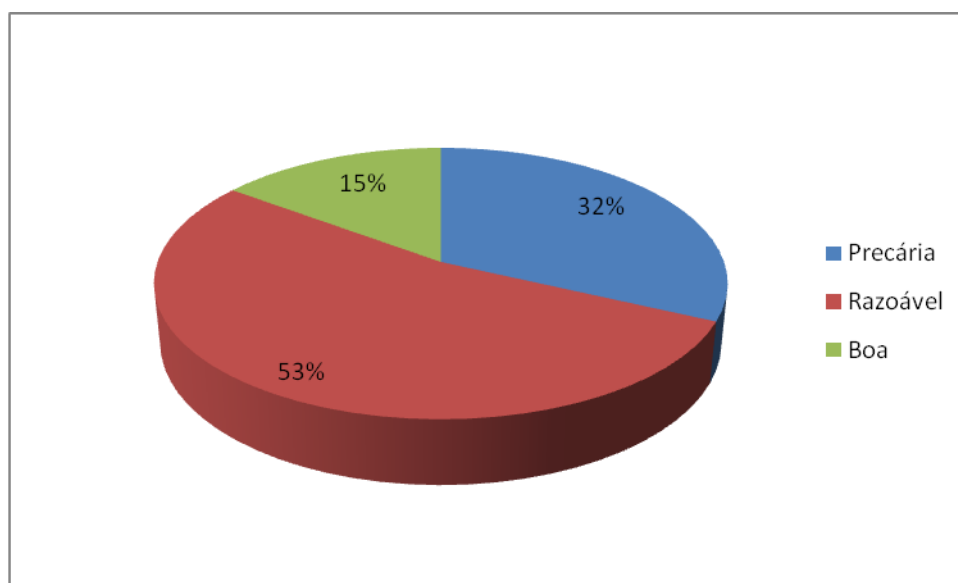


Gráfico 4 – Média geral da escolaridade
Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Do total de pessoas que compõe as famílias entrevistadas – cento e setenta e três – setenta e três por cento (73%) correspondem a pessoas acima de 18 anos, aquelas que teoricamente já deveriam ter concluído o ensino escolar. Se considerar junto os moradores a partir de 15 anos – idade considerada na avaliação da

escolaridade – obter-se-á um total de oitenta e dois por cento (82%), conforme mostra o gráfico 5.

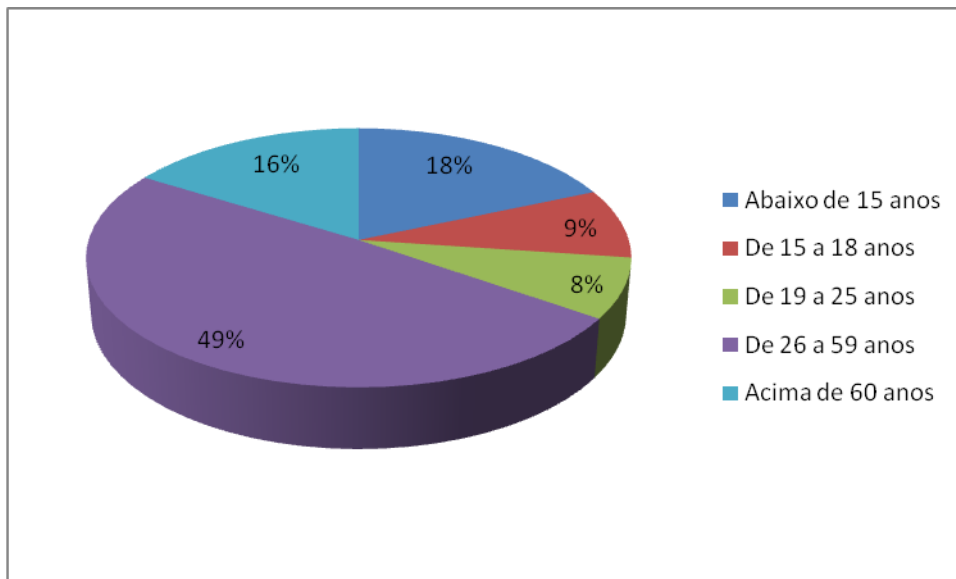


Gráfico 5 – Faixa etária dos moradores
Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Todavia, o gráfico 4 mostra que mais de cinquenta por cento (50%) destes moradores encontram-se numa condição escolar razoável, o que representa a não conclusão do ensino regular, a exemplo disto, alunos que deveriam estar no ensino médio e não concluíram o ensino fundamental ou que já deveriam ter concluído todo ensino, mas não terminaram o ensino médio. Dos trinta e dois por cento (32%) restantes, a situação foi identificada como precária, lembrando que para avaliação feita, consideraram-se nesta situação aqueles que apresentavam baixíssimo nível educacional, como pré-escola, ensino fundamental incompleto ou sem escolaridade. O direito à educação formal e ao acesso à escola é direito de todos e cabe ao Estado promover e assegurar este serviço. Os artigos 205 e 208 da Constituição Federal de 1988 tratam desse direito fundamental que visa o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; progressiva universalização do Ensino Médio gratuito. (...) oferta de ensino noturno regular,

adequado às condições do educando; atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 208)

No entanto, no caso da comunidade FM este direito está sendo negligenciado, pois são poucas as iniciativas para garantir o acesso a este serviço, para os que estão acima de 15 anos. Quando perguntado se houve participação em cursos de alfabetização de jovens e adultos, 80% afirmaram não ter participado. E sobre a participação em cursos de formação profissional mais de 50% declarou não participar. Tal situação reflete um cenário que demonstra como a comunidade rural sofre com a precariedade do acesso aos serviços públicos essenciais. A população jovem, representada pela faixa etária de 19 a 25 anos, representa apenas 8% dos pesquisados. Além disso, é sabido que a educação formal não diz respeito apenas à alfabetização, mas à oportunidade do cidadão em adquirir conhecimentos que o permitam dialogar com o espaço em que está inserido, questionar, concordar ou propor novas alternativas, isto é, ter autonomia para intervir de alguma forma na realidade.

A escolha da agricultura familiar como espaço de investigação sugeriu a possibilidade de compreender as complexas relações e situações de vida de um segmento da sociedade que comporta em si mesmo várias formas de reprodução econômica e social que vão desde o campesinato tradicional até a produção familiar moderna (WANDERLEY, 1999). Buscou-se num primeiro momento, obter um panorama geral da comunidade para que fosse possível identificar a situação de vida dos moradores sob os aspectos sócio-econômico-ambientais e a partir daí discutir sobre as especificidades, possibilidades e limitações encontradas em relação ao desenvolvimento sustentável. Deve-se ressaltar sobre o diagnóstico constatado, que não se teve por pretensão determinar ou dizer se a comunidade FM é ou não sustentável, até porque seria necessário se deter à outros aspectos que não somente os abordados até aqui. No entanto, a partir das evidências diagnosticadas, sobre as questões ambientais, sociais e econômicas, é possível indicar aproximações e refletir sobre os pressupostos do desenvolvimento acima mencionado. Sobre as dimensões verificadas, viu-se como necessário, apresentá-las num mesmo gráfico para melhor

visualização e compreensão e, para que posteriormente, pudesse se estabelecer um diálogo entre ambas.

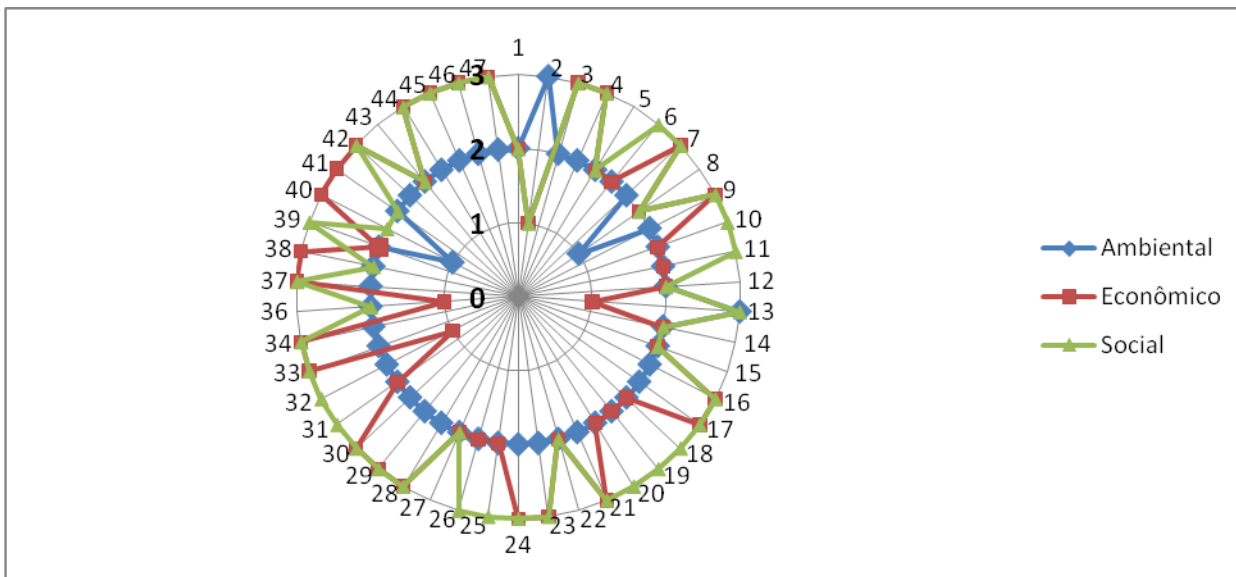


Gráfico 6 – Indicadores Gerais da Comunidade Fazenda Mazurana
Fonte: pesquisa de campo, 2011.

O gráfico 6 apresenta a situação das famílias agricultoras em relação às dimensões anteriormente mencionadas, classificando-as em situação precária (nível 1), razoável (nível 2) e boa (nível 3), respectivamente. Desta forma, pode-se observar a homogeneidade sobre as condições ambientais ao verificar que a grande maioria situa-se numa situação razoável, tendo como exceção duas famílias que apresentaram condição boa e outras duas que apresentaram condições precárias. Neste caso, não há como apontar tendências, pois as famílias que se diferenciaram da maioria, se distribuíram igualmente nas outras duas dimensões. Sobre a questão econômica, observa-se uma distribuição um tanto que nivelada nas situações boa e razoável, pois 49% das famílias apresentaram situação boa, outros 42% se concentraram na situação razoável e apenas 9% na situação precária. A respeito desta dimensão é possível afirmar que há uma tendência do razoável para o bom. Já na questão social da comunidade, constatou-se que 68% se enquadraram numa situação boa, 30% numa situação razoável e outros 2% (apenas um caso) numa situação precária, que

“coincidentalmente” se refere ao caso que apresenta situação econômica precária, mas a ambiental boa.

Este último caso mencionado (agricultor 2) chamou a atenção justamente por ser um dos únicos casos que apresentou condição ambiental boa e em contrapartida condições econômica e social precária. Outro caso com condição ambiental boa, mas que apresentou condição econômica precária foi o agricultor 13. Ao pesquisar quais aspectos poderiam ter influenciado estas condições citadas, foi possível observar que o agricultor 2 possui uma produção agrícola voltada para a subsistência (feijão, milho, batata, moranga, abóbora), bem como, suínos e aves apenas para o consumo anual. Ao verificar a produção do agricultor 13, constatou-se a mesma situação, uma produção voltada ao autoconsumo, com diversidade de culturas (milho, feijão, mandioca, batata, melão) e com suínos, bovinos e aves apenas para o consumo anual.

Tendo em vista que a maior parte da renda dos demais agricultores é proveniente da produção agropecuária, entende-se que o fato destes agricultores produzirem de forma mais direcionada ao autoconsumo pode ter sido um dos fatores que influenciou a situação econômica para uma situação precária e a ambiental para boa, porque usa de forma menos intensiva os recursos naturais. Outro fator a ser considerado diz respeito a esses agricultores não acessarem nenhum programa governamental ou políticas públicas e ao mesmo tempo apresentarem práticas mais favoráveis em termos de produção. Ou seja, da tendência geral da comunidade, há dois casos mais expressivos que se diferenciaram por estar numa situação ambiental boa e numa situação econômica precária, podendo ser isso, um provável efeito do não acesso às políticas públicas.

Tendo como base o referido diagnóstico, pode-se dizer que a tendência geral da comunidade ficou assim estabelecida: ambiental (razoável); econômico (razoável para bom) e social (bom). Quando comentado com os técnicos da Emater sobre estes resultados, os mesmos informaram que há 18 anos é desenvolvido nesta Comunidade o “Projeto Água Limpa”, que visa basicamente o cuidado com a qualidade da água através da conservação e manejo solo e da proteção das fontes, mananciais e beiras de rios. O motivo da escolha desta Comunidade para a aplicação do Projeto se deu devido esta ser portadora das principais fontes e mananciais de água que abastecem a

cidade. Segundo os técnicos da Emater “a concentração da comunidade FM nas condições razoável e boa tem sua razão na insistência do Projeto com o cuidado da água. A comunidade FM pode ser vista como um exemplo para o Município, embora ela não represente a realidade deste e das demais comunidades”.

Os reflexos disto puderam ser observados nos indicadores, pois 93% das famílias informaram possuir alguma nascente, sanga ou córrego na propriedade, sendo que destas, 87% apresentam proteção artificial e 95% mata ciliar. O que provavelmente assegurou uma condição ambiental razoável na FM, porque quando se observa os sistemas produtivos, o que se encontra é a predominância do modelo convencional de agricultura com uso de insumos e máquinas industrializados.

Após diagnosticado o quadro geral das famílias da Comunidade FM, buscou-se compreender a realidade das famílias que já acessaram Pronaf, em especial, as que acessaram o Programa via Banco do Brasil para que se pudesse comparar a situação destas frente às demais, conforme os gráficos a seguir:

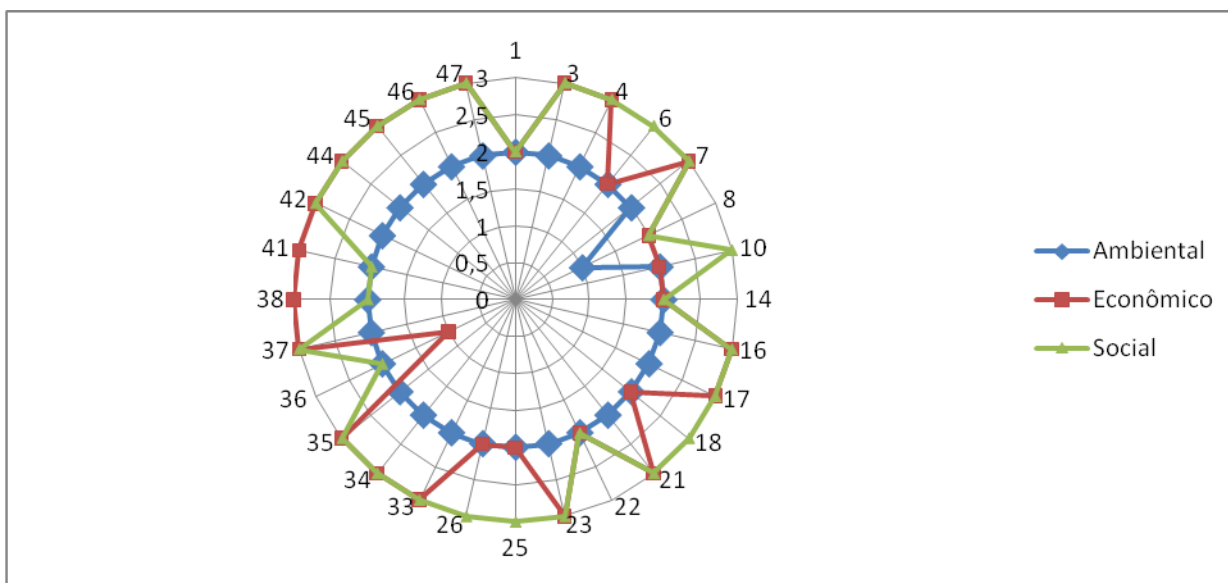


Gráfico 7 – Indicadores Gerias das famílias que acessaram o Pronaf
Fonte: pesquisa de campo, 2011.

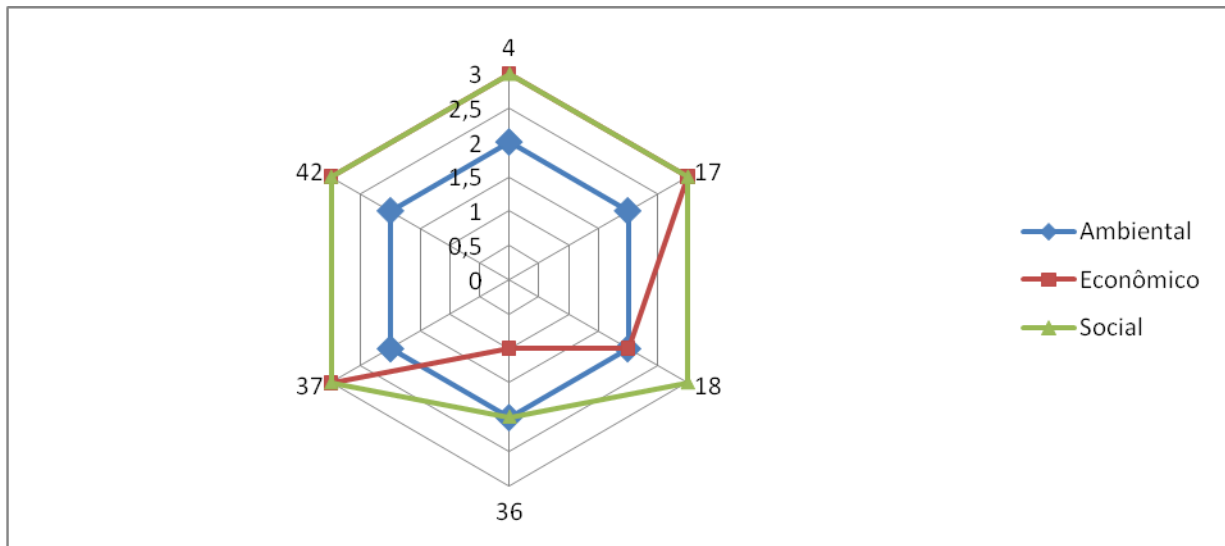


Gráfico 8 – Indicadores Gerias das famílias que acessaram o Pronaf via BB
Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Observa-se que tanto no gráfico 7 como no gráfico 8, há uma conformidade com o quadro geral da Comunidade FM, pois no que se refere às dimensões econômica e social a situação é identificada como boa, sendo que a questão ambiental concentra-se numa situação razoável. No entanto, deve-se chamar a atenção ao fato de que a questão ambiental, embora apresente cuidados com a preservação dos recursos naturais, em especial, a água (conforme dito anteriormente), mostra-se aquém das demais dimensões, o que suscita um olhar específico sobre a mesma, no sentido de compreender tal realidade.

Para entender os indicadores mais profundamente, foram entrevistadas as seis famílias (gráfico 8) que acessaram o Pronaf via BB, tendo como linha norteadora o acesso ao referido Programa. Ou seja, as perguntas foram direcionadas às condições da família antes e depois de acessá-lo. Vale ressaltar que para a análise das questões, os agricultores entrevistados serão identificados como: agricultor 4 (A4), agricultor 17 (A17), agricultor 18 (A18), agricultor 36 (A36), agricultor 37 (A37) e agricultor 42 (A42).

Sobre a condição de vida anterior ao acesso ao Pronaf, os entrevistados foram unânimes em dizer que a situação era mais precária, mais sofrida, reconhecendo mudanças nesse aspecto. Referente a isto o A3 diz: “Nossa, meu Deus melhorou muito, muito. Era tudo mais precário, não tínhamos nem casa praticamente pra morar, não tinha cama, colchão. Eu acho sim, cem por cento a mais de melhora”.

As mudanças nos aspectos econômicos e de produção foram facilmente reconhecidas pelos agricultores entrevistados, principalmente no que diz respeito ao aumento de renda e produtividade. No entanto, ao mesmo tempo em que os agricultores reconheceram tais mudanças, os mesmos afirmaram que tais mudanças não haviam ocorrido necessariamente por causa do Pronaf, mas sim, por esforços e muito trabalho empenhado. Relativo a estes aspectos o A6 menciona: “Antes era pior. A renda melhorou. Na verdade não por causa do Pronaf né, mas sim porque as coisas foram evoluindo e a gente foi trabalhando né”. Da mesma forma o A3 declara: “Nossa, nós melhoramos. Não vou dizer que foi os financiamentos que ajudaram, ajuda claro se você não tem. Mas isso aqui é trabalhado”.

Ao analisar as respostas é possível perceber que as mudanças ocorridas foram, sem dúvida, expressivas nas famílias, no entanto, tais mudanças não foram reconhecidas como sendo resultado do financiamento ou do Programa de forma direta. Há uma valorização do esforço familiar para tais conquistas. Vale destacar que os agricultores reconhecem o Pronaf apenas como sinônimo de acesso ao financiamento.

Não obstante, devem-se considerar alguns aspectos mencionados pelos próprios agricultores referentes à renda e produção, que também puderam ser constatados nos dados do diagnóstico levantado, onde 91,48% das 47 famílias afirmaram que houve o aumento da renda nos últimos anos, conforme o gráfico a seguir:

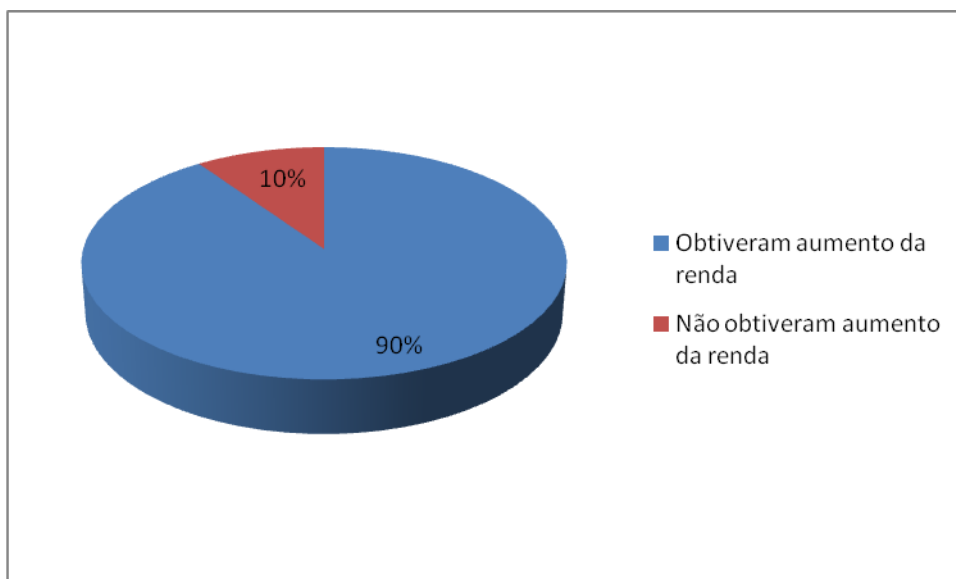


Gráfico 9 – Aumento da renda

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Embora seja evidente para estes agricultores o aumento da renda, segundo eles não se pode dizer que houve necessariamente o aumento da rentabilidade líquida, pois antes a renda era menor, porém os custos para produzir eram menores. O A1 declara “as coisas são mais caras hoje, antes parecia que tudo o que você plantava, dava lucro porque era por conta. Agora a gente planta e usa maquinário, usa tudo né, faz as contas dá metade por metade. Antes dava muito e a gente não vendia o produto. A renda que a gente tinha vinha da roça”. Há evidências de que houve considerável aumento de renda e produção nos últimos anos, fato que evidencia o modelo de desenvolvimento convencional em que a agricultura está inserida. No entanto, isto não representa necessariamente melhor qualidade de vida ou maior rentabilidade.

Ainda que alguns dos agricultores não atribuam tais mudanças ao Programa, estas se intensificaram nos últimos anos, e no que diz respeito à produção houve unanimidade nas respostas ao dizerem que a produção se modificou em termos de escala e método. Ou seja, os elevados ganhos de produtividade, aumento expressivo na quantidade total produzida e inserção de maquinário neste processo, revelam sem dúvida, o reflexo do Programa no meio rural, porque facilitou o acesso aos insumos industrializados e máquinas. No entanto, observa-se que há uma nítida intensificação do modelo convencional da modernização que acompanha o crescimento do acesso ao crédito via Pronaf.

Para ilustrar tal situação, vale destacar algumas falas: “Rende bem mais agora do que antigamente” (A4); “Era menor, antes era bem menor. Ah, uns tempos atrás, acho que era uns 30% menos, era manual” (A17); “Uma vez a gente produzia pouco, mas fazia tudo manual, na verdade hoje é máquina porque não tem mais como roçar né” (A37).

Em outra fala o A4 diz:

Antigamente, a gente plantava na mesma terra, só que a gente não colhia como a gente colhe agora. Agora a gente planta semente boa né, tratada ela tudo. Rende bem mais agora que antigamente. Antes colhia menos, só que o que a gente colhia era limpo né, porque era manual. Era feito arado de boi, colhido tudo assim à muque né. Antes era mais difícil. Agora a gente financia e antes a gente não financiava pelo Pronaf. Aí você plantava o que tu podia plantar né.

O que chama a atenção é o fato de que havia um modelo de produção caracterizado pelo plantio manual, onde a produtividade total era menor, porém a renda líquida era maior. Um modelo cuja força central se baseava no atendimento às necessidades da família e não exclusivamente no atendimento às demandas do mercado.

Tais constatações, sem dúvida, refletem o pacote tecnológico aderido pela agricultura a partir da Revolução Verde. De acordo com Almeida (1997) o desenvolvimento rural trouxe também importantes mudanças no crescimento econômico, este que veio acompanhado, inegavelmente, por um grande avanço tecnológico em todos os campos. A modernização da agricultura trouxe mudanças não apenas de ordem quantitativa, mas também, de ordem estrutural. Fale-se isso, no sentido de que a categoria “agricultura familiar”, a partir da modernização, revela uma enorme capacidade de adaptação e flexibilização na medida em que suas estratégias vão se modificando. As formas específicas de organizar a produção e se reproduzir socialmente a difere do modo empresarial (CHAYANOV, 1974), no entanto, a adaptação da mesma aos impactos urbanos, econômicos e mercadológicos (WANDERLEY, 1996) revela as modificações a que vem se submetendo.

Quando perguntado aos agricultores sobre o modelo de produção após o acesso ao Pronaf, os mesmos enfatizaram a melhoria e aumento da produtividade por conta dos maquinários e métodos de plantio, a exemplo disto, o plantio direto. E neste aspecto, devem-se mencionar algumas das respostas professadas:

A4 – Agora melhorou 100% né. A gente planta, antes a gente colhia duzentas ou trezentas bolsas, agora tu colhe mil bolsas, bem mais né;

A36 – A produção aumentou muito, antes se colhia cento e vinte sacas de milho por alqueire, hoje se colhe quinhentas sacas na mesma área. Utilizou-se mais máquinas nos últimos anos.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à diversificação da produção antes do acesso ao Programa. Nos indicadores pôde ser verificado que 53% das famílias já acessaram ou acessam o Pronaf, sendo que este mesmo percentual informou ter como produção principal as lavouras de soja e milho, produzindo, além disso, apenas feijão e mandioca para consumo próprio. A partir dos depoimentos dos agricultores se tornam

evidentes tais modificações nas culturas plantadas, passando haver forte concentração nas culturas que visam maior produtividade e atendimento às demandas mercadológicas em detrimento à real demanda familiar. O A1 em sua fala afirma “antigamente nós fazia só para consumo né. A gente criava porco, milho, feijão, arroz, a gente plantava fubá, de tudo”.

De acordo com Gazolla (2004) o processo de mercantilização é o movimento pelo qual o agricultor se insere cada vez mais na dinâmica de mercado e passa a ser dependente desta, inclusive no ponto de vista alimentar. Segundo o autor, no caso do Pronaf, consiste no processo pelo qual a política pública financia e encaminha as atividades num âmbito produtivista, em que possua um mercado assegurado.

Quando perguntado aos técnicos da Emater sobre quais as linhas o Pronaf tem mais financiado no município e o seu motivo, os mesmos afirmaram que há concentração nos financiamentos de custeio, nas lavouras de soja e milho, e investimentos nas atividades de leite. Afirmaram que tais financiamentos justificam-se em função da demanda regional e municipal, por serem as culturas mais plantadas na região.

Os técnicos chegaram a dizer que “o Pronaf é um Programa que financia a produção de alimentos, portanto, não poderia financiar uma produção de fumo”. No entanto, o que chama a atenção é que, de fato, o Programa disponibiliza diversas linhas de financiamento, porém há uma demanda de mercado que rege a produção da agricultura familiar.

O Censo do IBGE (2006) divulgado no ano passado traz informações sobre algumas culturas produzidas no Paraná, o que certifica as evidências de a produção agrícola familiar estar voltada às demandas gerais do mercado de alimentos.

Tabela 2 - Agricultura familiar, segundo as variáveis selecionadas – Paraná

(continua)

Variáveis selecionadas	Agricultura familiar - Lei 11. 326	Não familiar
Produção vegetal		
Arroz em casca		
Quantidade produzida (kg)	36 280 776	58 601 864

Feijão preto		
Quantidade produzida (kg)	250 633 989	81 534 174
Feijão de cor		
Quantidade produzida (kg)	65 376 474	80 264 604
Feijão fradinho		
Quantidade produzida (kg)	4 837 042	6 079 487
Mandioca		
Quantidade produzida (kg)	2 304 220 615	542 199 804
Milho em grão		
Quantidade produzida (kg)	4 019 969 405	5 175 447 897
Soja		
Quantidade produzida (kg)	2 622 856 487	5 779 752 287
Trigo		
Quantidade produzida (kg)	218 712 533	729 466 725

**Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006
(Elaboração da autora).**

A tabela acima afirma o modelo de produção ao qual a agricultura familiar vem se submetendo nos últimos anos, pois no que se refere à produção de grãos, o soja e o milho, se destacam equivalendo no mínimo dez vezes mais do que a quantidade produzida dos demais grãos.

Chayanov aborda em sua teoria a produção agrícola dispersa em milhares de unidades familiares e o processo geral de reprodução econômica. A esse respeito, sua tese central é de que “a agricultura de todo o mundo, incluindo a nossa, está conduzida cada vez mais para a circulação geral da economia mundial, e os centros do capitalismo a subordinam cada vez mais à sua liderança” (CHAYANOV, 1974 apud WANDERLEY, 1989, p.34). Segundo Chayanov, a lógica capitalista na agricultura transfere em grande medida ao agricultor os riscos da empresa do proprietário do capital.

O conceito trazido pela modernidade de que se faz necessário o “rompimento” com os antigos costumes, no sentido de que toda produção ou trabalho gerem riquezas, aumente o lucro e proporcione a “pseudo” idéia de melhoria de vida, reflete parte do cenário identificado nestas famílias, as quais certamente elucidam um contexto global, mesmo que em pequena escala.

Ao observar a agricultura familiar nesse contexto, notam-se evidências de uma forma de organização e produção da sociedade que está submetida às pressões de um sistema que impõe sutilmente a necessidade de acumulação de capital e renda com o pensamento utópico de “melhoria de vida”. Isso conduz a pensar nos níveis de autonomia e ou de subordinação da sociedade frente aos movimentos e processos de mercantilização e modernização da produção agrícola.

De acordo com Tepicht (1973 apud WANDERLEY, 1989, p.43):

(...) o caráter essencialmente familiar desta economia continua por muito tempo a se desenvolver, até mesmo a se modernizar, paralelamente ao aprofundamento de seu caráter mercantil e à redução da própria família camponesa que, da antiga família extensa, passa cada vez mais à moderna família “nuclear”, conjugal.

Segundo Wanderley (1989) essa agricultura moderna caracteriza-se por sua integração, sob diversas formas, aos mecanismos de mercado e aos processos de reprodução do capital, e a “abertura” do mundo rural ao modo de vida moderno. Em outras palavras, a mercantilização, para atender ao processo mais geral de desenvolvimento econômico, pressiona as famílias para mudanças importantes no seu modo de vida.

Conforme bem menciona Chayanov em seus estudos, estas unidades familiares ao mesmo tempo em que apresentam aspectos da modernização possuem um caráter e comportamento específico, que as diferem das unidades capitalistas, e as fazem manter aspectos camponeses (WANDERLEY, 1989). Dentre as especificidades identificadas na comunidade FM, vale citar o auto-consumo (ainda que reduzido), a produção com base na exploração do trabalho familiar (ainda que com o auxílio de novas tecnologias) e o rendimento indivisível como resultado da produção.

Em outro trabalho realizado (BATAGLIN, 2009), referindo-se a análise de 485 projetos do Pronaf financiados na safra 2008/2009 do município de Pato Branco/PR, constatou-se nos projetos efetivamente financiados, que o binômio “soja e milho” corresponderam a mais de 92% das culturas financiadas, o que mostra consonância com a pesquisa em questão. Segundo dados divulgados pelo IBGE (2008), o Paraná aumentou sua participação na safra de grãos, passando a ser responsável por 21,8%

do total nacional (frente a 19,8% em 2006), impulsionado pelo crescimento da produção de milho e soja e pela recuperação do trigo. O estado é o principal produtor brasileiro de milho, feijão, trigo, cevada e triticale; e o segundo de soja, centeio e aveia. A partir dos dados do IBGE (2006), pode-se verificar a amplitude de produção do binômio “soja e milho” no país (gráfico 10).

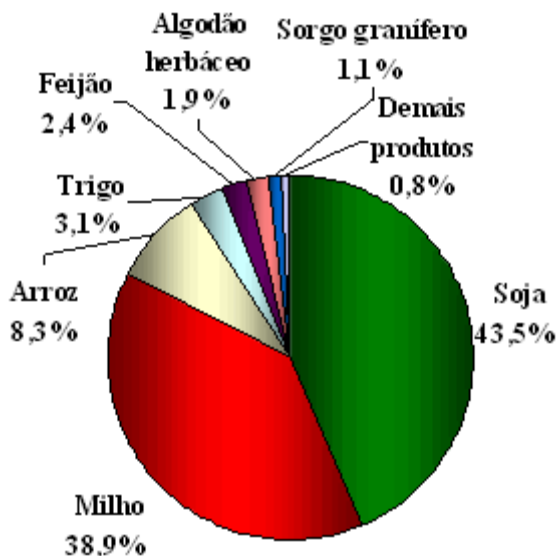


Gráfico 10 - Distribuição percentual da produção obtida de grãos – Brasil
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Certamente, isto representa os efeitos da modernização na agricultura tradicional, de modo a induzir o agricultor ao plantio de soja e milho, e levando-o a consumir os demais produtos do mercado. O agricultor deixou de produzir muitas coisas para o auto-consumo, e em contrapartida, passou a se “adaptar” aos modelos do novo desenvolvimento proposto pela modernização. Referente a isto o A18 afirma:

Coisas como banha, salame eram tudo da propriedade, você não comprava né. Hoje a gente tem carne de gado, que antes não tinha, a gente mata em casa. Carne de porco, de galinha a gente não compra no mercado, mas hoje você vai ao mercado e acaba trazendo coisas que antes não pegava né.

Roberto Malvezzi, coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e colaborador e articulista do EcoDebate, comentando a respeito do último censo agropecuário (2006), diz que a agricultura familiar revela aspectos que surpreendem.

Para ele, há nos dados do Censo verdades incômodas, pois a agricultura familiar ocupa apenas 24,3% da área agrícola brasileira e é a grande responsável pela produção de milho, mandioca, feijão, entre outros.

Quando perguntado aos agricultores sobre quais as modalidades do Pronaf haviam acessado todos informaram ter acessado a linha de custeio para lavoura de soja e milho. E concernente a isto disseram:

- A4 - Só lavoura, só pra agricultura. Foi só milho e soja. Um ano plantamos milho e o outro plantamos soja;
- A17 - Até hoje nos só fizemos o Pronaf pequeno. Só custeio mesmo de milho e soja;
- A18 - Já tivemos lavoura e investimento, lavoura só soja e milho, hoje a gente planta metade soja e metade milho;
- A36 - Sempre financiei soja e milho e só no último ano fiz um investimento para aquisição de vacas;
- A37 - Só acessamos custeio e investimento;
- A42 - Só milho e soja. Já utilizamos um investimento, mas já foi pago.

Outro ponto a ser mencionado é que além da produção do binômio “soja e milho”, todas as famílias produtoras confirmaram a utilização de insumos químicos e agrotóxicos na produção (inseticidas, herbicidas e fungicidas). Inclusive os agricultores entrevistados mencionaram que depois de acessarem o Pronaf a produção melhorou muito, proferindo as seguintes explicações:

- A4 - Mudou bastante, hoje a técnica é melhor, antes a gente só plantava e não passava nada, hoje já tem que passar os produtos no milho lá, agora a gente planta semente boa né, tratada ela tudo;
- A17 - Passou a ser utilizado mais maquinários depois que começamos a utilizar o Pronaf. A produção é destinada pra venda mesmo;
- A18 - Hoje tem o plantio direto, uma vez nos lavrava as terras e vinha as enxurradas e levava tudo. Antes a gente passava veneno e acabava jogando fora, não passava certo, hoje dá pra recorrer aos técnicos;
- A36 - A produção aumentou muito, se utilizou mais máquinas no últimos anos.

Os dados apresentados, seguramente, retratam um modelo de agricultura voltado ao modelo convencional, este que diz respeito à crescente utilização de maquinários, agrotóxicos, produção voltada para a venda e concentração na produção de culturas que atendam às demandas de mercado. Ao observar as unidades agrícolas familiares nesse contexto, tornam-se notórias as evidências de uma forma de

organização e produção que está submetida às pressões de um sistema que impõe sutilmente a necessidade de acumulação de capital e renda.

Embora a agricultura familiar possua comportamentos específicos e surpreendentes que vão além da lógica de renda, salário, lucro e capital que prevalecem no modelo de desenvolvimento do capitalismo. A verdade é que as unidades agrícolas familiares demonstram certa racionalidade que não pode ser analisada à luz das teorias econômicas clássicas e mesmo das teorias modernas. Neste sentido, torna-se relevante as constatações de Chayanov referente à unidade econômica camponesa.

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade (CHAYANOV, 1981 apud CARNEIRO, 2009, p.4)

Basicamente Chayanov traz a idéia de que as unidades econômicas camponesas, as quais este trabalho se refere como sendo 'unidades agrícolas familiares' ou 'agricultura familiar', estão atreladas a satisfação das suas necessidades. Entende-se que há uma relação indissociável entre o trabalho e as necessidades de consumo da unidade. Segundo ele, as decisões sobre produção e consumo estão relacionadas a fatores internos, a exemplo disto, a motivação individual.

O desenvolvimento proporcionado à agricultura familiar nas últimas décadas impõe uma nova direção às transformações da agricultura e do meio rural sem ao menos preocupar-se com as peculiaridades que perpassam nessas famílias. Isso não diz respeito às novas condições que a agricultura passou a assumir com a modernização, mas sim, às pressões de um sistema que torna a todos cada vez mais dependente e sem autonomia para agir em oposição. Referente a isto Wanderley (1999) afirma:

A imposição de um patamar tecnológico, a dependência em relação ao crédito bancário, a fragilidade do acesso à terra e a vinculação da produção aos diversos mecanismos de mercado, integram a unidade de produção familiar ao processo geral da acumulação capitalista (WANDERLEY, 1999, p.47).

Em face disto, questiona-se sobre qual o modelo de fortalecimento que a agricultura familiar tem se submetido nos últimos anos, já que o cenário atual conjectura um processo de modernização que, sem dúvida, tem forte relação com a atuação de uma política pública no setor rural – o Pronaf.

Em seguida, será discutido sobre qual o fortalecimento vem acontecendo através desta política pública, esta que tomou uma proporção expressiva nos últimos anos tanto em recursos mobilizados quanto em atendimentos.

5.1 Pronaf – Fortalecimento que emancipa ou torna dependente?

A leitura dos documentos do Pronaf sugere, além de outros aspectos, a discussão das normas e diretrizes que regulamentam o Programa, já que este tem por finalidade “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (Decreto 1946/96).

Em busca de compreender a essência através daquilo que parece é que a presente pesquisa e reflexões foram construídas, não se desprezando a aparência é claro, ao contrário disso, apoiando-se nela. Confrontar as “intenções” expressas no documento de lei com a real intervenção desta política pública no meio rural permite dialogar sobre o fortalecimento que de fato está acontecendo. De acordo com Gazolla e Schneider (2005),

o Pronaf está imerso em uma ambigüidade básica que faz com que, ao mesmo tempo, ele seja um programa que apóia e estimula os agricultores familiares, intensificando a sua inserção no padrão produtivista de agricultura, mesmo que na formulação original os seus objetivos sejam os de buscar alternativas a este desenvolvimento convencional (Gazolla e Schneider, 2005, p. 4).

A adaptação da agricultura tradicional (camponesa) a um novo contexto de reprodução, este baseado numa economia capitalista, trouxe novas especificidades ao

seu sistema produtivo. Os agricultores outrora “marginalizados” passaram a ter acesso às políticas públicas voltadas a este segmento social, o que favoreceu e muito, na sua inserção ao padrão produtivista da agricultura. Por estas e outras razões este novo “modelo” de agricultura, identificado como “agricultura familiar” teve forte relação com o surgimento do Pronaf. Segundo Mattei (2006),

a criação do Pronaf representa a legitimação, por parte do Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (MATTEI, 2006, p. 14).

Deve-se levar em consideração que o Pronaf foi criado visando o fortalecimento da agricultura familiar, esta que historicamente foi excluída e desfavorecida pela modernização do setor rural. Sabe-se também que o Programa surgiu como resultado de reivindicações de sindicatos e dos próprios agricultores familiares, devido às dificuldades encontradas no acesso aos recursos financeiros. Segundo Schneider et. al. (2004),

em larga medida, pode-se afirmar que o PRONAF foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo (SCHNEIDER et. al., 2004, p.2).

Neste contexto, questiona-se sobre a intenção com que o Programa foi criado, pois o Estado – como agente regulador da sociedade e das políticas públicas – foi pressionado por um segmento da sociedade de grande representatividade econômica e política, para que atendesse às suas necessidades.

Quando se fala de “intenções” se remete, por um lado, a algo subjetivo, aparentemente não concreto, porém, estas intenções são materializadas pelo uso da linguagem, tanto oral como escrita (BAKHTIN, 1997). E neste sentido, é que o texto legislativo (Decreto 1946/96) de criação do Pronaf se apresenta como unidade real de comunicação, possível de ser analisado. Se observado o conteúdo composicional do documento única e exclusivamente na forma como este se dirige aos agricultores

familiares – público-alvo – notam-se evidências de um Programa que está voltado à agricultura familiar, no entanto, não a coloca como “sujeito” das ações.

Ao analisar o documento, verificou-se que a expressão “agricultores familiares” ou “agricultura familiar” se repetem por trinta e três vezes, o que justifica a escolha da expressão para fins de análise, para que se possa observar a forma com que os sujeitos e predicados se colocam referente à mesma. Uma das evidências apresentadas no documento diz respeito ao Pronaf apresentar-se, de modo geral, como sujeito das ações a serem desenvolvidas. Como exemplo disto, verifica-se a primeira oração apresentada pelo documento:

Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da **Agricultura Familiar** - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos **agricultores familiares**, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (DECRETO 1946/96) (grifo da autora).

Nota-se que cabe ao Pronaf “promover” o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. Aqui, a expressão agricultores familiares é colocada como sujeito do segmento rural, porém, na oração toda, constituem-se como predicado, aqueles que “sofrem” a ação.

Quando observado as diretrizes que orientam as ações do Programa, pôde-se identificar que novamente o Pronaf se coloca como aquele que pretende promover uma melhor qualidade de vida, o aprimoramento de novas tecnologias, o melhor aprimoramento profissional, melhor desempenho produtivo, entre outros. Para ilustrar esta situação, segue algumas das diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da **agricultura familiar**, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda,
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à **agricultura familiar**, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do **agricultor familiar**, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos **agricultores familiares**, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e

permanência no mercado, em condições competitivas (DECRETO 1946/96) (grifo da autora).

Percebe-se que os agricultores familiares são colocados como paciente das ações, aqueles que sofrem a ação do sujeito, neste caso, do Programa. Sabe-se que o sujeito de voz ativa de qualquer oração designa o ser que pratica a ação e o de voz passiva é o que sofre as conseqüências. A própria análise de conteúdo do documento, sem ser analisado o sentido “ideológico” das falas, já revela uma política pública que se coloca como objeto central das ações a serem desenvolvidas. Ou seja, o próprio discurso expresso no documento de lei aponta para um fortalecimento que não coloca a agricultura familiar como sujeito das ações no sentido de dar à mesma autonomia neste processo, ao contrário disso, coloca-a como “agente passivo” o que a torna, no mínimo, dependente. Assim, busca-se compreender qual o fortalecimento está efetivamente acontecendo, se o dos agricultores familiares ou o do Pronaf. Um fortalecimento que emancipa os agricultores familiares e dá a eles autonomia para o seu próprio desenvolvimento, ou o fortalecimento de um Programa que se consolida ao ponto de tornar seus beneficiários cada vez mais dependentes deste. Fala-se isso, pois as modificações na forma de acumulação do capital no meio rural, nas últimas décadas, não permitem tratar a pequena produção como algo irrelevante para o desenvolvimento.

Nota-se que além de o Pronaf se colocar como agente das ações a serem desenvolvidas, nas quatro diretrizes acima mencionadas, é claramente anunciado o objetivo do Programa em proporcionar o aumento da capacidade produtiva do agricultor, o aprimoramento das tecnologias empregadas, o aumento da produtividade do trabalho agrícola, novos padrões tecnológicos, melhor desempenho produtivo e o seu acesso e permanência no mercado.

O próprio documento revela as contradições de um Programa que visa fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável deste segmento, ao mesmo tempo em que é orientado por diretrizes que visam excepcionalmente a produtividade, a tecnologia e o acesso ao mercado. Para Sachs (2003) “O que importa é deixar bem claro que o desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária, porém não suficiente”.

Quando avaliado o desempenho e fortalecimento do Programa sob a perspectiva dos agricultores, técnicos da Emater e gestores do BB ambos mencionaram que as principais contribuições do Programa dizem respeito ao aumento da produtividade, aumento de renda, melhoria na situação econômica e crédito e taxas de juros acessíveis. No depoimento dos agricultores as principais contribuições identificadas foram:

A37 - Pra mim é bom porque pra começar já tem o custeio, a gente já planta, daí na hora de pagar o juro é meio baixo né. Tem o maquinário agora, daí ajuda bastante, a gente poderia produzir bem mais, mas é pouca terra, aí a gente planta soja e cuida de vaca. Melhora pro colono meio fraco, é a melhor coisa que tem. Na verdade, ele é bom para os colonos fracos porque ninguém tem aquele dinheirinho pra investir né, aí planta melhor e produz melhor também.

A42 - Como investimento sempre teve retorno com a modernidade né, pelo fato de melhorar pra família. Você tem condições de produzir bem, semente de boa qualidade, a produtividade aumentou por causa da tecnologia da semente.

Deve-se dar atenção à fala do A42 quando o mesmo refere à “semente de boa qualidade”, pois essa caracterização está atrelada à condição de produzir bem, ao aumento da produtividade. Ou seja, o termo qualidade está sendo utilizado como sinônimo de produtividade, em outras palavras, está se referindo às sementes melhoradas geneticamente ou transgênicas. O agricultor afirma que a produtividade aumentou por causa da tecnologia da semente e se refere a isto como contribuição do Pronaf.

O agricultor A37 atribui ao Pronaf contribuições relacionadas à utilização de maquinário, melhor produtividade, acesso ao crédito para investir e juros baixos. Afirma, inclusive, que poderia produzir mais, mas só não o faz porque têm pouca terra, desta forma produz apenas “soja” e cuida de vacas. O próprio agricultor reconhece que é pouca terra para plantar, motivo pelo qual não produz em maior quantidade, no entanto, planta soja.

Questiona-se, então, sobre as intenções do Pronaf que se propõe a ser um Programa de fomento ao desenvolvimento sustentável no segmento rural. Segundo Gazolla e Schneider (2004):

essa é uma das contradições principais do programa, pois ao mesmo tempo em que se propõe a ser uma política de desenvolvimento rural com ênfase na diversificação das atividades produtivas rurais, em grande medida, o programa é uma política de desenvolvimento agrícola que continua a financiar a incorporação de tecnologias modernas e a incentivar as atividades produtivas e econômicas tradicionais e responsáveis pela fragilização dos agricultores familiares da região (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2004, p.8).

Para os gestores do BB o Pronaf contribuiu através do acesso ao crédito que antes não havia e também atuou como regulador do êxodo rural, permitindo a grande parte dos agricultores permanecerem no campo.

G2 - Acho ótimo, é um dos que deu mais resultados, a facilidade de recurso e liberação de crédito, tanto que a agricultura aqui tem sido destaque, a facilidade de acessar o crédito é muito boa.

G3 - Acho que foi a melhor ação do governo federal o fortalecimento do Pronaf. Fez com que houvesse menos êxodo rural, menos inchaço nas cidades, reduziu a pobreza e melhor qualidade de vida do pequeno produtor no campo. Antes o médio e grande produtor precisava de crédito e conseguiam e o que precisava de cinco mil reais não conseguia. Algo fantástico, diminuiu consideravelmente o êxodo rural, hoje tem pequena propriedade que o cara não quer nem saber de vir pra cidade.

Já os técnicos da Emater avaliaram o Pronaf como sendo um Programa que possui recursos suficientes, onde não existe falta de crédito e os prazos e juros são compatíveis. No entanto, o que chama a atenção é que nos depoimentos mencionados tanto os agricultores como gestores e técnicos atribuíram as contribuições em grande parte aos aspectos econômicos. Mediante as entrevistas o que pôde ser constatado é que em nenhum momento, as contribuições do Pronaf foram relacionadas aos aspectos ambientais e em apenas uma vez foi mencionado um aspecto social a respeito da pobreza. Em contrapartida, reconheceram tais contribuições ao perceberem aumento de produtividade das lavouras. O tipo de fortalecimento que o Pronaf tem gerado na agricultura familiar via crédito rural, vai na “contramão” do objetivo e diretrizes orientadoras do Programa no que se refere ao desenvolvimento sustentável e fortalecimento da agricultura familiar.

O que se evidencia é que o Pronaf está apoiando a agricultura familiar no sentido de mercantilizá-la, submetê-la às condições produtivas e às demandas do mercado, como pôde ser identificado nos depoimentos, inclusive no que diz respeito à

produtividade e concentração da produção no binômio soja e milho. Sabe-se que estas lavouras são caracterizadas pelo uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes transgênicas, máquinas e inserção do agricultor no “jogo” do mercado, no atendimento às demandas. Neste sentido é que Gazolla e Schneider (2004) afirmam que o Pronaf possui algumas ambigüidades no que se refere às ações que está apoiando e, também, com relação ao que se entende pelo fortalecimento da agricultura familiar.

O Pronaf como política pública de fortalecimento da agricultura familiar preconiza em seus princípios orientadores e tem como objetivo central, o desenvolvimento sustentável. A partir das considerações feitas por Sachs (1993) acerca desse modelo de desenvolvimento, entende-se que este deve ser verificado sob três dimensões principais, a social, econômica e ambiental.

Porém, no decreto presidencial de criação do Pronaf a questão inicial a ser destacada é a noção quase unidimensional do desenvolvimento sustentável: “com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes **o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda**” (grifo da autora - Decreto Lei nº 1.946/96). A partir disto, pressupõe-se que as ações desenvolvidas pelo Programa ou por seus agentes, deveriam ao menos estar alinhadas com a noção de sustentabilidade, consolidada na década de noventa nos programas governamentais.

Sabe-se que no final do século XX numerosas políticas readequaram seus discursos às premissas da Agenda 21, pressionadas pelos compromissos dos acordos internacionais e pela ampla disseminação da idéia que envolve desenvolvimento sustentável, (MELLO, 2002). Pode-se dizer que o discurso da sustentabilidade se fortaleceu nesta época com a sua inclusão nas agendas políticas, nos diversos planos e programas governamentais.

No entanto, o conceito de sustentabilidade pareceu não ser tão claro aos conceptores, beneficiários e atores-chave do Programa aqui discutido, justamente, por enfatizarem apenas uma ou outra dimensão deste modelo de desenvolvimento. Parte disso pôde ser constatada através das entrevistas com os gestores do BB e técnicos da

Emater quando questionado sobre o desenvolvimento sustentável pretendido pelo Pronaf e sua relação com os projetos efetivamente financiados.

Os gestores do BB informaram que é exigência da Instituição Financeira para com as agências que haja pelo menos um projeto DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) em andamento. No caso da agência entrevistada, informaram estar em andamento um projeto de plantação de eucalipto cujo objetivo é aproveitar as áreas ociosas das propriedades para maior geração de renda.

Referente a isto disseram:

G1 - A maioria dos projetos estão enquadrados dentro do desenvolvimento sustentável, mas tem algo mais específico dentro do DRS. Todas as cidades sempre tem 1 ou 2 projetos pra estimular isso, junto com outras entidades locais;

G3 - Esse foi um desafio que o BB encampou, aceitou e implantou. O DRS é uma estratégia do BB, ação do BB enquanto instituição financeira. O BB usa a potencialização, se tiver uma atividade que é ambientalmente, economicamente e socialmente correta (tripé) o banco potencializa. O BB exige que cada agência tenha um DRS em andamento, preferencialmente nas linhas do Pronaf – eucalipto.

Percebe-se que as respostas dadas aludiram a um projeto específico do DRS e não aos demais projetos financiados pela agência em relação ao Pronaf. Como se os projetos DRS fossem suficientes em termos de sustentabilidade ou pudessem compensar os demais. Se observada a resposta do G2, o mesmo afirma que o objetivo do projeto DRS em andamento é “que as áreas ociosas (pedreira, área que não se planta) possam ser aproveitadas para que no futuro se tenha uma renda melhor”. Mesmo se referindo a um projeto com objetivos voltados à sustentabilidade, o gestor afirma ter por finalidade uma “renda melhor”, o que demonstra certamente, a ênfase no setor econômico.

No caso dos técnicos da Emater, quando feito este mesmo questionamento, responderam de forma convicta:

Um pouco ainda nova essa palavra “sustentabilidade” no meio do Pronaf porque ainda não se tem condições de discutir a aplicação do crédito numa atividade que tenha sustentabilidade. Ainda está numa fase de aplicar o crédito para desenvolver economicamente e sabe-se que só desenvolver economicamente não é o sustentável. O Pronaf ainda está voltado a gerar renda, direcionado ao econômico. Agora, claro que os recursos do Pronaf têm

muito de fundo social, recurso subsidiado, é um programa que acaba de certa forma distribuindo um pouco de renda para o que quer. Agora, se tem sustentabilidade, a atividade que o agricultor está fazendo lá é pura e simplesmente para pagar o recurso que pegou. Noventa por cento dos projetos não levam em consideração isso. Querem disponibilizar a renda, e até possui um fundo social, mas está longe essa discussão. O agricultor tem que puramente aplicar esse recurso na propriedade.

Vale ressaltar que os técnicos da Emater são os responsáveis pela elaboração da maior parte dos projetos financiados pelo BB, no que diz respeito ao Pronaf. E sendo eles os principais responsáveis, destacaram que noventa por cento dos projetos não levam em consideração a sustentabilidade.

A partir dos depoimentos proferidos pelos gestores do BB fica evidente que o desenvolvimento sustentável considerado pela agência se referiu apenas aos projetos DRS, sendo que havia apenas 1 (um) em andamento e com o objetivo do aumento da renda. Para os técnicos da Emater, a sustentabilidade em relação ao Pronaf é algo distante do que se pretende, pois o crédito é dirigido pura e simplesmente ao sustento econômico. Concernente a isto destacaram: “ainda não se tem condições de discutir a aplicação do crédito numa atividade que tenha sustentabilidade. Ainda está numa fase de aplicar o crédito para desenvolver economicamente e sabe-se que só desenvolver economicamente não é o sustentável”.

O depoimento acima ilustra a realidade diagnosticada na comunidade FM referente aos financiamentos do Pronaf, suas nuances e contribuições para a propriedade rural, pois conforme observado até aqui, o Pronaf está corroborando com a idéia do fortalecimento econômico e produtivo predominante no sistema econômico vigente.

Em se tratando do desenvolvimento na questão multidimensional, Mattei (2005) enfatiza a necessidade de uma nova premissa governamental de desenvolvimento rural, onde a sustentabilidade garanta também os aspectos sócio-ambientais.

Tais evidências suscitam, portanto, um olhar especial aos agentes financeiros e demais atores envolvidos no processo de gestão deste Programa. Justamente por se tratar de uma política pública com altos custos e subsídios, deve ser constantemente avaliada e justificada a sua existência, bem como, os resultados que esta tem trazido ao segmento rural.

No site da casa civil (2011) foi divulgado o lançamento do Plano Safra Agricultura Familiar 2011-2012, pela presidenta Dilma Rousseff. Pelo plano, os agricultores familiares de todo país terão acesso a um total de R\$16 bilhões, que poderão ser aplicados em linhas de custeio, investimento e comercialização do Pronaf. A quantidade de recursos disponibilizados por essa política pública representa, sem dúvida, o seu crescimento e consolidação. Porém, a sua eficácia, representada pelo aumento crescente dos recursos financeiro, não se traduz na eficiência da sustentabilidade na agricultura familiar.

O Pronaf vem se destacando fortemente, nos últimos anos, pela crescente diversificação das linhas de financiamento e também pelo volume de recursos liberados, conforme mostra a pesquisa realizada por Mattei (2006). Se comparado o montante liberado em 2005, no valor de seis milhões e trezentos mil, com o montante liberado para a safra 2011-2012, no valor de dezesseis bilhões, percebe-se sem muitos esforços, que o volume de crédito se alastrou de maneira espantosa. Isso representa, sem dúvidas, avanços importantes, no entanto, a quem e para o que tem servido tal expansão?

Sobre o montante de recursos liberados e a relativa facilidade de acesso ao crédito, um dos gestores do BB afirmou: “a facilidade de acessar o crédito é muito boa, mas se todo mundo acessar a produção vai aumentar demais” (G2). Da mesma forma, os técnicos da Emater reconheceram o excesso de crédito e atribuíram a isto a dificuldade encontrada para o acompanhamento dos projetos, no sentido de não conseguir atender à real necessidade do agricultor. Inclusive relacionaram a alta liberação de crédito com a renovação automática que passou a ser feita pelo banco, afirmando que “nos últimos anos muitos recursos foram liberados pela renovação automática, praticamente setenta por cento do total”.

Em face disso, surge uma indagação sobre o volume de recursos liberados e sua relação com o número de contratos e novos acessos ao Programa, se ambos crescem na mesma proporção, pois a renovação automática mencionada pelos técnicos da Emater pressupõe uma maior liberação de recursos, porém, para os mesmos beneficiados.

Não cabe aqui aprofundar esta questão, até mesmo porque não há elementos suficientes nesta pesquisa para tal afirmação. Entretanto, a realidade investigada aponta para um Programa que prevê a diversificação de culturas, mas financia a monocultura, possui alta liberação de recursos, mas com a distribuição, na sua maior parte, sendo destinada aos mesmos agricultores e que possui o pretexto de promover o desenvolvimento sustentável, mas apresenta fortes características do padrão produtivista/capitalista. Sobre isso Mattei (2006) afirma:

Na verdade, esse aspecto é polêmico, uma vez que os outros trabalhos identificam no Pronaf a possibilidade de estimular a promoção de atividades alternativas à lógica do padrão dominante, mesmo reconhecendo que o programa tem um forte viés produtivista. De algum modo, o financiamento às atividades de bovinocultura de leite, horticultura e fruticultura, processamento da produção e de apoio à infra-estrutura básica, poderá transformar o padrão anteriormente mencionado (MATTEI, 2006, p.47).

Sobre a diversificação das linhas do Pronaf, de fato, há diversas linhas de crédito disponíveis para o financiamento, no entanto, há um intenso direcionamento deste através dos gestores e instituições que intermediam o processo. Sobre isso, se deve considerar a fala dos técnicos da Emater que apontam a diversificação das linhas de crédito como uma das principais modificações do Pronaf desde o seu surgimento, mas que em seguida, afirmam que no município de Dois Vizinhos, o Pronaf tem financiado custeio de soja e milho e aquisição de máquinas para investimentos nas atividades de leite.

A justificativa para isto, segundo os técnicos, se dá “em função da demanda regional”, disseram que a concentração da plantação no soja e milho acontece porque são as culturas mais plantadas na região. A própria menção dos técnicos sobre a “renovação automática” do crédito também evidenciam a tendência do banco de não agirem em favor da “alternatividade”, não agirem em favor de novos rumos para a agricultura familiar, mas de continuarem financiando mais do mesmo. Deste modo, entende-se que o fortalecimento gerado na agricultura familiar passa pela sujeição às regras ditadas pelo sistema. Um fortalecimento que torna o agricultor mais dependente e sem autonomia para escolhas, pois ao inserir-se neste modelo, estará pressionado a aderir ao pacote tecnológico proposto, financiar as culturas exigidas pela demanda de

mercado, submeter-se às orientações daqueles que intermediam e conseqüentemente depender do crédito.

No último artigo do Decreto 1946/96 fica evidente que as propostas de financiamento apresentadas pelos agricultores “devem ser submetidas diretamente ao agente financeiro, a quem cabe analisá-las e deferi-las, observadas as normas e prioridades do Programa”. Fato este, que representa quem efetivamente “dita as regras”.

Art. 6º O financiamento da produção dos agricultores familiares e de suas organizações será efetuado pelos agentes financeiros, no âmbito do PRONAF, segundo normas específicas a serem estabelecidas para esse fim nas instâncias competentes e de modo a atender adequadamente às características próprias desse segmento produtivo, contemplando, inclusive, a assistência técnica.

§ 2º As propostas de financiamento apresentadas pelos agricultores familiares e suas organizações prescindem do exame pelos Conselhos do PRONAF e devem ser submetidas diretamente ao agente financeiro, a quem cabe analisá-las e deferi-las, observadas as normas e prioridades do Programa (DECRETO 1946/96).

Para atender aos objetivos da política pública, o Pronaf assenta-se na estratégia de proporcionar recursos financeiros aos agricultores através das Instituições Financeiras. Porém, deve-se lembrar que tais recursos são disponibilizados por agentes financeiros que visam outros fins, que não propriamente, o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. E são exatamente estes que estão incumbidos de observar, analisar e deferir as propostas de financiamento. Cabe a eles (agentes financeiros) o poder de decisão sobre quem vai financiar, sobre o que será financiado e de que forma o será. É possível dizer que o modelo de desenvolvimento promovido pelo Pronaf está fadado à lógica produtivista/capitalista que perpassa tais instituições financeiras. Um modelo de desenvolvimento que leva o agricultor a ser controlado pelos que detém os recursos financeiros.

Conforme o parágrafo 2º descreve, é de responsabilidade do agente financeiro tanto analisar e deferir as propostas, como observá-las segundo as normas e prioridades do Programa. Já de antemão, sabe-se que a promoção do desenvolvimento sustentável está posto como objetivo geral do Programa, mas no que diz respeito às normas, princípios e prioridades, também vale ser citado a “defesa do meio ambiente e

preservação da natureza baseado nos princípios da sustentabilidade” (DECRETO 3991/01, Art.4, Inciso VII). Princípio este, que não parece ser prioritário aos agentes do Programa, se levado em consideração os financiamentos de sementes transgênicas, utilização de agrotóxicos, aquisição de maquinário, entre outros.

Pergunta-se, então, até que ponto a produção de soja, por exemplo, é uma escolha do próprio agricultor (que na maioria das vezes não possui informações suficientes para tal escolha) ou um direcionamento da agência para esta cultura de produção, a fim de atingir metas e objetivos propostos. O fato desta política pública não potencializar o desenvolvimento numa vertente que não seja meramente econômica e produtivista, pode acirrar problemas já desencadeados pela revolução verde, em meados da década de 60, como o endividamento ao sistema financeiro, o uso indiscriminado de técnicas e tecnologias e como resultado maior degradação das terras. Alguns autores consideram as instituições financeiras, mais especificamente o setor bancário público, como sendo os principais responsáveis pelas dificuldades na liberação do crédito e atendimento aos objetivos do Programa. Dentre eles, cabe citar Guazirolí (2007) e Schneider (2004):

Um dos maiores entraves para o crescimento do PRONAF tem sido o setor bancário público, responsável pela liberação dos recursos do PRONAF Crédito, que resiste à ampliação da sua clientela. Este problema teria sido em parte solucionado com a atuação dos Fundos de Aval que permitiram que se aumentasse a participação dos beneficiários no acesso aos recursos (GUAZIROLI, 2001, p.304).

A especialização produtiva gerada pelo PRONAF é a situação em que o agricultor familiar é levado, pela política pública, a plantar o que esta financia. Ou seja, o que é mais fácil e historicamente as instituições bancárias tem tradição de financiamento e operacionalização. Ou seja, o programa continuaria a *fazer mais do mesmo*, o que significa continuar financiando o padrão de desenvolvimento vigente (SCHNEIDER, 2004, p.6).

Tendo em vista que este trabalho se propôs a analisar a relação do Pronaf com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar a partir da gestão do crédito disponibilizado por uma agência do BB, e entendendo o papel fundamental dos gestores e instâncias decisórias nesse processo, é que se torna de suma importância a discussão sobre a racionalidade da gestão e seus processos decisórios. Desta forma, a discussão segue, com a análise da gestão do BB e da Emater tendo como ponto de

referência o Pronaf, por serem instituições de forte representatividade na intermediação dos recursos.

5.2 O Pronaf e suas instâncias decisórias

Refletir sobre possíveis alternativas ao processo de gestão convencional – voltada à maximização dos lucros – no contexto de organizações que trabalham com um público cuja racionalidade econômica vai além da lógica capitalista permite pensar criticamente sobre a realidade observada. Trata-se de compreender a realidade que está posta e buscar alternativas que se contraponham às imposições do capital financeiro sobre as várias esferas da sociedade. Chayanov (1981) discute essa questão e mostra que nem sempre os fenômenos econômicos se adaptam ao marco da economia clássica e da teoria da economia nacional que dela resulta.

No que diz respeito à inegável dominância do capital financeiro e mercantil no comércio mundial e ao inegável papel que desempenha na organização atual da economia mundial, temos que aceitar essa última tese. Mas de maneira nenhuma devemos estender sua aplicação a todos os fenômenos de nossa vida econômica. Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada (CHAYANOV, 1981, p. 134).

Segundo Souza (1999, p.203) “a industrialização não é necessariamente o motor do progresso nem a parteira do desenvolvimento”. Erroneamente muitos utilizam o processo de industrialização e modernização como sinônimo de desenvolvimento, mas sabe-se que está longe disso. Pensar num modelo de gestão alternativo ao modelo utilizado atualmente pela maior parte das empresas, que pressupõe uma lógica capitalista e de produtividade, pode ser o princípio necessário ao que se pretende em termos de desenvolvimento sustentável.

Conforme visto até aqui, há políticas públicas e programas governamentais que pretendem promover o desenvolvimento sustentável, a exemplo do Pronaf, mas que, no

entanto, dependem em parte, daqueles que executam e intermediam o processo de concessão dos recursos financeiros. Depende de que estes atentem e atuem em favor das diretrizes e normas estabelecidas pelo Programa. Entende-se que os gestores das instituições financeiras e os técnicos das assistências técnicas como a Emater, exercem papel fundamental tanto na concessão dos recursos quanto no atendimento aos objetivos do Programa. Em face disto, viu-se a necessidade de verificar como ocorre o processo de gestão do Pronaf a partir das instituições anteriormente mencionadas.

Ao perguntar aos gestores do BB sobre os objetivos, estrutura de funcionamento e tempo de atuação da instituição no município, para que se pudesse ter uma visão geral da mesma, todos responderam que a instituição atua no município há 34 anos e deram ênfase no atendimento à agricultura familiar. Afirmaram que desde o início a agência sempre trabalhou e se concentrou na agricultura e com o tempo foram ampliando as áreas de atuação. O G3 inclusive relacionou, já no início, o histórico de atuação da agência com a criação do Pronaf e referente a isto mencionou:

Desde que foi concebido o Pronaf, o Banco do Brasil sempre foi o principal financiador, o grande fomentador e repassador de crédito. Nos primeiros seis anos só tinha o Banco do Brasil, depois foi feito alguns repasse às cooperativas e hoje o BNDES faz concessão direta. Aqui a agência sempre atuou com parcerias, com a prefeitura, Emater e Cooperativas para atender ao pequeno agricultor.

Da mesma forma, quando perguntado aos técnicos da Emater sobre o histórico de atuação da organização no município, eles afirmaram: “toda a história do Pronaf a Emater tem acompanhado, todos os Pronaf(s), todos os projetos basicamente foi a Emater que fez para atender aos agricultores, projetos de custeio, tudo pela Emater”. Já de entrada é possível perceber a forte ligação de ambas as instituições com a execução do Pronaf no município de Dois Vizinhos, o que sugere um olhar específico sobre as suas estruturas, gestão e processos decisórios na concessão do crédito. Com relação ao objetivo da Emater, os técnicos afirmaram que mais de noventa por cento está voltada a atender a agricultura familiar, que esta é “a razão da sua existência”. Sobre os objetivos do BB, deve-se fazer referência a duas das falas:

G2 - Seria a missão mesmo, não vou lembrar agora de cabeça, atender a comunidade, acionista, clientes;

G3 – Duas coisas: ser um banco de fomento ao desenvolvimento agropecuário e também ser um agente que proporciona o acesso ao crédito dos pequenos agricultores, função econômica e social.

O G2 afirmou não “lembrar” dos objetivos que norteiam aquela instituição e o G3 vinculou os objetivos da instituição ao setor agropecuário no sentido de atuar na função econômica e social. Já de antemão percebe-se nas duas organizações tamanha relevância que é dada ao setor rural em termos de atuação para promover determinado resultado. Procurou-se, por meio das entrevistas, identificar a estrutura organizacional do meio ao qual se dialoga e sendo assim, algumas situações puderam ser evidenciadas. Quando realizadas as entrevistas, observou-se certa dificuldade para a execução das mesmas por parte dos gestores, sendo que só foi possível a efetivação destas após um “demasiado esforço” por parte da pesquisadora para que isso acontecesse. Inclusive, a entrevista com o G2 foi conseguida da seguinte forma: Enquanto não chegava clientes para serem atendidos, o mesmo respondia às questões, mas no momento em que algum cliente chegava ao setor, a entrevista era interrompida. A justificativa utilizada pelo G2 em relação ao mencionado se deu no fato de haver grande demanda de clientes e ao fato de estar responsável pelas atividades de um colega afastado para férias. Isto certamente evidenciou a preocupação que há com o cumprimento das metas e em ter que “dar conta” de todo serviço demandado.

As práticas rotineiras dos funcionários e a necessidade de cumprir com o trabalho demandado correspondem a algumas das características do modelo burocrático, estabelecidas por Weber, sendo o caráter racional da divisão do trabalho, rotinas e procedimentos estandardizados, entre outras, (WEBER, 1982). Neste modelo de organização a obediência ou subordinação não é devida a uma pessoa propriamente estabelecida, mas a um conjunto de regras e regulamentos legais previamente estabelecidos (HILLIG, 2008).

Pelo conceito weberiano, fica claro que tais organizações que assumem a forma burocrática de poder, caracterizam-se por levar em consideração as metas coletivas da organização e não as dos seus membros individuais, embora o individual e subjetivo seja sempre presente.

Procurou-se analisar como funcionam os procedimentos da organização, desde o contato com os clientes, elaboração dos projetos de financiamento, até a concessão do crédito, a fim de identificar a estrutura de trabalho desenvolvida na mesma. E nisto, pôde-se observar uma clara definição hierárquica nas funções desenvolvidas, inclusive com a contratação e análise e deferimento das operações (projetos).

G2 - Depende do valor do financiamento. Uma pessoa que vai financiar R\$ 6000,00 e que não tenha nenhum problema com o banco, apenas eu como gerente posso deferir a operação. Agora, acima de R\$ 30.000,00 precisa de um comitê de pelo menos três pessoas (gerentes) para deferir a operação. Em caso de operações com valores mais altos, que não é o caso do Pronaf, precisa passar pela decisão da "rede" que seria por meio da aprovação de três gerentes de agências (rede). Isso pode acontecer no Pronaf apenas em caso de financiamentos maiores que não possuam garantia suficiente ou que possuam alguma outra restrição.

G1 - Tem a regra geral do MDA para todos os bancos e baseado nessas regras o BB faz adaptação para normas internas. Noventa por cento dos projetos passam pelo sindicato ou Emater para conseguir a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). Apenas financiamentos de valores menores podem ser feitos direto com o BB.

De acordo com as falas, entende-se que além das instâncias decisórias estabelecidas no município (BB, Emater, Sindicato, Prefeitura) também há aquelas que se reportam ao Governo (instâncias maiores). Porém, é notável que em relação às operações de valores menores (maioria dos projetos identificados na comunidade FM) há total autonomia da parte dos gerentes em relação a decisão para concessão dos recursos. Inclusive quando foi perguntado a eles sobre a autonomia nas opiniões dadas e processos decisórios, ambos afirmaram possuir. Frente a isto, entende-se que cabe a eles o atendimento às normas estabelecidas pelo Programa. Segundo Hillig (2008) em organizações burocráticas o governante exerce o poder dentro dos limites fixados pelas regras e regulamentos sancionados por lei. Não obstante, há um exercício de poder.

A fim de se entender com mais clareza a estrutura da organização, foi perguntado aos gestores sobre quais aspectos positivos e negativos podiam ser visualizados na Instituição e como avaliavam a qualidade e eficiência do processo desde a elaboração do projeto até a concessão dos recursos. Ao responderem todos

mencionaram as dificuldades que existem com a demora das operações, e sobre isto, enfatizaram as causas.

G1 - Como envolve várias entidades, as vezes até mesmo a prefeitura demora. Poderia simplificar mais algumas coisas para melhorar o processo, tem muitas exigências de documentos que poderiam ser melhorados, é muito documento, então atrapalha um pouco o processo de credito, demora.

G2 - Envolve as assistência técnicas na qualidade do projeto, não os projetos em si. A gente faz um “chek list”, mas falta muita documentação, a demora é devido à falta de compreensão das assistências nesse sentido. A dificuldade de trazerem os papéis certos e a dificuldade dos agricultores trazerem a documentação, pra eles é muito complicado. Eles assinam e não sabem nem o que estão assinando, são uns coitados.

G3 - Altamente eficiente o processo, é altamente eficiente. Demora muito porque tem muita gente querendo e isso porque é bom, apesar da burocracia. Cada ano que passa a burocracia aumenta pelas questões ambientais, legais.

As declarações sobre a falta de documentação, sobre o envolvimento de várias entidades, a exigência com documentos revelam certamente o caráter burocrático da organização. As próprias falas “é muito documento” (G1), “falta muita documentação” (G2) e “apesar da burocracia” (G3), sem dúvida, dizem respeito às normatizações exigidas. Entende-se que o processo burocrático ou demora do procedimento de acordo com a resposta está relacionado, à padronização de tarefas, execução previsível e calculável, ou mesmo, devido às normas previamente estabelecidas, (FRIEDBERG, 1995). O G3 em sua fala menciona que a cada ano que passa aumenta a burocracia e atrela isto às questões ambientais, legais. Não obstante, se levado em consideração outras falas (citadas anteriormente) em que qualquer operação do Pronaf pode ser deferida pelo gerente desde que corresponda a um valor baixo, entende-se que as demais operações, as de valores altos necessitam de outros meios para serem aprovadas. O G2 chegou a afirmar em outra fala que o motivo de necessitar de um comitê para deferir operações com valores maiores é por não haver garantias suficientes. Ou seja, o aspecto da “garantia” gera um processo burocrático na organização que envolve além do gestor responsável, outros que ocupem o mesmo cargo. Porém, nessa última fala, o G3 vincula a burocracia exclusivamente às questões ambientais.

Sabe-se que no conceito popular, a burocracia é visualizada como uma organização em que a quantidade de papéis utilizados no procedimento se avoluma e se multiplica. Passou a ser utilizada para caracterizar os defeitos do sistema e não o sistema em si. Tal como afirma o gestor (G3) ao considerar o processo eficiente 'apesar' da burocracia.

O G2 em sua fala traz fortes evidências de um sistema que impõe ao agricultor o que deve ser feito, sem dar a ele autonomia ou condições mínimas necessárias para decidir o que financiar, o que produzir, entre outros. O gestor declara ser complicado aos agricultores o excesso de documentação solicitada e afirma: "Eles assinam e não sabem nem o que estão assinando, são uns coitados". É lamentável ver sistema em que os gestores atuam simplesmente com o objetivo de cumprir metas ou regras, sem ao menos, considerar os resultados que estarão sendo gerados. Segundo Crozier (1977) muitos subordinados se sujeitam às regras de conformidade e rigidez para se proteger das pressões exercidas pelos de "alto escalão" ou mesmo dos demais subordinados. O motivo ao qual se sujeitam não importa saber, mas o que se deve considerar é o fato de que muitos se sujeitam a um sistema com viés fortemente produtivista e ainda levam outros a se sujeitarem da mesma forma. Neste ponto, cabe a reflexão sobre como será possível atingir os resultados de uma política pública que é operacionalizada por pessoas sujeitas ao sistema que é posto e que não proporcionam modelos alternativos.

Neste ponto cabe questionar-se sobre qual nível de assistência técnica é dada aos agricultores já que estes chegam a assinar um documento ou papéis que nem ao menos sabe ao que se refere. Esta realidade exposta na fala do gestor indica quem de fato está direcionando os financiamentos. Quando questionado aos técnicos da Emater sobre a assistência técnica prestada aos agricultores, se havia ou não, e no caso de haver como esta era feita, surpreendeu-se com os depoimentos.

Nossa dificuldade é de não conseguir atender conforme o nosso desejo, por causa do excesso de atendimentos pontuais, pela quantidade de agricultores que procuram a Emater, demanda de projetos e clientes, precisaria ter mais profissionais com certeza. Uma vez por mês estamos atendendo os grupos com o projeto Vida na Roça. Este projeto engloba quatro comunidades. Os resultados do Pronaf podiam ser melhores se a gente tivesse assistência técnica para o agricultor, se pudesse acompanhar o agricultor com certeza seria muito

melhor. Uma época nós fizemos isso, depois não foi feito mais. Fazer uma vistoria na propriedade, analisar realmente a necessidade do agricultor, e fazer um projeto pela necessidade do agricultor.

As falas dos técnicos da Emater corroboram com o que foi constatado no diagnóstico da comunidade, pois quando perguntado aos agricultores entrevistados sobre a atuação da Emater na comunidade, cem por cento (100%) informou não haver. A partir do relatado é possível afirmar que o Pronaf como política pública que visa o fortalecimento do agricultor e desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na prática não atinge os objetivos para o qual se propõe.

Aos gestores relacionarem os aspectos positivos visualizados na organização em relação ao Pronaf, pôde-se destacar que embora tenham mencionado o incentivo aos agricultores familiares, em todas as respostas proferidas foi possível perceber o destaque com a questão econômica.

G1 – O incentivo ao agricultor familiar, taxa de juros baixa e questão do crescimento da agricultura familiar nos últimos anos. Com o incentivo dos financiamentos, foram crescendo e expandindo suas rendas.

G2 - Auxilia bastante os pequenos produtores, é bem positivo nesse aspecto, pra quem sabe utilizar, pagar certinho e aplicar realmente é bom.

G3 - A micro economia é fortemente influenciada pelo Pronaf. O pequeno agricultor gasta na praça, gira a economia aqui. Isso contribui muito pra melhoria da qualidade de vida dessas propriedades, das famílias, porque têm acesso ao crédito mais barato.

Nota-se que o G1 relaciona o “incentivo” ao agricultor diretamente à expansão da renda, assim como, o G3 que visualiza como aspecto positivo o fato de o agricultor acessar o crédito e por conta disso, “gastar na praça”. Nenhum dos gestores visualizam como aspecto positivo a possibilidade do agricultor plantar para o seu fortalecimento e consumo próprio, ou mesmo as questões sociais e ambientais. Da mesma forma, os técnicos da Emater reconheceram como aspecto positivo a disponibilidade de crédito e afirmaram “a gente poder confiar que se precisar de dinheiro para viabilizar o projeto tem. Um tempo atrás não tinha”.

Com relação aos aspectos negativos visualizados pelos gestores um deles diz respeito ao enquadramento incorreto no Pronaf, pois disseram que muitos tentam se

enquadrar (ter acesso ao crédito) sem de fato ser o público-alvo, devido às taxas e juros diferenciados. Referente a isto o G2 declarou:

O bom que a gente é da cidade e conhece as pessoas, então sabe se a pessoa se enquadra realmente ou não. Caso aconteça isso de alguém querer financiar sem estar enquadrado, a gente chama o conselho fiscal pra verificar a situação e não beneficiar alguém que tenha empresa por exemplo. Isso acontece muito com o trator solidário. Outro exemplo é se o cara arrendou a terra pra plantar laranja, a gente não financia pra alguém que arrendou a terra de outra pessoa, acontecia muito isso, a pessoa financiava o Pronaf no nome de outras pessoas pra se beneficiar.

O destaque a ser feito sobre essa fala, além da questão de se referir ao não enquadramento no Programa, é quando o gestor declara “o bom que a gente é da cidade e conhece as pessoas”. Tal afirmação ilustra na verdade os aspectos subjetivos considerados nos processos decisórios. De acordo com a fala do gestor, é possível dizer que, neste caso, a liberação do crédito está sujeito ao conhecimento do gestor em relação ao cliente, ainda que haja “boa intenção” na ação. Tendo em vista que a instituição apresenta características de uma organização com um modelo burocrático, e que visa, portanto, o alcance dos objetivos propostos por meio da racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos pretendidos (HILLIG, 2008), o que se observa, no entanto, é um controle não totalmente racional do processo.

Ao perguntar para os técnicos da Emater sobre as principais dificuldades encontradas no relacionamento com a Instituição, eles mencionaram a exigência com documentação e demora até a liberação do crédito.

Eles põem dificuldades que não tem razão de ser. Dificuldades com documentação, dificuldades com atraso, o projeto vai pra lá e fica parado, demora para ser apreciado. A Emater tem contato com outras unidades e os outros técnicos comentam que há mais facilidade nos outros municípios. Não podemos dizer tem que liberar crédito, tem que liberar crédito, mas é preciso entender o crédito como o pacificador do projeto. O BB não está fazendo nenhum favor para o agricultor, ele está ganhando pra isso.

Observa-se que as dificuldades apontadas pelos técnicos são as mesmas identificadas pelos gestores, no entanto, deve-se mencionar que o modelo burocrático do qual se fala, não diz respeito às falhas da organização através do não cumprimento das normas e objetivos, mas sim, à estrutura de funcionamento. Entende-se que a

padronização, estandardização, e cadeias hierárquicas nas organizações trouxeram benefícios em relação ao alcance de resultados pretendidos, porém, estas mesmas características trouxeram certa “alienação” por parte dos funcionários com a realidade concreta. Crozier (1977) ao tecer uma crítica sobre a sociologia da burocracia estudada por Weber traz a idéia de que a defesa do sucesso da superioridade das organizações racionais modernas pauta-se mais nos aspectos negativos relacionados à estandardização a que foram reduzidos os seus membros, do que nas competências técnicas dos mesmos. É necessário analisar os limites que são impostos às organizações e aos gestores por esse modelo burocrático. Há devida subordinação por parte dos funcionários às regras impessoais do sistema, estas que geram tensões no caso do “não cumprimento” das mesmas.

Num determinado momento da entrevista foi questionamento aos gestores sobre quais critérios – considerados por lei – eles consideravam mais relevantes na concessão do crédito. Tais critérios a que o questionamento se referiu, diz respeito ao regulamento legal para se enquadrar no Pronaf. Relativo a isto, os critérios seriam: a comprovação de enquadramento ao Programa que é feita por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); uma área de até quatro módulos fiscais (no Paraná varia entre 12 à 30 hectares), com no mínimo 70% de sua renda bruta anual de origem agropecuária e sendo esta, entre 4 mil e 110 mil reais (MDA/SFA). Todos concordaram em afirmar que sim, os critérios são contemplados. Dentre os depoimentos relatados, houve consenso no que diz respeito ao enquadramento do produtor ao Pronaf, ao objetivo do financiamento (o que e pra que vai financiar), a comprovação e validade da documentação. Em contrapartida o G3 fez menção às seguintes questões:

Beneficiar e atingir o mini pequeno produtor, capitalização das família pequenas, o acesso ao crédito, diversidade das atividades, não ficar só na monocultura (milho, feijão). Plantação mais para o consumo e gerar riqueza no pequeno produtor. Outra coisa interessante são as exigências ambientais estendidas aos pequenos produtores, questões sobre o meio ambiente.

Nota-se que o G3 refere-se a critérios não considerados pelos demais, como a diversidade das atividades para não permanecer na monocultura, plantaço para o consumo e também sobre as exigências ambientais. Ou seja, há conscientização por

parte deste gestor sobre os aspectos que deveriam ser levados em consideração na liberação dos recursos. Os demais gestores enfatizaram o enquadramento ao Programa e aspectos documentais (exigências formais), mas não mencionaram sobre outros critérios que fujam da lógica prevista para a concessão do crédito. Tendo em vista que os critérios do Pronaf e da instituição devem ou deveriam ser necessariamente atendidos, achou-se pertinente avaliar os critérios que os gestores consideravam como sendo importantes no procedimento. E neste sentido, foi suposta uma situação em que houvesse dois agricultores com as mesmas condições e atendendo a todos os critérios formais do Pronaf, a fim de saber quais os critérios eles levariam em consideração para a tomada de decisão.

G1 - No ponto de vista do BB, é analisado o crédito e histórico de atuação no BB. Também analisado para o que vai utilizar o crédito.

G2 – Primeiro a necessidade de cada um e depois se é realmente cliente do banco.

G3 – Teriam muitos critérios, mas primeiro o acesso às formas de desenvolver a atividade, priorizar aquele que dependam totalmente daquele crédito. Por exemplo, alguém que não consegue financiar leite na loja de insumos. Também o número de pessoas da família que dependem da atividade da propriedade.

Nota-se que as expressões “histórico de atuação no BB” e “se é realmente cliente do banco” remete à relação dos clientes com a instituição. Partindo do pressuposto de que o “histórico” do cliente é levado em conta para os financiamentos, então, significa dizer que o crédito é preferencialmente destinado àqueles que já possuem um relacionamento com a instituição, o que de certa forma estaria beneficiando sempre aos mesmos e gerando dificuldade de acesso ao crédito por parte dos novos clientes, já que estes não possuem um histórico.

Referente a isto, deve-se ressaltar um dos aspectos levantados pela Emater como sendo negativo à concessão do crédito disponibilizado, este que se refere à renovação automática do crédito por meio do BB. Os técnicos justificaram que a renovação automática pode ser feita uma vez que não haja alteração sobre o valor, cultura e área financiadas. Ou seja, se o agricultor continuar plantando a mesma área, a mesma produção e solicitando o mesmo valor de crédito, a liberação deste recurso será renovada automaticamente e anualmente pelo BB por um período máximo de cinco

anos (tempo de validade da DAP). Os técnicos da Emater disseram que nestes casos os agricultores não precisam ir até o banco, o mesmo valor financiado no ano anterior será depositado na sua conta. Segundo os técnicos, a liberação via “renovação automática”, no último ano, correspondeu à setenta por cento (70%) dos projetos financiados. Para os técnicos esta situação é perigosa porque não há um controle efetivo sobre a utilização dos recursos, se está sendo utilizado na agricultura ou em outras atividades, não há uma orientação específica sobre a real necessidade do agricultor (um direcionamento sobre o que é viável plantar) e também não há controle sobre o nível de endividamento do agricultor.

Percebe-se o direcionamento que se tem feito nos projetos financiados até mesmo em relação ao público que acessa, pois a renovação automática dos recursos prevê o incentivo aos mesmos. Certamente isto vem de encontro com o modelo de organização percebido, pois é mais “prático” para os funcionários atingirem as metas sem precisar “analisar” de fato o que está se propondo com os projetos.

As respostas proferidas pelos gestores refletem os reais interesses do banco e critérios que realmente são considerados pelos gestores. Partindo do pressuposto de que os critérios formais do Pronaf sejam atendidos, então, o que direcionará a decisão sobre alocação dos recursos será a exigência do banco, voltada às questões econômicas. De acordo com as falas do G1 (gerente geral da agência) – “no ponto de vista do BB, é analisado o crédito e histórico de atuação no BB” – e G2 “primeiro a necessidade de cada um e depois se é realmente cliente do banco. Sabe-se que não são levadas em consideração as reais necessidades dos agricultores no financiamento, apenas há uma preocupação em destinar o crédito para o público correto, desde que este público possua os documentos necessários exigidos e “realmente seja cliente” (G2) ou que possua um histórico de atuação no banco (G3).

No início da fala o G2 até menciona o aspectos de considerar primeiramente as necessidades dos agricultores. No entanto, pergunta-se como isso será possível sendo que setenta por cento dos projetos são financiados sem ao menos eles terem um contato pessoal com os clientes? Como levarão em conta tais necessidades se o histórico de financiamento do município se volta ao padrão produtivista da monocultura? Como diz levar em conta as necessidades dos agricultores se em

depoimentos anteriores o mesmo gestor afirmou que os agricultores “são uns coitados”, pois assinam documentos sem saberem o que estão assinando.

Tal realidade observada sugere então, uma discussão sobre quais aspectos os gestores estão levando em consideração nas tomadas de decisões. Trata-se de uma organização que está tão “estandardizada” nos processos e resultados que precisa atingir, que na prática não considera a realidade do público-alvo para o qual se destina (no caso do Pronaf os agricultores familiares).

Simon (1947 apud BARROS, 2004) discorrendo sobre a racionalidade objetiva no processo de decisão, diz que o processo final de decisão é o de valoração, onde as preferências são determinadas pelas conseqüências, ou seja, a alternativa que produz o conjunto preferido de conseqüências é selecionada. Assim, compete ao decisor a escolha de valores ou preferências que atendam aos objetivos organizacionais, entre outros. Não se chegará a resultados alternativos enquanto aqueles que gerem tais políticas públicas não agirem com autonomia, ao contrário disto, continuarem fazendo mais do mesmo, direcionando os financiamentos ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Como bem cita Hillig (2008), neste processo quanto mais racional e burocrático se tornar uma organização, tanto mais os membros individuais tornam-se simples “engrenagem” de uma máquina.

De modo geral, as organizações não estão superando o que já existe em termos de gestão a fim de que novos resultados sejam alcançado. No entanto, o que se espera daqueles que estão em cargos que os permitem gerir tais políticas, é que sejam, no mínimo, observadas as normas de regulamentação e os princípios já estabelecidos para as tomadas de decisão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, preconizados nos princípios orientadores do Pronaf, é que a presente dissertação foi construída. Em busca de ir além da aparência, daquilo que está empiricamente colocado, é que se optou por analisar a relação do Pronaf com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As categorias analíticas (desenvolvimento sustentável, gestão, agricultura familiar) foram definidas a partir do contexto que permeia a atuação do Pronaf, a fim de subsidiar a discussão do tema proposto e alcançar os objetivos que orientaram esta dissertação.

A partir das evidências observadas na pesquisa, com relação à situação de vida das famílias residentes na comunidade Fazenda Mazurana (FM), e no que diz respeito aos aspectos econômico, social e ambiental, é possível dizer que a comunidade FM se encontra numa situação de razoável para bom. A tendência geral da comunidade pôde ser assim diagnosticada: ambiental (razoável), econômica (razoável para bom) e social (bom). Sobre as famílias que acessaram o Pronaf via BB, a situação identificada, num todo, não se diferenciou do quadro geral da comunidade. Num primeiro momento observa-se que as famílias da comunidade FM se apresentaram numa condição razoavelmente boa, o que a coloca acima da média das demais comunidades do município, segundo os técnicos da Emater. No entanto, partindo da hipótese de que o desenvolvimento sustentável pretende alcançar uma situação boa nas diferentes dimensões abordadas, a ambiental, econômica e social (SACHS, 2001), pode-se dizer que a Comunidade FM ainda precisa superar obstáculos para garantir a sustentabilidade, principalmente, nos aspectos ambientais e na dependência do modelo convencional de desenvolvimento rural.

Embora a complexidade e especificidade do meio rural dificultem a compreensão e definição do cenário e das dinâmicas que compõem este espaço, são visíveis as modificações produtivas e estruturais neste meio. Dentre estas, a maior especialização e produção de um menor número de culturas – no entanto, mais rentáveis, a aquisição de maquinários e a constante utilização de agrotóxicos e transgênicos. Se referindo a estas transformações Mazoyer e Roudart (2010) afirma que, além destas

características, esses estabelecimentos passaram a vender quase que a totalidade de seus produtos aos mercados multirregionais e multinacionais, sendo que o auto-consumo passou a ocupar apenas um lugar limitado e, desta forma, cita:

Como os pequenos e médios estabelecimentos de alguns hectares, praticando a poliprodução por tração animal e amplamente auto-suficientes puderam assim se converter em pouco mais de meio século na grande produção mercantil motorizada, mecanizada e especializada? Como puderam multiplicar em tal proporção sua produtividade? (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.426).

A realidade mencionada pôde ser vista nas famílias entrevistadas, pois a grande maioria afirmou que com o acesso ao crédito e a assistência técnica vinculada as empresas fornecedoras de insumos tiveram que modificar o seu sistema de produção, não é claro sem vantagens. Pelos dados observou-se a concentração da produção agrícola no binômio “soja e milho” em atendimento às demandas mercadológicas, entre outras características. Não há como desconsiderar a perda da autonomia “tradicional” da família agricultora ao se subordinar ao mercado capitalista e passar a se reproduzir no interior das sociedades capitalistas modernas como uma “pequena produção mercantil” (Jollivet). Sabe-se que as transformações da agricultura familiar a partir da modernidade não produziram uma ruptura total e definitiva com as formas tradicionais de reprodução social e gestão da propriedade. Não obstante, tem gerado resultados não favoráveis em relação ao desenvolvimento sustentável pretendido pelos programas governamentais voltados à esta categoria social.

O Pronaf se apresenta como um Programa de fortalecimento da agricultura familiar que pretende o desenvolvimento sustentável, no entanto, questiona-se sobre qual o tipo de fortalecimento está sendo gerado nas condições de reprodução social da agricultura familiar. Pois conforme visto na pesquisa realizada, o modo de produção e reprodução desta agricultura está cada vez mais voltado ao modelo econômico produtivista vigente e às demandas de mercado. O Programa que poderia fortalecer a agricultura familiar, no sentido de torná-la mais autônoma do sistema, e transformá-la numa alternativa socialmente almejada, economicamente produtiva e ambientalmente adequada, ao contrário disto, tem trazido resultados incoerentes com as intenções propostas.

A proposta de analisar a relação do Pronaf com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar permitiu identificar contribuições e conseqüências desta política pública para o meio rural ao qual se dialoga. O que se percebe é que a atuação desta política pública vem de encontro com as tendências delineadas pela modernização do rural. No que se refere a pesquisa realizada, é possível dizer que o crédito rural do Pronaf tem financiado a modernização da agricultura familiar ao invés de financiar métodos e culturas alternativas ao modelo econômico vigente. O fortalecimento proporcionado pelo Programa se refere basicamente aos aspectos econômicos e não dá autonomia ao agricultor em decidir sobre a forma e o que produzir, fato este, que suscitou um olhar específico sobre aqueles que “direcionam” os recursos.

O questionamento gerado em relação ao processo de gestão destes recursos, diz respeito ao fato do Pronaf ser um Programa com várias linhas de financiamento, inclusive por preconizar também a diversificação da produção rural, mas continuar privilegiando as atividades produtivas mais rentáveis. A liberação dos recursos por meio das instituições bancárias leva o agricultor a se submeter a quaisquer condições impostas pelos agentes financeiros, justamente pela pressão de saber que precisa efetuar o pagamento do financiamento. Ou seja, o investimento volta-se à produção que proporcione melhores condições para a quitação da dívida. Embora o Pronaf esteja assentado num enfoque alternativo de produção e geração de trabalho e renda, na prática, não tem financiado as múltiplas atividades econômicas que compreendem os espaços rurais.

A verdade é que o agricultor deveria decidir por qual das culturas financiar, no momento de elaboração do projeto técnico de financiamento, normalmente feito pela Emater municipal. Mas o que ocorre, de modo geral, é que os projetos técnicos acabam focando na produção de soja e milho. Assim, questiona-se sobre os profissionais que atuam desde a elaboração dos projetos até a concessão do recurso, pois se entende que é de responsabilidade destes orientar o agricultor sobre as alternativas de produção mais viáveis para a propriedade, assim como, norteá-los em ações que visem o desenvolvimento sustentável.

Sobre a gestão do Pronaf via Banco do Brasil, comprovou-se que tanto no procedimento efetivado para a concessão do crédito como na estrutura formal da

organização, há evidências do modelo burocrático caracterizado por Weber, já exposto neste trabalho. Certamente, nem todas as características deste modelo puderam ser identificadas em sua totalidade, até mesmo, por perceber que as tomadas de decisões em determinados momentos mostraram ser subjetivas (Simon, 1965), desconsiderando em alguns momentos a racionalidade formal. É notória a prioridade da organização pelos aspectos econômicos, em detrimento a outros fatores como os sociais e ambientais, os quais correspondem aos objetivos do Pronaf. Isso pôde ser constatado tanto nos critérios considerados como prioritários aos gestores, como nos procedimentos da instituição com a renovação automática dos recursos. A própria adesão da agência à renovação automática do crédito já demonstra a não preocupação com os aspectos sociais e ambientais, pois não são levados em conta para tal procedimento.

Sabe-se que cabe aos gestores, a decisão da concessão ou não do crédito e o direcionamento do mesmo, e neste sentido, espera-se destes, que no mínimo seja atentado para os princípios da política pública que está sendo operacionalizada. Entende-se que, para serem alcançados resultados diferentes dos já vistos, é necessário que os agentes desta política pública, acima de tudo, compreendam a realidade e especificidade do público-alvo a que se destina o crédito. Esse que possui uma lógica de reprodução que vai além da lógica capitalista, de acumulação de capital (CHAYANOV, 1981).

Tendo em vista que a presente dissertação procurou dialogar sobre a relação do Pronaf com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, a partir da realidade das famílias residentes na comunidade Fazenda Mazurana, localizada no município de Dois Vizinhos, consideram-se como contribuição ao conhecimento científico e social as reflexões sobre o modelo de desenvolvimento proporcionado neste espaço. Analisar as influências de um dos principais programas governamentais para o rural e como os seus agentes tem se orientado na gestão dos projetos e recursos disponibilizados, mostra que o discurso (aparência) não corresponde à realidade investigada (essência) no que se refere à promoção de um desenvolvimento voltado à sustentabilidade. Podendo ser este, um possível modelo alternativo aos “estrangulamentos” gerados pelo capitalismo nas diversas esferas sociais.

Sabe-se que na ciência, mais especificamente na pesquisa social, não se pretende dar a última palavra sobre os fenômenos pesquisados e analisados, nem mesmo, alcançar uma verdade absoluta. Mas, busca-se ir para além do que está empiricamente dado a fim de alcançar alternativas às limitações identificadas. Este trabalho, mais do que corresponder aos objetivos inicialmente propostos, pretende servir como base para posteriores estudos sobre a racionalidade da gestão atuante na condução das políticas públicas (Pronaf) em relação ao desenvolvimento pretendido e o desenvolvimento efetivo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná**. Campinas, 1981. Dissertação de Mestrado – UNICAMP.

_____. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Estudos Avançados. vol.12 no.32 São Paulo Jan./Apr. 1998.**

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Texto para discussão. ISSN 1415-4765. N° 641. Brasília, Abr. 1998.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997b. p. 33-55.

ALMEIDA, Jalcione., NAVARRO, Zander (Org.). **Reconstruindo a Agricultura. Idéias e Perspectivas do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2. ed, 1998.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: As estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: As estratégias de mudanças da agenda 21**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BARROS, Gustavo. **Racionalidade e Organizações: um estudo sobre comportamento econômico na obra de Herbert A. Simon**. São Paulo, 2004. 145 f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo.

BATAGLIN, Jaiarys Capa. **A Gestão do Pronaf em uma agência do Banco do Brasil**. Trabalho de conclusão de Curso de graduação. Pato Branco: UTFPR, 2009, 85 f.

BAUMAN, Zygmunt (2001). **Modernidade Líquida**. Título Original: Liquid Modernity. Tradução: Plínio Dentzien, autorizada da edição inglesa publicada em 2000 por Polity Press, Oxford, Inglaterra. Jorge Zahar Editor, 2001. 258 p.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A, BECK, U, SCOTT, L. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

BITTENCOURT, Gilson A. **ABRINDO A CAIXA PRETA: O financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 222 folhas. Campinas, 2003. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas.

BUENO, Luciano Ribeiro. **Avaliação Socioeconômica do Pronaf no Estado do Paraná**. 98 folhas. Florianópolis, 2008. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. **A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos**. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CARNIEL, Fagner. **DINÂMICAS SOCIAIS DO ESPAÇO RURAL EM DOIS VIZINHOS**. Doutorando em Sociologia Política pela UFSC.

CASA CIVIL. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/multimidia/audios/audio-do-discurso-da-ministra-gleisi-hoffmann-12-07-2011.mp3/view?searchterm=Pronaf>>. Acesso em 15 de jan. 2012.

CASTILHOS, Dino Sérgio B. de. **Capital social e políticas públicas: Um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002. 172 folhas.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G: STOLCKE, V. **A Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORONA, Hieda Maria P. **As Multidimensões da Reprodução Social da Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Curitiba**. Tese de doutorado - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. 312 folhas.

CROZIER, M., FRIEDBERG, E. **L'acteur et le systeme**, Paris: Seuil.1977.

DAMASCENO, Nagilane P. et.al. **O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará**. Revista de Economia e Sociologia Rural. ISSN 0103-2003. Vol.49, n^{o1}. Brasília. Jan/Mar 2011.

DESER BOLETIM ELETRÔNICO – **Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**. Nr. 164 – ABR/08. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/boletins/Pronaf.pdf>> - Acesso em 07 set. 2009.

DIAS, Cláudia. **Pesquisa qualitativa – características gerais e referências**. Disponível em: < www.geocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf> Acesso em 11 de out. 2009.

ESTEVES, Sérgio A. P. **Sustentabilidade é essencial**. Disponível em: <www.planetasustentavel.abril.uol.com.br>. Acesso em 03 de ago. 2008.

FERREIRA, Gilca A. L. **A proposta da política Pronaf para a agricultura familiar e seus resultados em Palotina – PR**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. 123 folhas.

FRIEDBERG, Erhard. “Organização” In: BOUDON, Raymond. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p 375-412.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Biblioteca Universitária – Ciências Sociais,1979.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Porto Alegre – RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004. 287p.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER. S. **As duas “caras” do Pronaf: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?**. XVIII Congresso SOBER. Ribeirão Preto – SP, julho/2005.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GUANZIROLI, Carlos E. **Reforma Agrária e Globalização da Economia: o caso do Brasil**. Brasília: 1998. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Disponível em: <<http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/carlos.pdf>>. Acesso em: 15 de Dez.2011.

_____. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 45, n^o2. Brasília, Abr/Jun 2007.

HILLIG, Clayton. **A cidadania e a racionalidade técnico burocrática nas estratégias de apropriação do Pronaf pelos agricultores familiares**. 2008. 180 folhas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1190&id_pagina=1>. Acesso em 20 de dezembro de 2011.

IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso 10 de nov. 2011.

KAGEYAMA, Ângela. **Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do Pronaf – crédito**. São Paulo, SP, 2003, p. 1-13.

LAMARCHE, H (Coord.). **A agricultura familiar**. Volume I. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1993.

_____. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. 2. ed. vol. I, Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes**. Tradução de Gloria Maria Vargas – Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LEITE, Sergio (org). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed da Universidade UFRGS, 2001.

LEITE, Sergio P.; FLEXOR, Georges G. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, XII, 2007, São Paulo. **Análise de Políticas Públicas: breves considerações teórico-metodológicas.** Sessões ordinárias.

LIONÇO, Vânia. **A Abordagem Territorial no Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná.** 2007. 250 folhas. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

MATTEI, Lauro F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina.** Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 1999.

_____. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores.** Série Estudos: 11, Brasília, 2005, 136 p.

_____. **Pronaf 10 anos: Mapa da Produção Acadêmica.** Brasília: MDA, 2006, 202p.

_____. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura.** Disponível em: <<http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/page42/files/017%20%200PPA.pdf>>. Acesso em 29 de jun. 2009.

MAZOYER, M. e ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Revista Nera – ISSN: 1806-6755. Ano 11, Nº 12 – JAN/JUN de 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=813>>. Acesso em: 29 nov. 2008.

MORIN, Edgar. **A Sociologia do Microssocial ao Macroplanetário.** Tradução de Maria Gabriela de Bragança, Maria da Conceição Coelho – Portugal: Europa-América, 1998.

MOTTA, Fernando C. P. **O que é Burocracia**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 112 p.

NUNES VIVEIROS, Albino Luís. **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**. ISSN 1698-4044. Disponível em: <http://quadernsanimacio.net>; nr.8; julho de 2008.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de Informações Gerenciais: Estratégicas, Táticas e Operacionais**. 9 ed São Paulo: Atlas, 2004.

PORTAL DOIS VIZINHOS. Disponível em: <http://www.portaldoisvizinhos.com.br/>. Acesso em 2011.

PRIMAVESI, M. **A agricultura sustentável**. São Paulo: Nobel, 1992.

RAMOS, Guerreiro Alberto. **Modelos de Homem e Teoria Administrativa**. Caderno de Ciências Sociais Aplicadas, v.3, FACAPE, 2001. Disponível em: <http://www.facape.br/controladoria/1/Modelo_de_homem_e_de_administracao>. Acesso em: 18 de jan. 2012.

RAYNAUT, Claude. Le développement et les logiques du changement: la nécessité d'une approche holistique. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná. v. 1, p. 105-129, 1994.

_____. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. In: **Meio Ambiente e Desenvolvimento: um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar**. Curitiba: Editora UFPR. Nº 10, pag. 21-32, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa Social: método e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Por que é tão difícil construir uma teoria crítica?** In: Revista Crítica de Ciências Sociais. nº 54. Junho, 1999.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”. 246 folhas, 2008.

SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roseli Alves dos (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1 ed – São Paulo. 256p. 2010.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, A. Ademir. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Publicado em SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

SILVA, Graziano José da. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIMON, Herbert. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

SOUZA, Anderson Barbosa de. **Notas sobre agricultura familiar e sustentabilidade**. Geo UERJ - Revista do Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, n. 11, p. 33-45, 1º semestre de 2002.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: Revista de Sociologia - Scyelo, ano 8, nº 16. Jul/Dez 2006.

TEDESCO, J.C. **Agricultura Familiar: realidade e perspectivas (org)** 2ª ed – Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Capítulo 1 Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro Maria de Nazareth Budel Wanderley.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, José Eli da. **Problemas da transição à agricultura sustentável**. Est. Econ., São Paulo, v.24, n. especial, p.9-29, 1994.

_____. **Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, J.C (org). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** 2^a ed. Passo Fundo - RS: EDIUPF, 1999.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos Sociedade e Agricultura. 15 out 2000. p. 87-145.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia** – Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1982. 5^a ed. (Biblioteca de ciências sociais).

APÊNDICES

APENDICE A - Entrevista com os gestores do Banco do Brasil

Sexo: Idade:

Tempo de carreira no BB:

Função que ocupa:

Há quanto tempo está nessa função:

1 - Qual o objetivo da Instituição?

2 - Há quanto tempo a Instituição atua neste município (Dois Vizinhos)?

3 - Comente sobre o histórico de atuação da Instituição nesta localidade:

4 - De que maneira a organização está estruturada em seu funcionamento (quantidade de funcionários, departamentos, funcionamento na concessão do crédito).

5 - Como se configuram os espaços de decisão? Quais são as instâncias decisórias e que tipo de decisão está vinculado a cada uma? (mapear a estrutura decisória)

6 – Quais os principais aspectos positivos e negativos visualizados nesta Instituição?

7 – O Sr. participa das reuniões de caráter decisório? O Sr. tem voz, no sentido de ser respeitado em suas opiniões? Suas opiniões são acatadas nessas decisões (Autonomia)?

8 - Há quanto tempo o PRONAF passou a ser financiado nesta Agência? Comente sobre as primeiras linhas financiadas e como estas foram se desenvolvendo na agência no decorrer do tempo.

9 - Em sua opinião, quais as principais modificações do PRONAF desde o seu surgimento até os dias atuais? Por quê?

10 - Quais as linhas o PRONAF tem financiado? E quais são as linhas mais acessadas pelos agricultores do município? Por quê?

11 - Todos os critérios formais estabelecidos pelo PRONAF têm sido contemplados na concessão do crédito?

12 - Dentre os critérios estabelecidos por lei e pela Instituição Financeira, quais critérios o Sr (a) considera mais relevante para a concessão do crédito PRONAF? Por quê?

13 - Além desses critérios formais, o BB possui outros? Quais o Sr. (a) considera relevante neste procedimento?

14 - Supondo uma situação em que 2 agricultores atendam a todos os critérios formais, mas que o Sr.(a) deverá escolher apenas um para a concessão do crédito, quais critérios utilizará?

15 - A estrutura formal da Instituição contribui ou não para maior eficiência com relação à concessão do crédito? Justifique.
Como o Sr (a) avalia a qualidade e eficiência em relação ao processo desde a elaboração dos projetos até a concessão dos recursos?

16 - Enquanto gestor deste processo, como analisa os resultados do PRONAF para o agricultor e para o desenvolvimento rural?

17 - Tendo em vista que PRONAF visa também estimular o desenvolvimento sustentável, como o Sr (a) avalia em relação aos projetos efetivamente financiados pelo BB?

18 - A instituição possui algum programa de incentivo a ações sustentáveis na agricultura? Quais?

19 - Possui algum nível de conhecimento sobre a realidade das famílias que acessam o PRONAF? Que tipo de relação mantém com essas famílias?

APENDICE B – Questionário às famílias que acessaram o PRONAF - Banco do Brasil

Há quanto tempo acessou o PRONAF:

Número de pessoas que residem na propriedade:

Área da propriedade:

Antes de acessar o PRONAF

- 1) Situação econômica da família (financeiro)
- 2) Número de residentes na propriedade
- 3) Número de trabalhadores na propriedade (mão-de-obra)
- 4) Participação em grupos sociais (cooperativas, igreja, associações)
- 5) Produção e produtividade
- 6) Situação de vida da família
- 7) Como ficou sabendo do PRONAF
- 8) Motivo pelo qual acessou o PRONAF

Depois de acessar o PRONAF

- 1) Situação econômica da família (financeiro)
- 2) Número de residentes na propriedade
- 3) Número de trabalhadores na propriedade (mão-de-obra)
- 4) Participação em grupos sociais (cooperativas, igreja, associações)
- 5) Produção e produtividade
- 6) Situação de vida da família
- 7) Quais as contribuições do PRONAF para a propriedade e situação de vida da família

APENDICE C – Questionário aos técnicos da Emater

Tempo de carreira na Emater:

O cargo que ocupa:

Há quanto tempo ocupa esta função:

- 1 - Qual o objetivo da Emater em relação à agricultura familiar?
- 2 - Há quanto tempo a Emater atua neste município?
- 3 - Comente sobre o histórico de atuação da Emater nesta localidade.
- 4 - De que maneira é estruturada a organização?
- 5 - Como o Sr(a) avalia o papel da Emater na concessão do crédito disponibilizado pelo Pronaf?
- 6 - Quais as principais dificuldades encontradas no relacionamento com a Instituição (BB)?
- 7 - Quais os pontos positivos e os negativos gerados no processo desde o atendimento aos agricultores até a concessão dos recursos liberados pelo Pronaf?
- 8 - O que o Sr(a) sugeriria para melhoria deste processo?
- 9 - Quais as principais dificuldades na relação com os agricultores?
- 10 - Há assistência técnica nas propriedades? Como esta ocorre?
- 11 - Como técnico da Emater de que maneira avalia os recursos disponibilizados pelo Pronaf, em relação ao atendimento às necessidades dos agricultores?
- 12 - Em sua opinião, quais as principais modificações do Pronaf desde o seu surgimento até os dias atuais? Por quê?
- 13 - Quais as linhas o Pronaf mais tem financiado atualmente no município? Por quê?
- 14 - O que precisa para um agricultor se enquadrar no Pronaf? Para possuir a DAP?
- 15 - Dentre os critérios estabelecidos por lei, quais critérios o Sr. (a) considera mais relevante para a concessão do crédito Pronaf? Por quê?
- 16 - Enquanto gestor deste processo, como analisa os resultados do Pronaf para o agricultor e para o desenvolvimento rural?

17 - Em sua opinião, qual o modelo de desenvolvimento agrícola é promovido pelo Pronaf?

18 - Tendo em vista que Pronaf visa também estimular o desenvolvimento sustentável, como o Sr (a) avalia em relação aos projetos efetivamente financiados?

APENDICE D - Indicadores Sócio-econômico-ambientais

1) FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

I – IDENTIFICAÇÃO

Nº. Questionário _____

1.1) Data

entrevista _____

1.2) Comunidade: _____

1.3) Nome _____ do _____ responsável _____ pelo _____ estabelecimento _____

1.4) Tem outros domicílios no estabelecimento: sim () não (). Quem ()

(1) Filho, (2) Filha, (3) Pais/Sogro, (4) Genro/nora, (5) Irmãos, (6) Empregados/Caseiros, (7) Outros

1.5) Quanto tempo a família reside nessa propriedade: _____

1.6) Título da propriedade é: do responsável (); dos pais do responsável (); dos pais do cônjuge (); não têm título ()

II - CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

2.1) Origem étnica dos pais:

1. Do responsável:

() brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, () outros _____

2. Do cônjuge:

() brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, ()

outros _____

2.2) Composição da família

1) Membros/nome	2) Grau de parentesco	3) Idade	4) Escolaridade	5) Residência	6) Ocupação atual	7) Horas trabalho/dia atividades produtivas
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						

1) Primeiro nome de cada membro da família, do mais velho ao mais novo.

2) (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Filha, (5) Pais/Sogro, (6) Pais, (7) Irmãos, (8) Netos, (9) outros

4) (1) Sem escolaridade, (2) Pré escola, (3) Ensino fundamental incompleto, (4) Ensino Fundamental completo, (5) Ensino médio incompleto (6) Ensino médio completo, (7) Ensino superior incompleto, (8) Ensino superior completo. No caso de estar estudando acrescentar o número 1; se não estuda o 2

5) Residência:

(1) no estabelecimento;

(2) no meio rural: (1) da comunidade; (2) do município; ; (3) da região; (4) outros;

(3) no meio urbano: (1) do município; (2) da região; (3) outros

6) Ocupação: (1) Agricultor; (2) do lar; (3) Agroindústria; (4) Estudante; (5) Trabalho assalariado agrícola; (6) Trabalho assalariado não agrícola; (7) Aposentado/pensionista, (8) Autônomo, (9) Caseiro, (10) outros.

III. CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO

2. Bolsa família: 1. sim () 2. não ()
 3. Bolsa do Programa de erradicação do trabalho infantil: 1. sim () 2. não ()
 4. Outros benefícios: 1. sim () 2. não () _____

4.4 Transporte utilizado pela família:

1. Transporte coletivo público: 1. sim () 2. não ()
 2. Transporte coletivo privado: 1. sim () 2. não ()
 3. Carro próprio: 1. sim () 2. não ()
 4. Moto própria: sim () não ()
 4. Outros: 1. sim () 2. não ()

4.5 Participação na vida da comunidade e do município

1. Entidades/Instituições na comunidade	2. Entidade/Instituições no município
1. Igreja: sim (), qual: _____; não ()	1. S.T Rurais: filiado: sim () não (); diretoria: sim () não ()
2. Associação agricultores: sim () não ()	2. S. Rural : filiado: sim () não (); diretoria: sim () não ()
3. Clube de mães: sim () não ()	3. Conselhos: sim (), qual: _____; não ()
4. ONG's: sim () não ()	4. Cooperativas: sim (), qual _____; não ()
5. APM's: sim () não ()	5. ONG's 1. sim (), qual: _____; não ()
6. Outros: _____	6. Associações de agricultores sim (), qual _____; não ()
7. Não sabe ()	7. Outros: _____

4.6 Acesso à informação:

Responsável:

1. Escuta rádio sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____
 2. Assiste televisão sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____
 3. Lê jornal sim () não () raramente () Qual notícia mais lhe interessa _____
 4. Tem acesso à internet sim () não (). O que mais lhe interessa _____
 5. Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite dois mais importantes _____

Cônjuge:

1. Escuta rádio sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____
 2. Assiste televisão sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____
 3. Lê jornal sim () não () raramente () Qual notícia mais lhe interessa _____
 4. Tem acesso à internet sim () não (). O que mais lhe interessa _____
 5. Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite dois mais importantes _____

Filhos:

1. Escutam rádio sim () não (). Qual o programa que mais gostam _____
 2. Assistem televisão sim () não (). Qual o programa que mais gostam _____

3. Lê jornal sim () não () raramente () Qual notícia mais lhe interessa _____

4. Têm acesso à internet sim () não (). O que mais lhes interessa _____

5. Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite dois mais importantes _____

4.7 Acesso ao lazer:

1. A família ou parte de seus membros frequenta as festas da comunidade promovidas pela:

- a) igreja: sim () não ();
 b) associação: sim () não ();
 c) política: sim () não ();
 d) escola: sim () não ()

2. A família ou parte de seus membros frequenta as festas em outras comunidades: sim () não ().

3. A família ou parte de seus membros visita: familiares (); vizinhos (); amigos (); outros ().

4. A família ou parte de seus membros vai à cidade em busca de lazer sim () não () raramente ().

5. A família viaja de férias: todos os anos (); poucas vezes (); nunca ().

6. Para se divertir participam de: jogo futebol (); pescaria (); jogo de cartas (); bingo (); caçada (); baile (); jogo bocha (); outros () _____.

V. UTILIZAÇÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO

5.1) Condição do produtor

Estabelecimento	1. Proprietário	2. Arrendatário	3. Parceiro	4. Meeiro	5. Ocupante	6. Total
1. Área						

5.2) Utilização da área (ha)

Tipo de uso	1. Área
1. Lavoura Temporária	
2. Lavoura Permanente	
3. Horta, e Pomar domestic	
4. Mata Plantada (espécies) _____	_____
_____	_____
_____	_____
5. Mata Natural	
5. Pastagem plantada (espécies) _____	_____
_____	_____
7. Pastagem natural	
8. Pousio	
9. Outros usos	
10. Sem uso	

5.3) Manejo e conservação

1. Curva de nível (); Terraceamento (); plantio no nível ()
2. Cultiva em áreas quebradas: sim () não ()
3. Rotação de culturas sim () não ()
4. Queimadas sim () não ()
6. Adubação verde sim () não ()
7. Adubação orgânica sim () não ()
8. Plantio Direto sim () não ()
9. Sistemas Agroflorestais e ou Agrossilvopastoril sim () não ()

5.4) Problemas com os recursos naturais do estabelecimento

1. Existem tipos diferentes de solos: sim () não () Freqüência: _____
2. Existem erosões de solos: sim () não ()
3. Existem nascentes, sangas, córregos? sim () não () Quantas? _____

5.10) Produção agrícola nos últimos 12 meses

Culturas	1) Área plantada	2) Quantidade colhida (kg,maço,ton)		3) Valor gasto na produção	4) Valor recebido com a venda	5) Para quem vende	6) Calçário	7) Adubo químico	8) Adubo Orgânico / verde	9) Agrotóxicos			10) Sementes		
		Venda	Consumo							In	Fu	He	Certificada	Própria	criola
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															
14															
15															
16															
17															
18															
19															
20															
21															
22 Horta comercial															
- Qntd. de variedades															
23 Horta doméstica															
- Qntd. de variedades															

1) Seqüência de culturas por importância na geração de renda, horta e pomar caseiros

5) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) Intermediários; (7) Outros (quem?).

Uso de tecnologia (do 6 ao 10): (X) Sim e em branco para Não

5.11) Produção animal nos últimos 12 meses

Criações	1) Quantidade Total/Atual	2) Valor gasto na produção	3) Quantidade vendida	4) Valor recebido com a venda	3) Quantidade consumida
1. Bovino de corte					
2. Bovino de leite					
3. Suíno					
4. Ovino					
5. Caprino					
6. Equino					
7. Aves					
8. Peixe					

5.12) Principais derivados da produção animal nos últimos 12 meses

Produto	1) Quantidade Total	2) Valor gasto na produção	3) Quantidade vendida	4) Valor recebido com a venda	3) Quantidade consumida

5.13) Principais produtos artesanais agrícolas e não agrícolas nos últimos 12 meses

Produto	1) Quantidade Total	2) Valor gasto na produção	3) Quantidade vendida	4) Valor recebido com a venda	3) Quantidade consumida

5.14) Renda bruta nos últimos 12 meses - em R\$

1 Produção Agrícola	
2 Produção pecuária	
3 Derivados da produção vegetal e animal	
4 Aposentadorias e pensões	
5 Renda não agrícola	
6. Arrendamento de terras	
7 Aluguel de máquinas	
8 Renda trabalho agrícola fora estabelecimento	
9. Programas sociais	
10. Outros	

Renda Total	
-------------	--

VI. FINANCIAMENTO.

a) Tipo de financiamento	b) Fontes financiadoras	c) Valores financiados
1. Investimento		
2008/2009		
2007/2008		
2006/2007		
2. Custeio		
2008/2009		
2007/2008		
2006/2007		

6.1.) Quais são as estratégias da família para evitar frustrações na produção? (seca, geada, granizo, pragas, etc)
 Nenhuma Diversificação de produção Seguro agrícola Poupança bancária Poupança familiar Outros

VII. MUDANÇAS OCORRIDAS NO ESTABELECIMENTO

7.1) Tipos das mudanças na propriedade nos últimos 20.

Tipos de mudança	Aumentou	Diminuiu	Mesma	Motivo
1) Área total do estabelecimento				
2) Área com lavoura				
3) Área de mato/floresta				
4) Área com pastagem				
5) Numero de culturas				
6) Uso de insumos químicos/agrotóxicos				
7) Uso de insumos orgânicos/verde				
8) Uso de máquinas e implementos agrícolas				
9) Volume pássaros silvestres				
10) Volume de outros animais silvestres				
11) Diversidade de animais silvestres				
12) Volume de peixes nos rios				
13) Diversidade de espécies de peixe nos rios				
14) Tipos de pragas e doenças				

15) Fertilidade do solo				
16) Volume de água das nascentes				
17) Volume de água dos córregos e rios				
18) Qualidade de água das nascentes				
19) Qualidade da água dos córregos e rios				
20) Mão de obra empregada na propriedade				
21) Renda familiar				

7.2) Mudanças ocorridas na comunidade nos últimos 20 anos? _____

VIII. Impactos das Políticas e Programas de interesse público:

Programa/Política Pública	No que contribuiu	Problemas que gerou	Sugestão

IX. Quais são os projetos/perspectivas de futuro da família no estabelecimento? _____